



UNIVERSIDADE CATÓLICA DO SALVADOR
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PLANEJAMENTO
TERRITORIAL E DESENVOLVIMENTO SOCIAL

IGOR CORREIA PENELUC

CONVERGÊNCIA ENTRE AS ATIVIDADES DE EXTENSÃO AGROPECUÁRIA
DO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA BAIANO
CAMPUS CATU E AS ESTRUTURAS E DEMANDAS SOCIOPRODUTIVAS DO
MUNICÍPIO

Salvador

2021

IGOR CORREIA PENELUC

CONVERGÊNCIA ENTRE AS ATIVIDADES DE EXTENSÃO AGROPECUÁRIA
DO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA BAIANO
CAMPUS CATU E AS ESTRUTURAS E DEMANDAS SOCIOPRODUTIVAS DO
MUNICÍPIO

Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação em Planejamento Territorial e Desenvolvimento Social da Universidade Católica do Salvador, como parte dos requisitos para obtenção do título de Doutor em Território, Ambiente e Sociedade.

Orientador: Prof. Dr. André Alves Portella

Coorientador: Prof. Dr. Amilcar Baiardi

Salvador

2021

Ficha Catalográfica. UCSAL. Sistema de Bibliotecas

P398 Peneluc, Igor Correia

Convergência entre as atividades de extensão agropecuária do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano Campus Catu e as estruturas e demandas socioprodutivas do município / Igor Correia Peneluc. – Salvador, 2021.

186 f.

Tese (Doutorado) - Universidade Católica do Salvador. Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação. Doutorado em Planejamento Territorial e Desenvolvimento Social.

Orientador: Prof. Dr. André Alves Portella.

Coorientador: Prof. Dr. Amilcar Baiardi.

1. Extensão Universitária 2. Desenvolvimento Local 3. Agropecuária
4. IF Baiano Campus Catu I. Portella, André Alves – Orientador II. Baiardi, Amilcar – Coorientador III. Universidade Católica do Salvador. Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação IV. Título.

CDU 378.4(813.8)

TERMO DE APROVAÇÃO

CONVERGÊNCIA ENTRE AS ATIVIDADES DE EXTENSÃO AGROPECUÁRIA DO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA BAIANO CAMPUS CATU E AS ESTRUTURAS E DEMANDAS SOCIOPRODUTIVAS DO MUNICÍPIO.

Tese aprovada como requisito para obtenção do grau de Doutor
em Planejamento Territorial e Desenvolvimento Social.

Salvador, 27 de julho de 2021.

Banca Examinadora:


ANDRE ALVES PORTELLA Assinado de forma digital por ANDRE ALVES PORTELLA
Dados: 2021.10.13 11:02:41 -03'00'

Prof. Dr. André Alves Portella

Universidade Católica de Salvador / UCSal (Orientador)


Prof. Dr. Amilcar Baiardi

Universidade Católica de Salvador / UCSal (Examinador interno)


Prof.ª Dr.ª Liliane Vasconcelos de Jesus

Universidade Católica de Salvador / UCSal (Examinadora interna)


Prof. Dr. Jorge Antonio Santos Silva

Universidade Federal do Recôncavo da Bahia / UFRB (Examinador
externo)


Prof.ª Dr.ª Lys Maria Vinhaes Dantas

Universidade Federal do Recôncavo da Bahia / UFRB (Examinadora
externa)

Ao meu querido pai **Joelson Santos Peneluc**, que com toda calma e sensatez me ensinou a enfrentar os problemas da vida com bom humor e de forma ponderada. À minha querida mãe **Nilza Gomes Correia Peneluc**, que me incentivou, desde cedo, a perseguir os sonhos sempre com muita perseverança e fé. À minha amada esposa **Mariana Silva dos Santos Peneluc** com quem compartilho as situações do dia a dia e sempre me motivou a concretizar meus objetivos. Aos meus filhos **Manuella Santos Peneluc** e **Miguel Santos Peneluc**, dedico.

AGRADECIMENTOS

A Deus, muito obrigado por me conceder a oportunidade de completar mais um ciclo. Toda honra ao Criador que me permitiu ter uma linda família e amigos, além do equilíbrio necessário durante a jornada e com mais uma realização acadêmica.

À Mariana, minha companheira, que esteve presente em todos os momentos e me dedicou sua alegria e confiança neste estudo. Esta vitória é nossa!

Aos meus pais, Nilza e Joelson, sem o suporte de vocês esse momento não seria possível. Obrigado por tudo! Vocês têm a minha eterna admiração!

Aos meus irmãos, Ramon e Janine, pela vibração com tudo que sonhei. Vocês moram em meu coração!

A Paulo, Ana e Pollyanna, que tornam meus dias sempre muito alegres. A vocês, minha eterna gratidão.

Ao meu amigo Nilton, que sempre me estimulou a realizar este Doutorado. Sou imensamente grato a você.

Aos colegas de turma, pela companhia nas muitas horas de estudo e pelas mensagens de apoio e incentivo para que pudéssemos trilhar esse caminho com muita perseverança.

Ao corpo docente do doutorado, pelos ensinamentos valiosos que transformaram minha visão quanto às questões sociais que envolvem o Brasil e o mundo.

Ao meu amigo Cayo Pablo, docente do IF Baiano, o meu muito obrigado por todo auxílio prestado!

Aos funcionários da UCSAL, pela prontidão e o carinho oferecidos no atendimento às minhas demandas.

À Instituição do IF Baiano, por me oferecer todas as condições necessárias e possíveis para realizar este Doutorado, através do Reitor Aécio José Araújo Passos Duarte (Zezão), que não poupa esforços para que seus servidores sejam capacitados.

Ao meu orientador André Alves Portella, um agradecimento especial. A maneira simples de ensinar e sempre me atendeu com muito carinho e presteza. Muito obrigado por sua dedicação, paciência e competência. Ao meu coorientador Amilcar Baiardi, pelo trato amigável de sempre! Estes têm minha eterna gratidão!

Nada no mundo se compara à persistência. Nem o talento; não há nada mais comum do que homens malsucedidos e com talento. Nem a genialidade; a existência de gênios não recompensados é quase um provérbio. Nem a educação; o mundo está cheio de negligenciados educados. A persistência e determinação são, por si sós, onipotentes. O slogan "não desista" já salvou e sempre salvará os problemas da raça humana.

Calvin Coolidge ([S. d.], [S. p.])

PENELUC, Igor Correia. **Convergência entre as atividades de Extensão Agropecuária do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano *Campus Catu* e as estruturas e demandas socioprodutivas do Município.** 2021. 204f. Tese (Doutorado em Planejamento Territorial e Desenvolvimento Social) – Universidade Católica do Salvador, Bahia, 2021.

RESUMO

A extensão universitária permite às instituições de ensino superior sua inserção no contexto social e econômico, o que exprime a sua relevância social na conjuntura local em que estão inseridas. O objetivo principal desse trabalho é perceber se as atividades de extensão realizadas pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano (IF Baiano) *Campus Catu* no tocante à atividade agropecuária, no período de 2015 a 2019, contribuíram para promover desenvolvimento socioeconômico local. Como objetivos específicos, propõem-se perceber como os Institutos Federais representam a retomada da expansão da Rede Profissional e Tecnológica; Identificar como a Extensão é consolidada nos Institutos Federais; Historicizar o município de Catu com destaque para a atuação no ramo agropecuário; Perceber se há desenvolvimento local a partir das ações de extensão utilizadas pelo IF Baiano, *Campus Catu* relacionadas à atividade agropecuária. A abordagem metodológica foi quantitativa e qualitativa. Os resultados mostraram que no IF Baiano, *Campus Catu*, as ações de extensão, através dos Projetos de Extensão, Programas de Extensão e Cursos FIC (Formação Inicial e Continuada), no tocante à atividade agropecuária são bem avaliados, na visão dos coordenadores de programas e projetos de extensão e do coordenador de núcleo de extensão, no entanto, segundo o censo, as contribuições são nulas e as ações relacionadas aos produtos agrícolas não têm relação com o potencial produtivo do município de Catu.

Palavras-chave: Extensão Universitária. Desenvolvimento local. Agropecuária. IF Baiano *Campus Catu*

PENELUC, Igor Correia. **Local socioeconomic development promoted by agricultural extension activities: analysis applied at the Federal Institute of Education, Science and Technology Baiano *Campus* Catu**. 2021. 204f. Thesis (PhD in Territorial Planning and Social Development) – Catholic University of Salvador, Bahia, 2021.

ABSTRACT

The university extension allows higher education institutions to be inserted in the social and economic context, which expresses their social relevance in the local context in which they are inserted. The main objective of this work is to understand whether the extension activities carried out by the Federal Institute of Education, Science and Technology of Bahia (IF Baiano) *Campus* Catu with regard to agricultural activity, in the period from 2015 to 2019, contributed to promoting local socioeconomic development. As specific objectives, it is proposed to understand how the Federal Institutes represent the resumption of the expansion of the Professional and Technological Network; Identify how the Extension is consolidated in Federal Institutes; Historicize the municipality of Catu, highlighting its activities in the agricultural sector; Realize if there is local development from the extension actions used by IF Baiano, *Campus* Catu related to agricultural activity. The methodological approach was quantitative and qualitative. The results showed that at the IF Baiano, *Campus* Catu, the extension actions, through the Extension Projects, Extension Programs and FIC Courses (Initial and Continuing Education), regarding the agricultural activity are well evaluated, in the view of the program coordinators and extension projects and the extension nucleus coordinator, however, according to the census, contributions are null and actions related to agricultural products are not related to the productive potential of the municipality of Catu.

Keywords: University Extension. Local development. Agriculture. IF Baiano *Campus* Catu

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Vista parcial da cidade de Catu-BA (1860).....	55
Figura 2 – Rua do Comércio: povoado de Catu (1861).....	56
Figura 3 – Posição do Município de Catu em relação ao Estado da Bahia	56
Figura 4 – Vista parcial da cidade de Catu-BA (1958).....	57
Figura 5 – Vista parcial da cidade de Catu-BA (1958).....	57
Figura 6 – Vila de Santana do Catu: Local de negociação da produção agrícola excedente... 58	
Figura 7 – Estação Ferroviária de Catu (início do século XX)	58
Figura 8 – Arquitetura de Catu no início da era Vargas (1930) – população concentrada majoritariamente na zona rural a partir do cultivo de alimentos e criação de gado.....	59
Figura 9 – Estação da Viação Férrea Federal do Leste Brasileiro (VFFLB): Catu-BA (1957)59	
Figura 10 – Fazenda Modelo de Criação – Catu-BA.....	62
Figura 11 – Praça Lourenço Oliveiri – Feira Livre (Catu-BA)	64
Figura 12 – Início de exploração do Petróleo no Município de Catu.....	69
Figura 13 – Acampamento da Petrobras: Catu-BA (1957).....	70
Figura 14 – Sonda de exploração de Petróleo	70
Figura 15 – Fornecimento de gasoduto entre as regiões Sudeste e Nordeste, antes da instalação da GASENE	73
Figura 16 – Integração do gasoduto entre as regiões Sudeste e Nordeste com a instalação da GASENE	74
Quadro 1 – Taxa de Homicídio nas 20 microrregiões mais violentas.....	82
Quadro 2 – Cursos existentes no IF Baiano, <i>Campus</i> Catu.....	84
Figura 17 – Programação do Instituto Federal Baiano <i>Campus</i> Catu, em comemoração aos 100 anos.....	89
Quadro 3 – Indicadores melhor avaliados na pesquisa realizada pelo Grupo de Pesquisa IBEU.....	97
Quadro 4 – Atividades descritas pelo setor de Agropecuária pertencente à Secretaria Municipal de Agricultura, Indústria e Comércio de Catu no intervalo de 2013 a 2020.....	103
Quadro 5 – Distribuição de sementes entre agricultores familiares da região de Catu.....	105
Quadro 6 – Aragem e gradagem entre agricultores familiares da região de Catu.....	106

Quadro 7 – Projeto/Programa de Extensão: Curso de inseminação artificial em bovinos para pequenos produtores do município de Catu.....	112
Quadro 8 – Projeto/Programa de Extensão: Cultivo de cactos e suculentas: da teoria à prática.....	115
Quadro 9 – Projeto/Programa de Extensão: Ciência e tecnologia de alimentos: compartilhando informações com a comunidade catuense sobre inovação e qualidade dos alimentos.....	118
Quadro 10 – Projeto/Programa de Extensão: Minicurso para cruação de rótulos alimentícios destinados a pequenos/micro produtores, associação e cooperativas rurais.....	121
Quadro 11 – Projeto/Programa de Extensão: Implantação da agricultura familiar como forma de renda alternativa para famílias de comunidades subdesenvolvidas.....	124
Quadro 12 – Projeto/Programa de Extensão: Curso de inseminação artificial em bovinos para agricultores familiares da região de Catu e para discentes do Curso Técnico em agropecuária.....	127

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Dados comparativos dos Censos Agropecuários (2006-2017) quanto à produção agrícola no Município de Catu-BA.....	65
Tabela 2 – Dados comparativos dos Censo Agropecuários (2006-2017) quanto à utilização de fatores relacionados a atividade agrícola no Município de Catu-BA.....	66
Tabela 3 – Dados comparativos dos Censo Agropecuários (2006-2017), quanto à mão de obra utilizada no Município de Catu-BA.....	67
Tabela 4 – Dados comparativos dos Censo Agropecuários (2006-2017), quanto à produção animal no Município de Catu-BA.....	68
Tabela 5 – Maiores recebedores de valores em <i>royalties</i> entre os municípios do Estado da Bahia em 2011.....	76
Tabela 6 – Distribuição de valores em <i>royalties</i> ao município de Catu no ano de 2020.....	77
Tabela 7 – Quantitativo de vagas e inscritos no Processo de Ingresso de Estudantes no IF Baiano <i>Campus</i> Catu 2020.1 para os cursos do Integrado e do Subsequente.....	85
Tabela 8 – Edital nº 01/2018/PROEX/CPPEX/IFBAIANO.....	91

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ANP	Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis
CBEU	Congresso Brasileiro de Extensão Universitária
CEFET	Centro Federal de Educação Tecnológica
CEPAL	Comissão Econômica para a América Latina
COAGRI	Coordenação Nacional de Ensino Agropecuário
CODAE	Coordenação das Atividades de Extensão
CRUTAC	Centro Rural Universitário de Treinamento e Ação Comunitária
EAD	Educação à Distância
EAFAJT	Escola Agrotécnica Federal Antônio José Teixeira
EAFSB	Escola Agrotécnica Federal de Senhor do Bonfim
EAFSI	Escola Agrotécnica Federal de Santa Inês
EAFs	Escolas Agrotécnicas Federais
EJA	Educação de Jovens e Adultos
EMBRAPA	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
ENEM	Exame Nacional do Ensino Médio
FIC	Formação Inicial e Continuada
FORPROEX	Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras
GASENE	Gasoduto da Integração Sudeste Nordeste
GT-IBEU	Grupo de Trabalho Interestitucional sobre Indicadores Brasileiros de Extensão Universitária
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
IES	Instituto de Ensino Superior
IFBA	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia
IFBAIANO	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano
IFETs	Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia
IFs	Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação
MEC	Ministério da Educação e Cultura
PBDCT	Plano Básico de Desenvolvimento Científico Tecnológico

PIB	Produto Interno Bruto
PIBIEX	Programa Institucional de Bolsas de Iniciação em Extensão
PETROBRAS	Petróleo Brasileiro S.A.
PFRH	Programa Petrobras de Formação de Recursos Humanos
PPC	Projeto Pedagógico de Curso
PROEJA	Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos
PROEX	Pró-Reitoria de Extensão
ProfEPT	Profissional em Educação Profissional e Tecnológica
RLAM	Refinaria Landulfo Alves
SEAGRIE	Secretaria de Agricultura Indústria Comércio Desporto e Lazer
SIEC	Seminário de Inovação, Extensão e Cultura
SISU	Sistema de Seleção Unificada
TCC	Trabalho de Conclusão de Curso
TIC	Tecnologia de Informação e Comunicação
UnB	Universidade de Brasília
UNE	União Nacional dos Estudantes

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	16
2 EVOLUÇÃO DA REDE FEDERAL DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA E SUA RELAÇÃO COM A EXTENSÃO	20
2.1 ETAPAS DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL NO BRASIL	20
2.2 ORIGEM DOS INSTITUTOS FEDERAIS: RETOMADA DA EXPANSÃO DA REDE PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA	25
2.2.1 Implantação dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia.....	25
2.2.2 Novo paradigma da educação profissional e tecnológica: verticalização e integração.....	32
2.3 INDISSOCIABILIDADE ENTRE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO NOS INSTITUTOS FEDERAIS COMO ESPAÇO FORMATIVO EMANCIPATÓRIO	36
2.4 CONSOLIDAÇÃO DA EXTENSÃO NOS INSTITUTOS FEDERAIS.....	44
3 CONTEXTO HISTÓRICO DO MUNICÍPIO DE CATU.....	55
3.1 HISTÓRIA MARCADA PELO EXERCÍCIO DA ATIVIDADE AGROPECUÁRIA	61
3.2 UMA RIQUEZA PRODUZIDA PELA PRODUÇÃO PETROLÍFERA	69
3.3 INFRAESTRUTURA DO MUNICÍPIO FRENTE À DEMANDA ECONÔMICA.....	78
3.4 INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA BAIANO <i>CAMPUS</i> CATU: ATENDIMENTO À VOCAÇÃO AGROPECUÁRIA.....	84
3.5 PROJETOS DE EXTENSÃO E CURSOS DE FORMAÇÃO INICIAL E CONTINUADA DESENVOLVIDOS NO IFBAIANO <i>CAMPUS</i> CATU RELACIONADOS À VOCAÇÃO AGROPECUÁRIA.....	88
4 AÇÕES DE EXTENSÃO NO IFBAIANO DE CATU, QUE CONVERGEM COM A ESTRUTURA PRODUTIVA LOCAL.....	94
4.1 CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO DAS ATIVIDADES DE EXTENSÃO DO IFBAIANO, <i>CAMPUS</i> CATU, RELACIONADAS À ATIVIDADE AGROPECUÁRIA.....	94
4.2 RELAÇÃO DA EXTENSÃO COM AS ATIVIDADES DESENVOLVIDAS NO IFBAIANO, <i>CAMPUS</i> CATU.....	99
4.2.1 Concepção dialógica entre instituição pública e a comunidade na qual está inserida.....	99
4.2.2 Propostas de soluções em relação aos problemas enfrentados na comunidade	102

4.3 AÇÕES DE EXTENSÃO DO IFBAIANO, <i>CAMPUS</i> CATU, QUE PROMOVEM DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO LOCAL RELACIONADAS À ATIVIDADE AGROPECUÁRIA.....	110
4.3.1 Curso de inseminação artificial em bovinos para pequenos produtores do município de Catu.....	111
4.3.2 Cultivo de cactos e suculentas: da teoria à prática	114
4.3.3 Ciência e tecnologia de alimentos: compartilhando informações com a comunidade catuense sobre inovação e qualidade dos alimentos	117
4.3.4 Minicurso para criação de rótulos alimentícios destinados a pequenos/micro produtores, associação e cooperativas rurais.....	120
4.3.5 Implantação da agricultura familiar como forma de renda alternativa para famílias de comunidades subdesenvolvidas	124
4.3.6 Curso de inseminação artificial em bovinos para agricultores familiares da região de catu e para discentes do curso técnico em agropecuária	127
4.3.7 Curso de apicultura básica	130
4.3.8 Popularização da inseminação artificial em suínos no semiárido baiano.....	132
4.3.9 Boas práticas de fabricação de alimentos, a partir da farinha da casca de mangostão (<i>garcinia mangostana</i>) para utilização na alimentação de pessoas com diabetes na comunidade de Catu-BA	135
4.3.10 Óleo de fritura como matéria-prima, para a produção do biodiesel: uma aplicação tecnológica.....	139
4.3.11 Cursos FICs relacionados à atividade da agropecuária	141
4.3.12 Análise Geral das Entrevistas	143
5 CONCLUSÃO.....	152
REFERÊNCIAS.....	159
APÊNDICE A.....	173
APÊNDICE B.....	183
APÊNDICE C.....	185

1 INTRODUÇÃO

As Instituições Públicas de Ensino são formadoras de profissionais para atendimento, não só das demandas mercadológicas e de produção do conhecimento científico, bem como são centros de formação humana para a vida política e social. Os Institutos Federais são Instituições de Ensino Superior responsáveis pelos espaços de divulgação da produção científica e tecnológica nos contextos socioeducacionais a partir do ensino, da pesquisa e da extensão.

A presente pesquisa buscou compreender a importância da atuação do Instituto Federal de Catu, no espaço em que o mesmo está inserido. Nesse sentido, surge a necessidade de investigar como a extensão universitária atua frente ao crescente anseio social por respostas às demandas presentes na realidade, principalmente em meados do século XX, devendo possuir o mesmo reconhecimento acadêmico que é oferecido ao ensino e à pesquisa. Partindo dessa premissa, é importante perceber quais são as ações de extensão institucionais que são promovidas e que satisfazem aos interesses da comunidade local.

A percepção do desenvolvimento da extensão promovida pela instituição com a sociedade, parte das premissas de que é necessária a relação dialógica entre ambos, articulação desta com o ensino e a pesquisa no momento de atendimento das demandas sociais e esta, também, deve trazer propostas de soluções em relação aos problemas enfrentados pela comunidade.

Tendo por base a importância da extensão para o beneficiamento mútuo dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia e a comunidade na qual se inserem, este trabalho buscou responder a seguinte questão: as ações de extensão na área de agropecuária promovidas pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano (IF Baiano), *Campus* Catu, no período de 2015 a 2019, contribuíram para o desenvolvimento socioeconômico local? O estudo desta atividade justifica-se pela natureza agropecuária representar uma parcela significativa da economia produzida na região de Catu. A hipótese formulada no início da investigação era que tais ações repercutem de forma positiva na região de Catu e/ou municípios adjacentes, uma vez que este (IF Baiano, *Campus* Catu) possui infraestrutura física e quantidade de profissionais suficientes para realizar ações que impactem em melhoramento da realidade local.

Esta pesquisa tem por objetivo geral qual o desenvolvimento socioeconômico local experimentado na região de Catu fruto das ações de extensão promovidas pelo Instituto

Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano (IF Baiano), *Campus* Catu, no período de 2015 a 2019, no tocante às atividades relacionadas à agropecuária. Quanto aos objetivos específicos, estes foram: (1) Perceber como Institutos Federais representam a retomada da expansão da Rede Profissional e Tecnológica; (2) Identificar como a Extensão é consolidada nos Institutos Federais; (3) Historicizar o município de Catu com destaque para a sua atuação no ramo agropecuário; (4) Perceber se há desenvolvimento local a partir das ações de extensão utilizadas pelo IF Baiano, *Campus* Catu relacionadas à atividade agropecuária.

Os dados foram obtidos por meio de levantamento bibliográfico, documental, em relação às atividades de extensão registradas na Coordenação de Extensão do IF Baiano, *Campus* Catu e aplicação de entrevistas semiestruturadas com coordenadores de ações de extensão deste *Campus*, além do coordenador ligado a esta atividade. A metodologia consistiu em aplicar entrevista semiestruturada, a partir dos 10 (dez) indicadores mais bem avaliados pelo Grupo de Trabalho IBEU, pertencente ao Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras (FORPROEX), com destaque para 4 (quatro) dimensões: Produção Acadêmica, Plano Acadêmico, Política de Gestão e Relação Universidade-Sociedade.

Este trabalho está dividido em 5 (cinco) capítulos. Inicia-se com uma breve contextualização sobre a importância do tripé Ensino, Pesquisa e Extensão, com foco na última, objetivando compreender a importância da relação travada entre a Instituição Pública de Ensino e a comunidade na qual se insere. Também elucida a pergunta central que norteia o trabalho, a importância, o objetivo geral e os objetivos específicos.

No capítulo 2 (dois), há uma exposição da evolução da Rede Federal de educação profissional e tecnológica no Brasil e como esta é impulsionada, através do surgimento dos Institutos Federais. Nesta seção, ainda é discutida a indissociabilidade do tripé ensino, pesquisa e extensão nos Institutos Federais, enquanto espaço formativo emancipatório e como nestes é consolidada a Extensão. Esta última foi o alvo desse estudo, uma vez que o intuito foi o de conhecer como a atuação do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano (IF Baiano), *Campus* Catu enfrenta as demandas presentes na realidade local na qual está inserida, através da interação dialógica e que gera repercussões positivas, tanto para a Instituição, quanto para a comunidade que sai do papel passivo de simples receptora de conhecimento e alcança um papel ativo e de protagonista de produção do conhecimento e colaboração na resolução dos problemas enfrentados na respectiva realidade. Ao longo do

trabalho faltam ideias genuínas na Instituição quanto às atividades de extensão que possibilitem a dinamização da economia local.

No capítulo 3 (três), expõe-se o contexto histórico do município de Catu, quanto ao exercício da atividade agropecuária, a riqueza oriunda da produção petrolífera e aspectos da infraestrutura dessa localidade para atendimento da demanda econômica. Neste, ainda delinea-se o atendimento do IF Baiano, *Campus Catu* e descreve-se as ações de extensão do mesmo para atendimento da vocação agropecuária.

O capítulo 4 (quatro) trabalha a relação das ações de extensão promovidas pelo IF Baiano, *Campus Catu* relacionadas à atividade da agropecuária, no período de 2015 a 2019, e como estas refletiram no desenvolvimento socioeconômico local. Por fim, são explicados os critérios de avaliação utilizados para compreender a repercussão às atividades na região de Catu.

Por fim, a última seção, que conclui o trabalho, expõe os resultados encontrados com o levantamento bibliográfico, documental e com as entrevistas semiestruturadas aplicadas aos Coordenadores dos Projetos e Programas de Extensão, bem como ao Coordenador do Núcleo de Extensão do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano (IF Baiano), *Campus Catu*.

Este trabalho adotou as abordagens quantitativa e qualitativa, sob metodologia exploratória que, na visão de Gil (2014) proporciona maior familiaridade com o problema encontrado, com a finalidade de torná-lo mais explícito, a partir da definição de objetivos e hipóteses. Os questionários foram construídos com base nos 10 (dez) Indicadores Brasileiros de Extensão Universitária criados pelo FORPROEX, em 2015, melhor avaliados pelo GT IBEU (Grupo de Trabalho Interinstitucional que trata dos Indicadores de Avaliação da Extensão), já explicitado anteriormente, sendo 1 (um) referente à Produção Acadêmica (Prod.); 2 (dois) do Plano Acadêmico (PA); 3 (três) da Política de Gestão (PG) e 4 da dimensão Relação Universidade-Sociedade (RUS).

Dessa forma, o APÊNDICE A divide-se nas seções: Identificação do Programa/Projeto de Extensão; Critério da Política de Gestão; Critério da Relação Universidade – Sociedade; Critério do Plano Acadêmico; Critério da Produção Acadêmica. O questionário do APÊNDICE A foi aplicado a 10 (dez) coordenadores de Projetos/Programas de extensão no IF Baiano, *Campus Catu*, sendo que todos estes (coordenadores) foram selecionados por estarem relacionados ao desenvolvimento de uma temática dentro da área agropecuária. A análise realiza-se a partir do quantitativo de respostas nos subitens das perguntas 7 a 19,

levando-se em consideração uma escala de importância de 1 a 5, sendo que 1 se refere a desatendimento completo da proposta inicial e 5 representa atendimento completo da execução em relação a pretensão inicial. Por fim, a pergunta 20 é uma questão discursiva que registra a importância do Projeto/Programa de Extensão para o desenvolvimento local.

O APÊNDICE B, por sua vez, tem o intuito de avaliar a normatização dos Projetos e Programas de Extensão no IF Baiano, *Campus Catu*, como estes integram-se com o Ensino e a Pesquisa, além dos instrumentos institucionais de avaliação dos mesmos. O destinatário foi o Coordenador de Extensão do IF Baiano, *Campus Catu*.

Por fim, o APÊNDICE C trata dos Cursos FICs (Formação Inicial e Continuada), com abordagem qualitativa e estruturação semelhante ao APÊNDICE A, em relação aos critérios e indicadores, endereçado, também, ao Coordenador de Extensão do IF Baiano, *Campus Catu*, tendo em vista àqueles melhor avaliados pelo GT IBEU, pertencente ao FORPROEX, em 2015.

A limitação metodológica enfrentada foi a ausência de informações precisas na Prefeitura Municipal de Catu quanto aos índices de produção e produtividade na seara da agropecuária, o que dificultou a mensuração do desenvolvimento local ocorrido nesta região. Em virtude dessa dificuldade, realizou-se uma análise comparativa entre os Censos Agropecuários do IBGE dos anos 2006 e 2017 com o intuito de verificar se houve mudança tecnológica e aumento de produção e produtividade após a criação do IF Baiano no município de Catu. Além destes, foram analisados nesta pesquisa os relatos das ações de agropecuária feitos pelo Técnico Agropecuário que é servidor público da Prefeitura Municipal de Catu.

Como se trata de uma atividade relacionada a agropecuária, o Instituto Federal Baiano *Campus Catu* deveria dispor de tais informações, uma que esta atividade está relacionada com um dos grandes potenciais econômicos da região, além da história dessa localidade estar umbilicalmente ligada ao desenvolvimento desta atividade. No entanto, somente a Prefeitura de Catu dispõe de dados referentes a atividade da agropecuária e sem uma sistematização adequada quanto a produtividade agropecuária de cada comunidade, principais entraves encontrados para aperfeiçoamento desta atividade, melhoramentos tecnológicos implantados para potencialização da mesma.

São muito poucas as prefeituras que dispõem de serviços de assistência técnica. Por isso, não dá para culpá-las. Ficou claro que a extensão não contribuiu para o setor agropecuário, embora possa ter ocorrido uma contribuição não tangível em termos de formação básica.

2 EVOLUÇÃO DA REDE FEDERAL DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA E SUA RELAÇÃO COM A EXTENSÃO

2.1 ETAPAS DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL NO BRASIL

O primeiro diploma normativo que trata da educação profissional de maneira específica é o Decreto nº 1.606, de 29 de dezembro de 1906 que regulamenta o ensino profissional no Brasil, a partir da criação do Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio. Depois dessa normativa, somente em 1909 seriam criadas as Escolas de Aprendizes Artífices, cujo finalidade precípua era o de oferecer o ensino profissional primário e gratuito, em atendimento às demandas locais, a partir do ensino prático voltado para o trabalho realizado nas oficinas. Muller (2013) explica que:

A incipiente indústria brasileira do início do século XX contava apenas com uma produção rústica e artesanal, estando a formação profissional ligada a um “adestramento” para o trabalho das manufaturas, com cursos totalmente desvinculados da formação teórica. (MULLER, 2013, p. 29).

A nomenclatura “Escolas de Aprendizes Artífices” foi utilizada, inicialmente, para fazer referência às Instituições brasileiras de ensino técnico, promovido durante o governo de Nilo Peçanha, em 23 de setembro de 1909. Através do Decreto nº 7.566/1909, promovendo o ensino profissional primário e gratuito nas capitais dos Estados da República, com a oferta de cursos de sapataria, encadernação, marcenaria, alfaiataria e ferraria. (BRASIL, 1909).

De fato, o início da rede federal ocorre no ano de 1909, em consonância com o Decreto n. 7566/1999, em que o então Presidente da República (Nilo Peçanha) cria 19 (dezenove) escolas localizadas em quase todas as capitais do nosso país (Salvador, Rio de Janeiro, Porto Alegre...), ora denominadas de Escolas de Aprendizes Artífices, cuja missão era a de ofertar a capacitação para o trabalho industrial.

Claramente o interesse de tais Escolas era o atendimento de interesses da elite industrial. Batista (2013) elucida:

A Lei nº 1.184, de 3 de dezembro de 1909, aliás, já apontava para a preocupação de educação dos jovens filhos dos operários. Essa determinou a criação de escolas noturnas na capital e no interior, especificando que deveriam localizar-se nas proximidades das fábricas e atenderem, exclusivamente, aos meninos operários ou filhos de operários. (BATISTA, 2013, p. 157).

Nesse momento da história brasileira, o ensino técnico e profissional tinha como foco o atendimento das classes mais populares. Sintetiza Fornari (2017, p. 30): “O Brasil transitava

de país agroexportador, de “República do Café”, para a fase do capitalismo imperialista, em uma industrialização dependente, ainda focada no desenvolvimento do Sudeste, gerando-se um fluxo migratório crescente”.

A industrialização brasileira e um conseqüente processo de urbanização traz consigo, também, uma maior necessidade de mão de obra qualificada para assumir os postos industriais. Fornari (2017, p. 31) sintetiza: “Ocorre que, com o processo de urbanização e industrialização, esse modelo aristocrático de educação já não era suficiente para corresponder ao desenvolvimento que o país começava a enfrentar”. Quanto à evolução percebida na educação da rede federal, Otranto (2010) elucida que:

No final da década de 30, as Escolas de Aprendizes Artífices deram lugar aos Liceus Industriais, mudança que pouco alterou os objetivos das antigas instituições. A partir de 1942, surgiram as Escolas Industriais e Técnicas, no lugar dos Liceus, com o objetivo de oferecer a formação profissional em nível equivalente ao do secundário. No ano de 1959, as Escolas Industriais e Técnicas passaram a categoria de autarquias e foram denominadas de Escolas Técnicas Federais. Em 1978, devido ao crescimento e evolução, três delas se transformaram em Centros Federais de Educação Tecnológica, surgindo os CEFETs do Rio de Janeiro, Paraná e Minas Gerais, posteriormente acrescidos de outras escolas que também foram alçadas à categoria de CEFETs. (OTRANTO, 2010, p. 2).

Ainda na década de 1930, houve a criação do Ministério da Educação e Saúde Pública, organizando a educação, a partir de um sistema nacional. Em 08 de abril de 1931, cria-se o Conselho Nacional de Educação com o Decreto nº 19.890/1931 e dá-se origem ao ensino secundário, com o intuito de preparação do aluno para o ingresso no ensino superior. Quanto ao ensino profissionalizante, surge o Decreto nº 20158/1931, que trata especificamente da regulamentação da profissão de Contador. (FORNARI, 2017).

Na década de 1940 do século XX, a reforma Capanema traz, pela primeira vez, a preocupação do governo com o ensino profissionalizante relacionado ao nível técnico, estruturado em 3 (três) grandes áreas: Agrícola, Comercial e Industrial. Muito se deve ao processo de produção influenciado pela concepção de ensino profissionalizante norte-americana fundada no Taylorismo e no Fordismo.

Gomes (2013, p. 70) identifica que: “A qualificação era destinada à instrução para o posto ou a função, não ao desenvolvimento das habilidades inerentes ao trabalhador, o que restringia a educação para o trabalho ao ensino de práticas meramente operacionais”. Dessa forma, esse ensino era direcionado para os trabalhadores das fábricas, responsáveis pela execução das atividades operacionais.

Enquanto isso, Fornari (2017, p. 32) explica que: “As universidades tinham a responsabilidade de formar os administradores, engenheiros e o alto escalão da indústria”. Essa dualidade perpetuaria até as décadas de 1960 e 1970, com a legitimação da primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), através da Lei nº 4.024/1961, que distingue a educação profissionalizante da educação formal. Muller (2013) explica que, pela primeira vez, houve integração entre esses dois níveis, a partir de uma preocupação voltada para a produtividade.

Na década de 1970, Ignácio (2009, p. 160) aponta para uma “profissionalização compulsória”. Uma educação voltada para a formação profissional ganha contornos ainda mais definidos com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação de 1971. Segundo o autor retromencionado, o intuito era de acelerar ao máximo a formação de força trabalho, adequando-se aos moldes estabelecidos pela divisão internacional do trabalho.

A LDB de 1971 propõe uma maior amplitude dos anos de estudo da Educação Básica, estabelecendo o primeiro e segundo grau e busca eliminar o dualismo educacional, através da profissionalização integrada. Nesse momento da história brasileira, a educação estava subordinada à produção, com as políticas educacionais sendo direcionadas pelas necessidades mercadológicas.

Ignácio (2009) destaca que os Centros Federais de Educação Tecnológica (CEFETs) surgiram na década de 1970:

A despeito dos seus objetivos descritos na lei que os criou e das características básicas que deveriam fundamentar sua atenção descritas no decreto que os regulamentou, os CEFETs se constituíram de longe, no mais marcante ajustamento das políticas de formação da força de trabalho industrial no âmbito da educação escolar brasileira daquele período [...]. Os CEFETs tinham como linha básica de atuação, o atendimento às necessidades da indústria que se desenvolvia sob o paradigma da produção taylorista/fordista de tipo brasileiro, na medida em que pretendiam formar a força de trabalho realmente especializada e necessária, capaz de fazer frente às exigências do desenvolvimento tecnológico do país. (IGNÁCIO, 2009, p. 74).

Nas décadas de 1980 e 1990, o ensino profissionalizante volta-se para o atendimento de demandas específicas em função das inovações tecnológicas ocorridas. Fagiani, Previtalli, Lucena e França (2013) explicam que o mercado de trabalho precisou atender às demandas específicas emergentes desse período:

A Reforma da Educação Profissional (REP) implementada durante a década de 1990, por sua vez, estava assentada em um discurso que vincula a necessidade urgente de adequação dos diferentes países às transformações ocorridas nos setores produtivos e de serviços, tendo em vista o desenvolvimento de novas formas de organização do trabalho e a introdução de tecnologias modernas [...]. Nessa perspectiva, a educação profissional é considerada de modo utilitarista, sendo que os conhecimentos, as habilidades e as atitudes a serem, então, desenvolvidos devem ser definidos pela sua utilidade ao desenvolvimento de capacidades de trabalho requeridas pelo mercado. (FAGIANI; PREVITALI; LUCENA; FRANÇA, 2013, p. 210).

Principalmente na década de 1990, a educação profissional teve direcionamento para as necessidades apresentadas pelo mercado. Oliveira (2013, p. 221) explica que: “A interferência de agências como o Banco Mundial, o BID e a Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL), entre outras, despontaram como uma necessidade do próprio capital de garantir, em escala planetária, a continuidade do seu processo de reprodução”.

Cabe destaque ao papel do Ministério do Trabalho que tinha como responsabilidade garantir forma de profissionalização para àqueles que estavam excluídos do mercado de trabalho. O caráter fragmentado de tais ações era um óbice para a ascensão social e econômica desse público-alvo.

O Decreto nº 2208/1997 regulamentou os arts. 39 a 42 da LDB (Lei nº 9.394/1996) que trata acerca da educação profissional e oferece-lhe um tratamento de complementariedade em relação formal, reforçando a dualidade da educação brasileira e trazendo-lhe um papel secundário em relação à primeira: “Art. 5º A educação profissional de nível técnico terá organização curricular própria e independente do ensino médio, podendo ser oferecida de forma concomitante ou sequencial a este” (BRASIL, 1997).

No entanto, a pressão de estudiosos, aliados à corrente da educação profissional integrada ao ensino médio, ganhou força no início do século XXI, liderada por Frigotto (2005) e Ciavatta (2011). Tais autores entendiam que o Decreto, anteriormente citado, defendia essa fragmentação, pois sua preocupação exclusiva era com as necessidades apresentadas pelo mercado.

O Decreto 5154/2004 é fruto dessa pressão acadêmica e social que resulta na reformulação da educação profissional, revogando o Decreto anterior e promove a integração curricular dos ensinos médio e técnico (BRASIL, 2004). A Lei nº 11.741/08, por sua vez, introduz na Seção IV da atual LDB (“Do Ensino Médio”) a seção IV-A “Da Educação Profissional Técnica de Nível Médio”. (BRASIL, 2008a):

Ocorre que, para as instituições da Rede Federal de Educação Profissional, essas intermitências do ensino integrado fizeram coexistir o antigo e o novo, uma vez que o Decreto 5154/2004 permitiu, além do ensino integrado, o ensino subsequente e concomitante. Ou seja, passou-se a conviver com dois modelos de educação profissional. Em um dos casos, havia separação da educação geral; e em outro verificava-se integração.

[...]

O papel do ensino médio passou a ser preparar o trabalhador para atuação em diversos setores do processo produtivo, sendo que a formação básica ficava a cargo do Estado, e a formação profissional teria que ser feita em cursos específicos. (FORNARI, 2017, p. 40).

O Decreto 5154/2004 destaca a educação profissional em 3(três) níveis: (1) Qualificação profissional, inclusive formação inicial e continuada de trabalhadores; (2) Educação profissional técnica de nível médio; e (3) Educação profissional tecnológica de graduação e de pós-graduação.

Lima (2012) explica que o Governo Federal articula essa modalidade de ensino com a educação, ciência e tecnologia e esclarece que:

Nos anos 2000, com início do governo Lula, as políticas de educação profissional passaram por uma nova reforma, que a partir do Decreto 5154/2004, acabou por incorporar nos documentos algumas reivindicações e bandeiras definidas por setores que estavam alijadas do processo de decisão e formulação das políticas públicas de educação profissional. (LIMA, 2012, p. 89).

A década de 2000 pode ser caracterizada como o momento em que se necessitou de trabalhadores flexíveis no sentido de poderem adaptar-se às complexidades do processo produtivo, gerando repercussões, também, na educação profissional. Fornari (2017) relaciona a presença dos Institutos Federais nesse novo cenário da educação profissional brasileira:

Assim, os Institutos Federais são grande expressão de como a educação profissional no Brasil se encontra hoje. Evidentemente essa modalidade de ensino não se restringe a essas instituições apenas, mas em função do seu crescimento e caráter de inovação, elas possuem uma abrangência significativa, no cenário educacional brasileiro. (FORNARI, 2017, p. 45).

Em virtude da representatividade dos Institutos Federais para a educação profissional, estes são descritos na seção seguinte como ponto decisório para a retomada da Rede Profissional de Educação Tecnológica.

2.2 ORIGEM DOS INSTITUTOS FEDERAIS: RETOMADA DA EXPANSÃO DA REDE PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA

2.2.1 Implantação dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia

Em 1918, fora criada a Fazenda Modelo, cuja política era de instruir acerca de técnicas pastoris para uma determinada comunidade agrícola. No entanto, quando surgiram as Escolas Agrotécnicas Federais (EAFs), estas tinham como objetivo institucional o de ofertar educação profissional no âmbito do setor agropecuário. No entanto, com o advento da Lei n. 11.892 (BRASIL, 2008b), as Escolas Agrotécnicas Federais foram transformadas em Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IFETs), ofertando ensino de nível médio, técnico, superior (em graduação e pós-graduação) e EAD (educação à distância).

Manfredi (2002) faz referência às Escolas Nilo Peçanha que, posteriormente, transformaram-se em Escolas Técnicas e em Centros Federais de Educação Tecnológica (CEFETs). Ambas se tornaram autarquias federais, caracterizadas pela autonomia administrativa, didática e financeira, cujo intuito de tais instituições era o de oferecer ensino médio, além de diversos cursos e programas referentes à educação profissional.

Percebe-se que, a partir do início do século XIX, a Educação Profissional assume relevante papel no âmbito nacional. Silva, Ledo e Magalhães (2014) afirmam que:

Cem anos se passaram e a Rede Federal de Educação Profissional brasileira construiu uma trajetória de reformulações e estruturações: de Escola de Aprendiz Artífices a Escolas Técnicas, daí os Centros Federais de Educação Tecnológica, Colégios Agrícolas e Escolas Agrotécnicas Federais e, mais recentemente os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia. A Escola de Aprendiz Artífices da Bahia deu origem a Escola Técnica, por conseguinte ao Centro Federal de Educação Tecnológica (CEFET-BA) e depois foi transformada em Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia (IFBA) pela Lei de criação dos Institutos N° 11.892, de 29 de dezembro de 2008. (SILVA; LEDO; MAGALHÃES, 2014, p. 2216).

Além do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia (IFBA), foi criado no estado da Bahia o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano (IF Baiano) que, diferente do primeiro, não teve origem nas Escolas de Aprendiz Artífices, e sim, a partir das instalações da Fazenda Modelo de Criação, em Catu. A Escola Agrotécnica foi criada em 1895, através da Lei 75. Dois anos mais tarde, esta foi vendida ao Governo da Bahia pelo senhor Ambrósio Baptista dos Santos para a criação de gado através do ensino de técnicas.

Manfredi (2002) atesta que tais escolas tinham a natureza de autarquias federais, pois eram dotadas de autonomia administrativa, didática e financeira, cuja oferta era o ensino médio e diversos cursos e programas que abordavam a educação profissional. As Escolas Agrotécnicas Federais (EAFs) juntamente com os Centros Federais de Educação Tecnológica (CEFETs) foram substituídos pelos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, a partir da Lei nº 11.892 (BRASIL, 2008b).

Acerca da evolução histórica dos Institutos Federais na Bahia, Silva, Ledo e Magalhães (2014) sinalizam que:

Em resumo o IF Baiano surgiu da transformação das quatro escolas agrotécnicas federais da Bahia. A oferta de cursos dessas instituições era centralizada no eixo tecnológico de recursos naturais prioritariamente, o curso técnico em agropecuária. Ao retomarmos o debate comparativo entre CEFETe EAF's da Bahia evidenciamos realidades muito diferentes entre elas no processo de transformação em Institutos Federais no qual identificamos um diferencial enorme no que diz respeito ao perfil educacional das duas instituições. Se por um lado, o CEFET já oferecia cursos superiores no sistema *multicampi* localizados em perímetros urbanos e pleiteavam se transformar em Universidade Tecnológica. Por outro, as EAF's em sua maioria localizadas na zona rural, ofereciam apenas cursos de nível médio. (SILVA; LEDO; MAGALHÃES, 2014, p. 2218).

Os debates em torno da criação de novas estruturas federais de Educação Profissional iniciaram com a edição do Decreto nº 6.095 (BRASIL, 2007a), o qual estabelecia as diretrizes para promover a integração das Instituições Federais de Educação Tecnológica e para a constituição dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, sob a supervisão da Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica do Ministério da Educação.

No ano seguinte, através do Projeto de Lei nº 3.775 (BRASIL, 2008), proposta pelo deputado Paulo Renato Souza e assinado pelo presidente à época, Luiz Inácio Lula da Silva, instituiu-se a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica e criação dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, com vinculação ao Ministério da Educação, constituindo-se a partir dos (as): (1) Centros Federais de Educação Tecnológica; (2) Escolas Técnicas Federais; (3) Escolas Agrotécnicas Federais; (4) Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR); e (5) Escolas Técnicas Vinculadas às Universidades Federais.

Essa matéria foi aprovada pela Câmara dos Deputados, pelo Senado Federal, culminando na Lei nº 11.892 (BRASIL, 2008b) com o sancionamento pelo Presidente da República, em 29 de dezembro de 2008, como publicação no Diário Oficial da União em 30 de dezembro de 2008, que promoveu uma nova estruturação da Rede Federal quanto à

educação profissional, com a criação de 38 (trinta e oito) Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia.

Uma importante questão apontada na criação dos Institutos Federais já pretendida no Decreto nº 6.095 (BRASIL, 2007a) era a ausência de conhecimento quanto a sua organização, o que dificultava uma configuração institucional que possibilitasse uma aceitação social. A falta de parâmetros mais claros dificultava uma melhor identificação, ocasionando algumas discussões a seu respeito.

As antigas Escolas Agrotécnicas percebiam a transformação em Institutos Federais com desconfiança, pois seu intuito era tornarem-se CEFETs, tendo em vista a ampliação de sua autonomia e o alcance do posto de instituição de educação superior. Os CEFETs, por sua vez, também ofereciam resistência à essa proposta de mudança já que sua intenção era galgar o patamar de Universidade Tecnológica, como percebe-se no processo de implantação no CEFET do Paraná. Sobre essa temática Otranto (2010) declara que:

Os CEFETs são os que poderiam sentir-se mais à vontade dentro do novo modelo, por já contarem, em sua grande maioria, com as condições exigidas pela legislação. Trabalham com os três níveis de ensino, oferecem cursos superiores, desenvolvem pesquisa e extensão e seu corpo docente é, no cômputo geral, o de maior qualificação. (OTRANTO, 2010, p. 8).

Aqueles que se posicionavam contrários a esta mudança argumentavam que esta seria um retrocesso acadêmico para os CEFETs, em virtude de limitação de financiamento, atrelando pelo menos metade das vagas ao ingresso dos estudantes para o ensino médio-profissional, impactando em perda no poder político educacional exercido em determinada região. Susane (2010) acrescenta que:

A nova nomenclatura dada aos Centros Federais de Educação Profissional e Tecnológica (Cefet), que passaram a chamar-se de Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, conferiu-lhes o status de universidade. Assim equiparam-se às universidades federais em termos de funcionalidade, de acesso ao fomento de pesquisa e de extensão, de apoio dos programas ministeriais e também de autonomia para a criação de novos cursos. (SUSANE, 2010, p. 9).

Ball (2005) entende que com este novo cenário, os gestores possuem maior liberdade para a utilização dos recursos financeiros, a partir de uma maior diversidade de atividades político-pedagógicas que precisavam ser desenvolvidas. Araújo e Hypólito (2010) ainda especificam outro benefício oriundo dessa transição:

Embora o modelo de Pró-Reitorias do IF seja, aparentemente, semelhante às Diretorias Sistêmicas do CEFET, está em construção um modelo de gestão diferente do que era aplicado nos CEFETs, os quais constavam de uma Unidade Sede, que centralizava os recursos financeiros e administrativos e Unidades Descentralizadas, que apresentavam uma autonomia administrativa bastante restrita [...]. Com a transformação em IF, agrupa-se um conjunto de Escolas – denominadas Campus – em torno de uma Reitoria responsável pela gestão em relação ao Ministério da Educação. Outra intenção é descentralizar os recursos financeiros para que sejam administrados diretamente pela Direção Geral de cada Campus. (ARAÚJO; HYPÓLITO, 2010, p. 7).

Os mesmos autores ainda prelecionam que:

Na categoria características e finalidades encontram-se, conceitualmente, diferenças significativas entre os IFs e os CEFETs. No Decreto 5224/2004 observa-se a preocupação na relação das instituições com a sociedade, entretanto esta inserção é referida, geralmente, em termos de “tendências do setor produtivo” ou “articulação com a sociedade e o setor produtivo”. Já para os IFs observa-se, claramente, a expansão desse conceito de inserção social: quando o texto especifica como finalidade consolidar e fortalecer os arranjos produtivos, sociais e culturais locais e propõe o mapeamento das potencialidades de desenvolvimento socioeconômico e cultural, desafia as Instituições a olhar a sociedade como um todo, expandindo o foco para além do setor produtivo tradicional, ou num outro olhar, definindo mais claramente o termo setor produtivo [...] Os IFs devem se inserir nas comunidades locais com a tarefa de criar soluções que agreguem melhorias na qualidade de vida destas comunidades: é o pilar da extensão que, quando ocorria, tradicionalmente, sempre esteve focado no setor produtivo tradicional. (ARAÚJO, HYPÓLITO, 2010, p. 7).

Peneluc (2012) destaca que:

O Governo Federal, através do Ministério da Educação (MEC) criou um modelo institucional absolutamente inovador em termos de proposta político-pedagógica: Os Institutos Federais de Educação que são instituições de educação superior, básica e profissional, pluricurriculares e *multicampi*, especializados na oferta de educação profissional e tecnológica nas diferentes modalidades de ensino e compõem a Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica, através da promulgação da Lei nº 11.892, de 29.12.2008, publicada no DOU de 30.12.2008. (PENELUC, 2012, p. 22).

Segundo Pereira (2010), a partir desse novo cenário econômico e social, considerou-se tais reformulações como centrais nas políticas públicas, de modo a assumir o compromisso com a construção de uma nação democrática e soberana, no sentido de promover o combate às desigualdades estruturais. Nesse sentido, o governo federal resolve, no ano de 2005, dar início ao plano de expansão da rede federal de educação profissional e tecnológica.

Após três anos de intensos trabalhos, mais precisamente em 29 de dezembro de 2008 – publicado no Diário Oficial da União (DOU) de 30.12.2008 – o então Presidente da República, Luís Inácio Lula da Silva, sancionou a Lei 11.892, instituindo a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, criando, à época, no País, 38 (trinta e oito)

Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, instituições *multicampi* e pluricurriculares, vinculadas ao Ministério da Educação (MEC).

É sabido que com o advento da Lei n. 11.892 (BRASIL, 2008b), os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IFETs) são criados com fulcro de oferta do ensino de nível médio, técnico, superior (em graduação e pós-graduação) e EAD (educação à distância).

Araújo e Hypólito (2016) destacam que os Institutos Federais alcançam o *status* de menor limitabilidade em relação às estruturas que antecederam a sua existência, reconhecidos como Instituições de Ensino Superior, básica e profissional, favorecendo a pluralidade na oferta de cursos, nas diversas modalidades de ensino (Educação Básica – Nível médio e Nível Superior).

A Lei nº 11.892 (BRASIL, 2008b) evidencia (em seu art. 7º) os objetivos para a implementação desses Institutos, dentre eles o de ofertar educação profissional técnica de nível médio (cursos integrados e Proeja), cursos de formação continuada para profissionais de todos os níveis de escolaridade e fornecimento de cursos superiores (licenciaturas, bacharelados, pós-graduação *lato sensu* e *stricto sensu*).

Art. 7º Observadas as finalidades e características definidas no art. 6º desta Lei, são objetivos dos Institutos Federais:

I - ministrar educação profissional técnica de nível médio, prioritariamente na forma de cursos integrados, para os concluintes do ensino fundamental e para o público da educação de jovens e adultos;

II - ministrar cursos de formação inicial e continuada de trabalhadores, objetivando a capacitação, o aperfeiçoamento, a especialização e a atualização de profissionais, em todos os níveis de escolaridade, nas áreas da educação profissional e tecnológica;

III - realizar pesquisas aplicadas, estimulando o desenvolvimento de soluções técnicas e tecnológicas, estendendo seus benefícios à comunidade;

IV - desenvolver atividades de extensão de acordo com os princípios e finalidades da educação profissional e tecnológica, em articulação com o mundo do trabalho e os segmentos sociais, e com ênfase na produção, desenvolvimento e difusão de conhecimentos científicos e tecnológicos;

V - estimular e apoiar processos educativos que levem à geração de trabalho e renda e à emancipação do cidadão na perspectiva do desenvolvimento socioeconômico local e regional; e

VI - ministrar em nível de educação superior:

a) cursos superiores de tecnologia visando à formação de profissionais para os diferentes setores da economia;

b) cursos de licenciatura, bem como programas especiais de formação pedagógica, com vistas na formação de professores para a educação básica, sobretudo nas áreas de ciências e matemática, e para a educação profissional;

- c) cursos de bacharelado e engenharia, visando à formação de profissionais para os diferentes setores da economia e áreas do conhecimento;
- d) cursos de pós-graduação *lato sensu* de aperfeiçoamento e especialização, visando à formação de especialistas nas diferentes áreas do conhecimento; e
- e) cursos de pós-graduação *stricto sensu* de mestrado e doutorado, que contribuam para promover o estabelecimento de bases sólidas em educação, ciência e tecnologia, com vistas no processo de geração e inovação tecnológica. (BRASIL, 2008b).

Quanto ao desenho curricular da educação profissional e tecnológica nos Institutos Federais, Pacheco (2011) afirma que:

Como princípio em sua proposta político-pedagógica, os Institutos Federais deverão ofertar educação básica, principalmente em cursos de ensino médio integrado à educação profissional técnica de nível médio; ensino técnico em geral; graduação tecnológica, licenciatura e bacharelado em áreas em que a ciência e a tecnologia são componentes determinantes, em particular das engenharias, bem como, programas de pós-graduação *lato* e *stricto sensu*, sem deixar de assegurar a formação inicial e continuada de trabalhadores. Nesse contexto, a transversalidade e a verticalização são dois aspectos que contribuem para a singularidade do desenho curricular nas ofertas educativas dessas instituições. (PACHECO, 2011, p. 23).

Os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IFETs) foram criados com o objetivo maior de promover a oferta de educação profissional e tecnológica, em todos os seus níveis e modalidades, tendo em vista a qualificação de cidadãos para atuarem profissionalmente nos diversos setores da economia.

Araújo e Hypólito (2010) atestam que os Institutos Federais foram criados de modo a trabalharem, especificamente, com a educação profissional e tecnológica, em atenção a um capítulo da Lei nº 9394 (BRASIL, 1996) (atual Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional) que trata “da educação profissional” e que trata de forma recorrente sobre a expressão “educação profissional e tecnológica”. Os Institutos Federais têm a natureza jurídica de autarquias federais, cujo modelo identitário e pedagógico está previsto no art. 2º da sua lei de criação:

Os Institutos Federais são instituições de educação superior, básica e profissional, pluricurriculares e multicampi, especializados na oferta de educação profissional e tecnológica nas diferentes modalidades de ensino, com base na conjugação de conhecimentos técnicos e tecnológicos com as suas práticas pedagógicas. (BRASIL, 2008b).

Pacheco (2011) enxerga o surgimento dos Institutos Federais como uma inovação na relação do ensino técnico e o científico, tendo em vista a emancipação humana, a partir da articulação entre ciência, cultura e o mundo do trabalho.

Em dezembro de 2008 foram criados 38 Institutos Federais totalizando 314 (trezentos e quatorze) *Campi* distribuídos pelo país, ampliando consideravelmente o número de vagas públicas para a educação tecnológica ao disponibilizar muitos cursos técnicos, cuja maioria na forma integrada (50%) e as licenciaturas (20%) conforme determinação legal:

Art. 7º Observadas as finalidades e características definidas no art. 6º desta Lei, são objetivos dos Institutos Federais:

I - ministrar educação profissional técnica de nível médio, prioritariamente na forma de cursos integrados, para os concluintes do ensino fundamental e para o público da educação de jovens e adultos;

[...]

VI - ministrar em nível de educação superior:

[...]

b) cursos de licenciatura, bem como programas especiais de formação pedagógica, com vistas na formação de professores para a educação básica, sobretudo nas áreas de ciências e matemática, e para a educação profissional;

[...]

Art. 8º No desenvolvimento da sua ação acadêmica, o Instituto Federal, em cada exercício, deverá garantir o mínimo de 50% (cinquenta por cento) de suas vagas para atender aos objetivos definidos no inciso I do caput do art. 7º desta Lei, e o mínimo de 20% (vinte por cento) de suas vagas para atender ao previsto na alínea *b* do inciso VI do caput do citado art. 7º. (BRASIL, 2008b).

Além destes, os Institutos podem oferecer graduações tecnológicas, especializações, mestrados profissionais e doutorados que tratem de pesquisa pertinentes à inovação tecnológica. Pacheco (2011) destaca que a qualificação para a laboralidade deve orientar-se para a formação humana. Nesse sentido, Oliveira e Escott (2015) afirmam que:

A estrutura multicampi dos IF busca atender à vocação regional, consolidando a missão destas instituições voltadas ao compromisso de intervenção em suas respectivas regiões, identificando problemas e criando soluções técnicas e tecnológicas para o desenvolvimento sustentável com inclusão social. (OLIVEIRA; ESCOTT, 2015, p. 730).

É a busca pela aplicação pedagógica não preocupada, exclusivamente, com o campo teórico, mas também com um olhar voltado para a realidade, o que torna capaz do indivíduo participar no mundo do trabalho com capacidade qualitativa superior, cuja formação profissional ocorre com infinitas possibilidades, a partir de um reinventar-se no e para o mundo. (PACHECO, 2011).

Pereira (2010) esclarece que o aparecimento desses Institutos implica em valorização da Educação ao promover o combate das desigualdades estruturais da sociedade brasileira, enquanto foco central, visando a construção de uma nação soberana e democrática. Essa Rede

tem como uma de suas missões a qualificação da mão de obra para o mercado de trabalho, de modo a incluir uma parcela da população no âmbito laboral.

Araújo e Hypólito (2010) atestam que os Institutos Federais foram criados de modo a trabalharem, especificamente, com a educação profissional e tecnológica, em atenção a um capítulo da Lei nº 9394 (BRASIL, 1996) (atual Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional) que trata “da educação profissional”, bem como de forma recorrente a expressão “educação profissional e tecnológica”. A Educação Profissional é percebida por Pereira (2010) nesses termos:

Em resumo, a Educação Profissional no Brasil é fruto da correlação de força entre setores que sempre a tomaram como um braço a favor de acumulação capitalista e outros que a concebem como importante instrumento de política social, aqui assumida como aquelas voltadas para a redistribuição dos benefícios sociais visando à diminuição das desigualdades. (PEREIRA, 2010, p. 2).

Se, por um lado, as Escolas Agrotécnicas e os CEFETs tinham o intuito de promover a capacitação de pessoas para assumirem os cargos de natureza técnica, atendendo, prioritariamente, demandas do industrialismo brasileiro, os IFETs, doravante, têm o propósito de aprimoramento do ensino tecnológico e a inclusão social, com observância das diferentes regionalidades. Para Pereira (2010), a Educação Profissional e Tecnológica é tida como uma política pública capaz de trazer melhorias sociais e educacionais para a sociedade a qual esta se insere.

2.2.2 Novo paradigma da educação profissional e tecnológica: verticalização e integração

Todas essas escolas profissionalizantes brasileiras criadas no século XX guardavam entre si uma característica muito peculiar, o caráter tipicamente moral-assistencialista, considerando que todas elas possuíam como objetivo principal a oferta de alguma formação técnica, para uma parcela da sociedade detentora de poucos recursos financeiros e econômicos.

Tanto as Escolas Técnicas, quanto às Escolas Agrotécnicas Federais, eram autarquias, investidas de autonomia administrativa, didática e financeira, que ofertavam, além do ensino médio, cursos e programas voltados à educação profissional.

Contudo, foi se percebendo que esse modelo, cujo foco era, prioritariamente, atender aos interesses de um sistema político-econômico, não mais atendia aos anseios da sociedade

contemporânea, na qual começaram a ser desenvolvidos e aplicados recursos científicos e tecnológicos cada vez mais complexos, para os quais não havia capital humano suficientemente qualificado.

Em sendo assim, era emergente a necessidade de promover reformulações no sistema educacional público ofertado no País, criando programas e cursos capazes de ampliar os níveis de qualidade da formação profissional dos indivíduos participantes desses programas, instrumentalizando-os, de modo que pudessem intervir na realidade do local, através da transferência de conhecimento técnico e científico entre os agentes locais, desenvolvendo, a partir de pesquisas, novos processos, produtos e serviços.

Acerca do papel dos Institutos Federais para o desenvolvimento local, Pereira (2010) reafirma a necessidade do governo federal atentar para esta questão quando versa sobre o tema “Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia: concepção e diretrizes” e estabelece:

[...] como um dos critérios na definição das cidades-pólo a distribuição equilibrada das novas unidades, a cobertura do maior número possível de mesorregiões e a sintonia com os arranjos produtivos sociais e culturais locais, reafirmando o propósito de consolidar o comprometimento da educação profissional e tecnológica com o desenvolvimento local e regional. (PEREIRA, 2010, p. 3).

A Lei de criação (Lei nº 11.892/08) da Rede Federal destaca que estes destinam-se a promover ações “no plano local (município) e regional (estado ou mesorregião)” (BRASIL, 2008b, p. 30), cujo intuito é o de atender às demandas presentes no território ao qual estão localizados.

O artigo 6º desse diploma normativo especifica que os Institutos devem realizar o apoio ao “desenvolvimento socioeconômico local, regional e nacional”, bem como à “estimulando o desenvolvimento do espírito crítico, voltado à investigação empírica” e “estimular e apoiar processos educativos que levem à geração de trabalho e renda e à emancipação do cidadão na perspectiva do desenvolvimento socioeconômico local e regional.” (BRASIL, 2008b). A partir da leitura deste dispositivo, percebe-se uma interface entre desenvolvimento e educação.

[...] o ensino médio integrado (não apenas o concomitante), a verticalização do ensino (diferentes níveis de educação), a realização de ensino, pesquisa e extensão, bem como atendimento a setores da população que antes não acessavam a Educação Profissional e Tecnológica (EPT). No caminho da concepção dos IFs, porém, muito do que se pensou não apareceu de modo explícito na sua Lei de criação, como a referência às articulações com a comunidade externa, exceto sobre a comunidade acadêmica e comunidade como segmento ativo, participativo e integrado às atividades dos IFs.

A correção do foco de atuação no desenvolvimento, principalmente local e regional [...] do qual se orienta o desenvolvimento para o contexto territorial, de onde poderia conceber relações de aproximação às comunidades. (STURMER, 2018, p. 1370).

Os Institutos Federais necessitam de uma atuação em sintonia com as políticas públicas, de modo a possibilitar articular ações de ensino, pesquisa e extensão, a partir das ações sociais presentes na região em que os mesmos se encontram inseridos, de modo a promover desenvolvimento local e regional, considerando-se a educação profissional e tecnológica. O art. 6º, V desse mesmo diploma normativo destaca a finalidade desses Institutos em constituir-se em centro de excelência que possibilite o desenvolvimento do espírito crítico, inclinado à investigação empírica (BRASIL, 2008b).

Percebe-se o fomento à formação de nível médio muito atrelada à educação profissional como forma de solucionar as defasagens educacionais presentes ainda na etapa da educação básica, no que tange às ofertas de EJA e cursos FIC (DIAS, 2011).

Quanto ao EJA, o Decreto nº 5.840/2006 instituiu, no âmbito federal, o Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na modalidade EJA – PROEJA, obrigando às instituições da Rede Federal a destinarem parte de suas vagas para a educação profissional na modalidade de jovens e adultos que tenham concluído o ensino fundamental e possuam idade superior a 18 (dezoito) anos.

Já a Formação Inicial e Continuada (FIC) tem como intuito a elevação da escolaridade, de modo a permitir a formação e (re)inserção do indivíduo no mundo do trabalho. Em suma, a Formação Inicial e Continuada trata de um processo de qualificação profissional que está voltada para a formação do trabalhador, de modo a proporcionar-lhe a inserção ou reinserção no mundo do trabalho, através da elevação da sua escolaridade.

Nesse ínterim, Araújo e Frigotto (2016) analisam o ensino integrado como:

Uma proposta não apenas para o ensino profissional. O ensino integrado é um projeto que traz um conteúdo político-pedagógico engajado, comprometido com o desenvolvimento de ações formativas integradoras (em oposição às práticas fragmentadoras do saber), capazes de promover a autonomia e ampliar os horizontes (a liberdade) dos sujeitos das práticas pedagógicas, professores e alunos, principalmente. [...]. Tomamos a ideia de integração como um princípio pedagógico orientador de práticas formativas focadas na necessidade de desenvolver nas pessoas (crianças, jovens e adultos) a ampliação de sua capacidade de compreensão de sua realidade específica e da relação desta com a totalidade social. (ARAÚJO; FRIGOTTO, 2016, p. 393).

Costa (2016) assevera que os Institutos Federais são semelhantes no sentido de concentrar a oferta formativa em uma área específica, que é o ensino de nível médio. Fornari (2017) destaca o direcionamento da integração nos Institutos Federais voltado para a educação básica e o ensino profissionalizante pertinentes aos cursos de ensino médio.

Quevedo (2016) percebe que a integração e a verticalização são compromissos assumidos pelos Institutos Federais que requerem ações indissociáveis. Ela esclarece que o fato de uma mesma instituição oferecer cursos de uma mesma área, desde o nível médio até a Pós-Graduação, não representa necessariamente a verticalização do ensino.

Por isso há a necessidade de uma avaliação do currículo da mesma, no sentido de compreender a composição do componente curricular, a integração entre os conteúdos e a sua transversalidade, sob a perspectiva da relação existente entre o ensino, pesquisa e a extensão. A verticalização do ensino é um dos alicerces dessa instituição e considerado como um elemento inovador na educação profissional brasileira.

Em suma, os Institutos Federais provam a sua preocupação com o desenvolvimento local e regional à medida em que se propõem a afinar as atividades de ensino, pesquisa e extensão, a partir de um caráter científico, educacional e tecnológico. (STURMER, 2018). O desenvolvimento da comunidade mostra-se em sintonia com a concepção de educação assumida pelos Institutos Federais ao estimular ações de atividades de ensino, pesquisa e extensão, em decorrência do uso de tecnologias sociais, visando a geração de emprego e renda, com promoção de inclusão social.

2.3 INDISSOCIABILIDADE ENTRE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO NOS INSTITUTOS FEDERAIS COMO ESPAÇO FORMATIVO EMANCIPATÓRIO

Magalhães (2007) descreve que o ensino superior no Brasil durante o ciclo de governos militares guarda correspondência com a organização da universidade norte-americana. Através da Reforma Universitária de 1968 que tratou de uma série de leis modificando o ensino superior no Brasil nas décadas de 1960 e 1970, incluindo como medidas, dentre outras, a substituição do sistema de cátedras pelo de departamentos, institutos e centros, e a desintegração das Faculdades de Filosofia, Ciências e Letras.

A associação entre ensino-pesquisa, na visão de Diehl e Terra (2013), ganharia contornos em 1968 com a Lei da Reforma Universitária, no entanto tal indissociabilidade não teria, de fato, ocorrido na realidade brasileira. (FERREIRA, 1986).

A indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão tem previsão legal, inicialmente, no art. 207 da nossa Constituição Federal quando reza: “[...] as universidades gozam de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial, e obedecerão ao princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão”. (BRASIL, 1988, grifos nossos). Fernandes (2011) conceitua cada uma dessas dimensões:

Ensino – área responsável pelo desenvolvimento da oferta de “educação profissional e tecnológica, em todos os seus níveis e modalidades”, com a promoção da “integração e a verticalização da educação básica à educação profissional e educação superior, otimizando a infraestrutura física, os quadros de pessoal e os recursos de gestão”;

Extensão – área responsável pelo desenvolvimento de “programas de extensão e de divulgação científica e tecnológica” e de “atividades de extensão de acordo com os princípios e finalidades da educação profissional e tecnológica, em articulação com o mundo do trabalho e os segmentos sociais, e com ênfase na produção, desenvolvimento e difusão de conhecimentos científicos e tecnológicos”;

Pesquisa – área responsável pelo desenvolvimento integrado com ensino da “educação profissional e tecnológica como processo educativo e investigativo de geração e adaptação de soluções técnicas e tecnológicas às demandas sociais e peculiaridades regionais”, bem como a realização de “pesquisas aplicadas, estimulando o desenvolvimento de soluções técnicas e tecnológicas, estendendo seus benefícios à comunidade”. (FERNANDES, 2011, p. 6).

Percebe-se que há uma omissão quanto ao princípio da indissociabilidade para os demais tipos de organização acadêmica. A atual Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9394 (BRASIL, 1996)) afirma em seu art. 45 que a educação superior possui “variados” graus de abrangência ou especialização.

A expressão de sentido genérico acima descrita é exemplificada no Decreto nº 9.235, de 15 de dezembro de 2017 (BRASIL, 2017), que regulamenta o exercício da supervisão, regulação e avaliação das instituições de educação superior (IES), que descreve no seu art. 15 os “variados graus de abrangência”, a saber: (I) Faculdades; (II) Centros Universitários e (III) Universidades, Centros Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, integrantes da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica.

Diehl e Terra (2013) aduzem que essa tríade é essencial para que a educação por excelência seja promovida em sua completude, pois permite que a pesquisa sustente os elementos do ensino e a extensão, possibilitando uma maior aproximação entre a academia e a comunidade. Em outros termos, o ensino praticado em sala de aula seria retroalimentado pela pesquisa e a extensão.

Valentim (2007) corrobora com o autor supracitado quando destaca a importância para o trabalho desenvolvido, pelos grupos de pesquisa, pois essa produção científica favorece a efetividade do equilíbrio entre os conhecimentos teórico e prático ao promover com a indissociabilidade do ensino, pesquisa e extensão.

Em 1988 houve muitas discussões no meio acadêmico acerca do compromisso da universidade com o seu engajamento social. Por isso, seu compromisso legal não seria apenas com o ensino e a pesquisa, mas também com a prática de extensão. O compromisso com estas 3 (três) esferas fez surgir o princípio constitucional da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão.

O debate ocorrido nos XXVII e XXVIII Encontros Nacionais de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras, nos anos 2009 e 2010, define a extensão universitária como um processo cultural, educativo, político, interdisciplinar e científico que promove a interação transformadora entre a Universidade e os setores da sociedade, sob o princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão.

Importante destacar que a extensão genuína é aquela que se baseia no conhecimento gerado pela pesquisa. Quando se ensina algo que não resulta em atividade endógena de pesquisa se está fazendo ensino, educação continuada, ou promovendo alguma outra ação. Mas, a rigor, nada de extensão.

Santos (2014) explica que a Universidade é o espaço educacional-social para a produção e divulgação de conhecimentos científicos e utiliza-se do ensino, pesquisa e da extensão para alcançar tais finalidades. A Extensão acaba por assumir um papel de destaque na atuação universitária em virtude do atual cenário de um mundo que passa por constantes e rápidas

transformações, além das particularidades presentes em cada realidade local, o que exige desta uma maior atuação social.

A aproximação da relação entre universidade e sociedade possibilita a superação de processos de exclusão e desigualdades sociais. Nunes e Silva (2011) explicam que os projetos sociais são ferramentas importantes de socialização do conhecimento produzido na universidade e exercício de sua responsabilidade social com a disponibilização de seus serviços, o que impacta na melhoria na respectiva qualidade de vida dos cidadãos beneficiados.

No que tange à promoção de desenvolvimento local, a partir da produção agropecuária, Altieri (2000) reforça que é preciso aperfeiçoar os recursos disponíveis ora encontrados na própria localidade, alcançando a maior sinergia possível entre comunidade, animais, plantas, solo, clima, dentre outros.

Deve-se, ainda, privilegiar a diversificação, não somente a agrícola, mas a introdução da pluriatividade, favorecendo também atividades no setor secundário e terciário, como forma de desenvolvimento da economia rural, uma vez que uma região rural terá um futuro tanto mais dinâmico quanto maior for a capacidade de diversificação da economia local, impulsionada pelas características de sua agricultura. (TONET, 2008, p. 30).

A aproximação entre a universidade e sociedade exprime benefício para ambas as partes, pois esta última deixa o papel de passividade, em relação aos conhecimentos transmitidos e passa a atuar de forma crítica e participativa nos modos de organização do seu espaço social. A primeira, por sua vez, compreende melhor as especificidades econômicas, culturais e sociais do espaço em que está inserida, possibilitando-lhe realizar ações que estejam mais próximas das demandas constatadas e que lhe são apresentadas.

A universidade deve dirigir seus interesses e preocupações para as questões sociais. Para tanto, cabe-lhe buscar junto à própria comunidade subsídios que lhe permitam detectar seus anseios, numa postura de convivência aberta e horizontal.

A extensão como prática acadêmica visa interligar a universidade em suas atividades de ensino e pesquisa com as demandas da sociedade, buscando respeitar o compromisso social da universidade. (NOGUEIRA, 2000, p.16).

Com isso a extensão não pode ser considerada como uma atividade dissociada do ensino e da pesquisa. A indissociabilidade é um princípio orientador da universidade que possibilita o movimento de inserção mútua entre esta e a sociedade. Outra vantagem é que a integração entre ambas possibilita que saberes teóricos, muitas vezes trabalhados no ensino e na pesquisa, possam encontrar na extensão o espaço necessário para atuação nas especificidades

encontradas nas nuances presentes nos diferentes contextos locais. Santos e Sossai (2017) fazem crítica aos Institutos Federais quanto ao cumprimento integral da tríade:

Os IFs falham em pesquisa e transferência tecnológica, geralmente por falta de incentivo específico e pela grande demanda para atividades de ensino, agravada por ser simultaneamente em diferentes níveis (básico, superior e profissional), o que exige diferentes formas de comunicação e técnica pedagógica. (SANTOS; SOSSAI, 2017, p. 3).

Carvalho (1996), por sua vez, alerta quanto a um perigo voltado culturalmente ao ensino:

[...] um ensino alheio à pesquisa, torna-se evolutivo, não evolutivo, pouco demonstrável, rapidamente arcaizado e alheio ao processo de evolução sócio-político-técnica. A pesquisa, distante do ensino e da extensão, torna-se algo individualizado ou exclusivamente voltado ao lucro, ou à evolução tecnológica. Não há necessidade de se explicitar que a extensão perde seus objetivos, numa universidade sem o ensino e a pesquisa. (CARVALHO, 1996, p. 14).

Pacheco (2011) destaca que as ações dos Institutos Federais devem integrar a ciência, cultura e tecnologia interligadas com a vida humana e, simultaneamente, favorece à investigação científica. Nesse sentido, Botomé (1996) trata de tais atividades que proporcionam o exercício da cidadania no sistema educacional brasileiro.

Nascimento e Veloso (2016) explicam que as Instituições de Ensino Superior (IES), possuem dois modelos:

Neo-napoleônicas: seriam marcadas pelas características de ausência de pesquisa e pós-graduação consolidadas; predominância de docentes em tempo parcial e horistas sem a qualificação para a pesquisa; unidades isoladas; atividades de ensino predominantemente; estrutura acadêmica e administrativa direcionada para a formação de profissionais.

Neo-humboldtiano: teriam pesquisa e pós-graduação consolidadas; majoritariamente docentes em tempo integral e qualificados para pesquisa; unidades integradas em torno de um projeto de ensino, pesquisa e extensão; estrutura voltada para formação de profissionais e formação de pesquisadores em diversas áreas de conhecimento. (NASCIMENTO; VELOSO, 2016, p. 140).

Os dois modelos ocorrem em uma diferença temporal de aproximadamente 50 anos. O napoleônico foi assim denominado porque foi uma tentativa de Napoleão Bonaparte superar a universidade escolástica e o modelo humboldtiano foi uma iniciativa de Wihelm von Humboldt de introduzir a pesquisa e modernizar a universidade alemã e torná-la diferente da escolástica, no bojo de um movimento mais amplo de unificação nacional. Logo, apesar de Nascimento e Veloso (2016) trazerem a designação “neos”, estes são desnecessários, pois não houve mudança de essência.

Esta pesquisa discorda com o posicionamento do supracitado autor quando aduz que no modelo Neo-napoleônico havia “ausência de pesquisa”, uma vez que houve produção científica na “*École Polytechnique*”¹ francesa. Sguissardi (2003) entende que prevalece o modelo neo-napoleônico nos Institutos Federais, a partir de unidades isoladas, predomínio das atividades de ensino e a estrutura (administrativa e acadêmica) voltadas para a formação de profissionais. A única característica neo-humboldtiana seria a qualificação dos docentes e a integralidade de dedicação ao trabalho.

A presente pesquisa pretende abordar em seção oportuna sobre qual modelo se aproxima mais do Instituto Federal Baiano, *Campus* Catu. É preciso analisar e verificar se há:

Um ciclo dinâmico e interativo em que a pesquisa aprimora e produz novos conhecimentos, os quais são difundidos por meio do ensino e da extensão, fazendo com que esses três pilares balizadores [...] tornem-se complementares e interdependentes, atuando de forma sistêmica. (PIVETTA; BACKES; CARPES; BATTISTEL; MARCHIORI, 2010, p. 378).

Desse modo, é necessária a articulação entre a tríade para possibilitar a produção do conhecimento aliado às necessidades sociopolíticas da sociedade, o que inclui, também, a formação humana em todos os níveis de ensino.

A ideia central na criação dos Institutos Federais perpassa pela formação integral do trabalhador. Tonet (2016) questiona como promover formação humana integral a partir da atividade educativa.

É, pois, inútil dar voltas à inteligência para – tanto do ponto de vista teórico como do ponto de vista prático – querer conceituar e levar à efetivação uma educação que contribua para a formação humana integral no interior desta forma de sociabilidade. O que, segundo nos parece, se pode e deve pensar são atividades educativas – portanto, não a educação no seu conjunto – que estejam inseridas na luta pela transformação radical da sociedade. Contribuir para uma educação integral, hoje, só pode ter o significado de formar indivíduos comprometidos – teórica e praticamente – com a construção de uma forma de sociabilidade [...] em que aquela formação integral possa efetivamente ser realizada. (TONET, 2016, p. 80).

Essa preocupação, para além do capital (relativo à economia), é um pensar em uma educação voltada para a emancipação humana. Mészáros (2004) reforça a concepção de uma educação amparada na transformação social e que não se limita a estar subordinada às necessidades impostas pela expansão do capital.

¹ *École Polytechnique* é a referência à Escola Politécnica na França que surgiu em 1794 e é uma universidade, cujo foco é a ciência, tecnologia e pesquisa.

O papel da educação é crucial. Sem uma concepção diferente de educação – ou seja, a autoeducação cooperativamente administrada dos produtores livremente associados, inspirada por, e orientada para, a produção e satisfação de suas necessidades genuínas – não há como sair do círculo vicioso da produção de escassez em escala sempre crescente. Na ausência da autoeducação cooperativa de iguais capazes de compreender o significado real da economia, tudo continuará à mercê dos interesses investidos na reprodução máxima de necessidades artificiais, inseparáveis da perpetuação lucrativa da escassez. (MÉSZÁROS, 2004, p. 48).

A educação pode ser caracterizada como uma categoria da formação humana e imbuída de um viés ideológico, na qual são transmitidos conhecimentos e, também, os valores presentes no âmbito social. Fornari (2017) prescreve que nos últimos 150 (cento e cinquenta) anos, a educação formal esteve submissa à máquina produtiva, através do fornecimento de conhecimentos e valores partilhados pelos interesses da classe dominante.

Ocorre que as instituições formais de educação, na visão Mészáros (2007), são induzidas a seguirem princípios reprodutivos dominantes, em virtude de pressões externas, fruto de perspectivas globais de uma sociedade mercantilizada. Isso implica estudantes e trabalhadores que sofrem com a não participação ativa na produção de um conhecimento, pois o mesmo volta-se para a valorização do capital.

A atividade educacional não pode ser apenas uma simples negação ao conhecimento imposta pela necessidade mercadológica. É preciso que a abordagem alternativa seja sustentável quando se pensa em possibilidade de substituição em relação à dominante. Nessa esteira, Mészáros (2007) se posiciona:

Os princípios orientadores da educação formal devem ser desatados do seu tegumento da lógica do capital, de imposição de conformidade, e em vez disso mover-se em direção a um intercâmbio ativo e efetivo com práticas educacionais mais abrangentes. Eles (os princípios) precisam muito um do outro. Sem um progressivo e consciente intercâmbio com processos de educação abrangentes como a “nossa própria vida”, a educação formal não pode realizar as suas muito necessárias aspirações emancipadoras. (MÉSZÁROS, 2007, p. 214).

Sousa (2013) traz a visão de mercantilização de direitos, quando a força de trabalho é percebida enquanto mercadoria. Por isso, Fornari (2017) alerta que:

A tarefa da educação conjuga a ação de transformação social ampla e emancipadora, isto é, a verdadeira transcendência da autoalienação do trabalho. A educação é vista como instrumento da moral, de forma a permitir a automeadiação dos indivíduos, na luta pela sua autorrealização. Por isso, a educação e a emancipação humana não podem ser separadas. A educação contribui, permanentemente, com o processo de rupturas profundas, como uma forma autoeducadora; e a emancipação humana, como relações sociais

que desencadeiam ações e atividades que possam autorrealizar o homem. (FORNARI, 2017, p. 207).

Tumolo (2013) defende que é possível a verificação na educação que possibilita o indivíduo entrar em contato com o que foi socialmente produzido e acumulado pelas gerações, o que possibilita estabelecer um elo entre o indivíduo e o gênero humano.

É crucial, também, o papel formador da instituição de ensino, quanto ao processo educativo, tornando-se uma força social atuante. Fernandes (1966) aduz:

Ser aplicada nas duas direções ao mesmo tempo. De um lado, promovendo a exploração e a utilização sistemática dos recursos educacionais do ambiente mediato. Ou seja, servindo como fator de preparação do homem para as condições de vida e sua comunidade. De outro lado, ajustando o seu horizonte cultural a valores, aspirações e ideais de vida nacionais e universais. Ou seja, servindo como um fator de preparação do homem para a ordem nacional a que se integra a comunidade em que vive e para a civilização que ela participa. [...] A educação precisa corresponder, construtivamente, aos dois tipos de necessidades educacionais, quer para ajustar o homem ao seu meio ambiente, quer para despertar nele disposições criadoras, suscetíveis de levá-lo a agir de acordo com identificações ou solicitações de ideais nacionais de vida e humanidade. (FERNANDES, 1966, p. 441).

No entanto, há a discordância em relação a esse posicionamento, pois o conhecimento beneficia todas as classes. Inclusive, a pesquisa é considerada como alicerce da produção do conhecimento, tornando-se necessária à práxis acadêmica. Teixeira (1989) destaca o atraso intelectual sofrido pelo país fruto de uma herança cultural que não trouxe incentivos para a democratização da educação, mesmo com avanços políticos ocorridos no século XIX.

Schwartzman (1982) especifica a Universidade de São Paulo como uma experiência revolucionária, cuja fundação ocorreu em 25 de janeiro de 1934, tendo como base o desenvolvimento de pesquisa integral. Com exceção dessa instituição, este autor destaca um ensino do tipo utilitário e com produção científica de pouca expressão, sem qualquer incentivo significantes na área da pesquisa universitária.

As universidades tiveram um aparente transformação da qualidade do ensino no Brasil com a criação da Lei de Diretrizes e Bases de 1961, possibilitando que no período de 1962 a 1966 as universidades se reorganizassem através da criação de inúmeros institutos de pesquisas (SOUZA, 1998). No entanto, grande era a distância entre a normatização e a vivência, em que o ensino e a pesquisa eram tratados como campos de atuação que não se atrelavam.

Santos (2010) destaca a formação graduada e pós-graduada quando estas estão acompanhadas da pesquisa e da extensão. Silva (2010, p. 31) esclarece:

O ensino diz respeito, substancialmente, à transmissão do conhecimento, enquanto a pesquisa estaria ligada à produção e reconstrução desse conhecimento. Por conseguinte, a extensão, articuladora das ações anteriores, seria a prática social do conhecimento. Logo, o ensino forma profissionais para atuarem no mercado de trabalho; a pesquisa insitui a cultura nacional, aprimoriza o saber e permite o desenvolvimento de novas tecnologias, mas, é na extensão que a universidade partilha com a comunidade a produção de conhecimento com o objetivo de transformá-la.

Schwartzman (1982, p.31) indica que: “a produção científica no Brasil está concentrada nos cursos de pós-graduação e nas universidades públicas”. Esse autor aponta que os Institutos Federais e outras instituições públicas ou privadas investem mais na formação profissional que na científica, o que dificulta o desenvolvimento dos 3 (três) pilares constitucionais da indissociabilidade.

A intenção dessa corrente de autores não é jamais desprezar a pesquisa realizada nos Institutos Federais e em outras instituições de ensino públicas e privadas que não estão categorizadas como universidades. No entanto, alerta para salientar que as universidades públicas continuam aparecendo como maiores produtores de pesquisa científica e formação de pesquisadores.

Castro (1986) sintetiza a atividade de pesquisa como condição essencial para promoção da excelência na atividade de ensino do docente e garante um efetivo retorno à sociedade durante o desenvolvimento das atividades de extensão.

Dessa forma, Castro (1986), Schwartzman (1982) e Teixeira (1989) destacam que o desprestígio quanto ao investimento na pesquisa traz interferência direta na produção científica e compromete seriamente o ensino e a extensão desenvolvidas pela respectiva instituição. Por outro lado, Mézaros (2004), Fornari (2017) e Fernandes (1966) defendem ser essencial a educação enquanto um direito reconquistado, a partir de luta por uma transformação das relações sociais, cujas reflexões apontam para os Institutos Federais, no sentido de contribuir para a promoção de uma efetiva transformação social. Na seção a seguir, serão abordadas interfaces entre o ensino profissional no país e o olhar dado à extensão, inclusive no que concerne esta última em relação aos Institutos Federais.

2.4 CONSOLIDAÇÃO DA EXTENSÃO NOS INSTITUTOS FEDERAIS

Nas últimas duas décadas, o governo federal tem empreendido esforços para ampliar a educação pública, a partir de um processo, também, de interiorização da mesma, tendo em vista atendimento da demanda do interior com aumento da oferta de mais oportunidades locais e regionais, favorecendo ao combate de desigualdades espaciais e regionais.

A expansão das universidades ganha força com a criação dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia. Estes são equiparados as primeiras, com atuação em todos níveis e modalidades de ensino, contribuindo para expansão da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica.

Geraldo (2015) esclarece que a universidade é convocada para buscar um novo modelo de ensino com fulcro nos aspectos qualitativos, que correspondam a um novo modelo que atenda às necessidades do Estado e da sociedade, em atenção à pesquisa e o ensino, quanto ao projeto institucional e político, valores, missão e currículos, além da responsabilidade ambiental e social envoltos nas ações de extensão.

Surgiram, no início do século XXI, inquietações quanto ao papel da universidade em relação aos ditames do mercado. Mais precisamente em 2014, o governo federal elege a “reforma universitária” como uma prioridade do Ministério da Educação (MEC).

Mais recentemente, o III Encontro Internacional de Reitores, realizado em julho de 2014, na cidade do Rio de Janeiro, deu continuidade ao debate e apresentou como premissa as temáticas: qualidade e renovação no ensino. Relação com a sociedade e meio ambiente, internacionalização, entre outras.

[...]

Destacam-se a busca de renovação metodológica dos conteúdos, para um ensino superior mais afinado com as novas gerações e tecnologias, o compartilhamento de saberes com outras instituições e a abertura para novas fronteiras internacionais. (GERALDO, 2015, p. 36).

Domingues (2013) alerta sobre a necessidade de repensar a universidade e suas atividades: ensino, pesquisa e extensão. Necessário superar a ideia de uma estrutura robusta e irracional, com superdimensionamento de aulas e insuficiência de pesquisa, com docente centralizando a produção do conhecimento e estudantes como meros receptores do processo educacional.

O desafio é o re-pensar do “fazer universitário”, cuja prática acadêmica precisa acompanhar as construções das tendências contemporâneas de circulação e produção do saber (MAGRONE, 2012). A estrutura dos Institutos Federais os aproximam do ensino

universitário, sobretudo com a oferta de cursos de graduação e pós-graduação, além da pesquisa (principalmente no que tange ao aspecto tecnológico) e à extensão.

Goergen (2002) sinaliza que os Institutos Federais precisam assumir o compromisso de posicionamento crítico, em relação à realidade em que estão inseridos, com base no desenvolvimento sustentado e nos ideais humanitários de liberdade e justiça social.

O desafio quanto as ações produzidas pelos Institutos Federais é que a investigação e produção do conhecimento tenham como fundamento as dimensões coletivas, humanísticas e científico-tecnológicas. Tais dimensões da vida acadêmica encontram respaldo, também, na extensão universitária. Esta tem seu início nas chamadas “universidades populares” originadas no século XIX, na Inglaterra, que representavam as reivindicações do proletariado, quanto ao acesso à universidade e foram reconhecidas como extensão universitária.

Constata-se que mesmo com o interesse de que as universidades populares representassem anseios sociais, havia desorganização das suas propostas, o que as tornavam distantes dos anseios populares. De fato, a nomenclatura “extensão universitária” remonta à universidade inglesa. Geraldo (2015) assegura que esse termo:

[...] apareceu, pela primeira vez, na Universidade de Crambridge, na Inglaterra, em 1867, na forma de programa de palestras de grande sucesso, que teriam sido decisivas para adotar a sua institucionalização na estrutura universitária. Essa proposta estava fortemente vinculada à educação continuada, voltada para a população em geral, e não apenas aos menos favorecidos. (GERALDO, 2015, p. 44).

Gurgel (2001) destaca que até 1960, a prática de extensão brasileira era traduzida em ação de prestação de serviços na área da agropecuária. O mesmo autor indica que nesse momento tais ações abordavam a difusão das atividades de extensão nos Estados Unidos, a partir dos moldes presentes na universidade inglesa, voltadas para o extensionismo rural, dando origem às *Land Grant Colleges*². Nesses espaços, Frantz e Silva (2002) alertam para as ações extensionistas estadunidenses caracterizadas pela prestação de serviços com foco na agricultura. Tais universidades recebiam do Estado doações de terras com o intuito de promoção do desenvolvimento do país, através da integração de setores sociais, a partir dessa ação.

² Escolas Superiores Rurais que funcionavam como verdadeiras escolas de extensão no entendimento de Gurgel (2001).

No tocante ao Brasil, no século XIX, apesar de algumas escolas superiores, havia resistência para a implementação de uma universidade no país. A elite da época compreendia que a Europa ainda deveria ser o destino mais adequado para a realização do ensino de nível superior. Esta situação só seria superada com a Constituinte de 1891, em que: “[...] o Poder Central permitiu aos Estados criar universidades denominadas livres, o que deu origem às Universidades de Manaus, São Paulo e Paraná, nos anos de 1909, 1911 e 1912, respectivamente”. (FÁVERO, 2006, p. 21).

Após a implementação destas universidades estaduais, a primeira universidade federal do Brasil foi criada em 1920, localizada no Rio de Janeiro, com a edição do Decreto 14.343 (BRASIL, 1920), que reuniu a Faculdade Politécnica, a Faculdade de Direito e a Faculdade de Medicina. Nesse diploma não há qualquer menção a extensão universitária, apesar da Universidade Livre de São Paulo (criada em 1911 e equivalente às universidades populares da Europa) possuir algumas experiências extensionistas.

A Universidade Livre de São Paulo assume uma tentativa de prestação de serviços fora da sala de aula através de cursos gratuitos, no entanto, estes ainda não podem ser considerados como extensão universitária, pois esta ocorre quando uma instituição gera um conhecimento específico e o difunde. Estes cursos não atraíam a população, uma vez que não supriam carências profissionais e também não condiziam com as problemáticas sociais. Percebe-se que essa tentativa de implantação do modelo inglês de extensão não teve sucesso na realidade brasileira naquele momento histórico.

[...] o modelo de Universidade Popular teve uma grande repercussão em toda a América Latina, particularmente na Argentina, onde influenciou a construção do conceito de extensão universitária, do denominado Movimento Estudantil de Córdoba, em 1918.

[...]

O Movimento Estudantil de Córdoba contribuiu para dar centralidade à extensão universitária e suas propostas foram disseminadas em várias nações latino-americanas, destacando-se as iniciativas da Universidade Popular Gonzalez Prada, no Peru e da Universidade Popular de José Mart, em Cuba. (GERALDO, 2015, p. 47).

A proposta de Reforma do Ensino Superior, exposta pelo ministro Francisco Campos em 1931, traz em seu bojo a extensão universitária como o elo entre o ensino superior e a sociedade. Esse documento serviu como base para sanção do Decreto nº 19.851 (BRASIL, 1931) que aprova o Estatuto das Universidades Brasileiras e traz a modalidade da extensão universitária como os cursos “destinados a prolongar, em benefício coletivo, a atividade técnica e científica dos institutos universitários”. (BRASIL, 1931, artigo 35).

O Estatuto da Universidade do Brasil é formalizado (1) ano após a vigência da ditadura Getúlio Vargas, através do Decreto nº 21.321/1946 que sequer traz a extensão nos seus objetivos, prevendo no seu art. 2º que: “Os objetivos da Universidade do Brasil abrangem a educação, o ensino e a pesquisa” (BRASIL, 1946). De forma contraditória, a extensão universitária aparece como uma das modalidades de cursos de formação e tem sua definição no art. 110 do mesmo documento: “A extensão universitária destinar-se à difusão de conhecimentos filosóficos, artísticos, literários, e científicos, em benefício do aperfeiçoamento individual e coletivo”. (BRASIL, 1946).

Em virtude de manifestações estudantis em prol de reforma na seara educacional, em 1961, o governo publicou a primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Essa legislação não apresenta qualquer inovação na concepção de extensão universitária, atribuindo-lhe o caráter de cursos. (BRASIL, 1961).

É possível perceber que, desde a Reforma proposta por Francisco Campos em 1931, a extensão passa por 3 (três) décadas com a publicação de Decretos e da primeira LDB sem apresentar avanços conceituais e maiores contornos no âmbito universitário. Carneiro (1995, p. 15) define a “[...] impermeabilidade social da extensão como reflexo do próprio teor inibidor da legislação educacional, ora lacunosa e omissa, ora restritiva e deformante”.

Gurgel (2001) destaca que até a década de 1960, a prática de extensão brasileira era traduzida em ação de prestação de serviços na área da agropecuária. O mesmo autor indica que nesse momento tais ações abordavam as demandas sociais relacionadas a essa temática:

[...] surgiram atividades de extensão voltadas para ação de prestação de serviços para o agricultor, na forma de assistência técnica, publicações, correspondências e consultas, visitas às propriedades rurais, cooperações e campanhas, abordando os problemas da agricultura e pecuária. (GURGEL, 2001, p. 17).

A partir da década de 1960 é que a atividade de extensão começa a ganhar efetivamente novos moldes, superando o papel de simples divulgação daquilo que ocorria no âmbito universitário e atentando-se, de fato, para a realidade socioeconômica e inserindo suas práticas em busca da realização de uma transformação social. Esse fato teve como motivação o clamor por reformas sociais concretizado através da mobilização estudantil.

A busca por uma participação mais efetiva nas ações de extensão tem como marco no Brasil a discussão da Reforma Universitária, ocorrida em um Congresso na Bahia, em 1961, sob uma perspectiva emancipatória que assumia um “[...] compromisso com as classes trabalhadoras e com o povo”. (UNE, 1961, p. 26).

Em 1968, foi editada a Lei nº 5.540/1968 que trata do ensino superior, fixando normas de funcionamento e organização desse nível de ensino (BRASIL, 1968). No entanto, percebe-se que não há uma estrutura organizacional previamente designada para a extensão, o que compromete o avanço de sua implantação no âmbito das universidades. Muitas delas sequer tinham um órgão que representasse a extensão nos seus quadros administrativos.

Na década de 1970, o Ministério da Educação e Cultura (MEC) cria a Comissão Mista CRUTAC/MEC (Centro Rural Universitário de Treinamento e Ação Comunitária), tendo em vista o fortalecimento da Extensão Universitária. Uma de suas propostas mais relevantes nesse sentido foi a criação da Coordenação das Atividades de Extensão (CODAE) em 1974. Ou seja, em pleno período autoritário, provavelmente quando ocorreram as maiores restrições à liberdade, o conceito e o status da extensão avançaram. Já em 1975, essa Coordenação criou o I Plano de Trabalho da Extensão Universitária, promovendo avanços conceituais da extensão, através da permuta de saberes acadêmicos e populares. (GERALDO, 2015).

Nogueira (2001) ressalta a grande renovação desse Plano no tocante a extensão, pois as comunidades populares não são mais tratadas como objeto e sim como sujeitos da ação extensionista. Por meio da extensão nesse período, buscaram-se resolver os problemas sociais, através da delegação dessa responsabilidade para as universidades. Geraldo (2015) sintetiza:

A grande dificuldade enfrentada pela extensão para se firmar, e se integrar completamente ao cerne das atividades universitárias, decorreu do fato de não se constituir, propriamente, numa terceira função da universidade. Não participava da mesma natureza e do mesmo nível conceitual do ensino e da pesquisa. A extensão se apresentava como um desdobramento do ensino, na forma de cursos e serviços, e da pesquisa, por meio de eventos acadêmicos e científicos. Nesse sentido, o papel restritivo reservado à extensão pela universidade, por meio de ações de prestação de serviços e de cursos assistenciais, desvinculados do ensino e da pesquisa, ainda carecia de avanços, mesmo que tenha sido legalmente reconhecida como atividade universitária. (GERALDO, 2015, p. 63).

No entanto, é importante destacar que durante o ciclo dos governos militares, com a Reforma de 1968, com o I Plano de Trabalho da Extensão Universitária e com o Plano Básico de Desenvolvimento Científico Tecnológico, PBDCT, financiando a CAPES e a infraestrutura de pesquisa, as universidades no Brasil avançaram bastante.

A década de 1980 ganha destaque pelo movimento popular pela redemocratização e lutas das instituições públicas quanto à reorganização e reestruturação das mesmas. Assim como a sociedade civil organiza-se por mudanças em prol de reivindicações político-sociais, a extensão busca aproximar sua prática, em relação às ações travadas no dia a dia.

Nesse contexto, ocorre na Universidade de Brasília (UnB) o I Encontro Nacional de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras (FORPROEX) que tece crítica a concepção assistencialista reservada às ações extensionistas. Este Fórum conceitua a extensão universitária como: “[...] um processo educativo, cultural e científico que articula o ensino e a pesquisa de forma indissociável e viabiliza a relação transformadora entre universidade e sociedade”. (FORPROEX, 2006, p. 21).

O FORPROEX também enfatiza que a extensão deveria estar normatizada em diplomas normativos como Regimento Geral e o Estatuto, além de expedientes como portarias e resoluções (FORPROEX, 2007). Sousa (2000) considera que o FORPROEX delimita o marco do início do protagonismo da extensão universitária.

A extensão ganha destaque constitucional com a sua inclusão no texto da Constituição Federal de 1988. No entanto, Geraldo (2015, p. 66) alerta que:

Apesar de ter adquirido reconhecimento no cenário educacional, a extensão universitária continua a enfrentar desafios, seja pelas críticas e pelos questionamentos da sua legitimidade e pertinência no meio universitário, seja pela ausência de institucionalização na organização e estrutura do MEC e, de certa forma, nas próprias universidades federais, além da falta de financiamento.

Em decorrência do clamor de diversos segmentos sociais e aspirações nacionais da Educação Profissional e Tecnológica (EPT), entre os anos 1992 a 1995, foram criadas, ao todo, 27(vinte e sete) Escolas Técnicas e Agrotécnicas Federais pelo país. As primeiras eram a prioridade do governo, pois as mesmas eram focadas no segmento industrial e viriam a transformar-se em Centros Federais de Educação Tecnológica (CEFETs).

Jezine (2006) enfatiza que o FORPROEX tem uma atuação de extrema importância para a concretização de reivindicações históricas. Esta ganhou ainda mais notoriedade, a partir da edição da atual LDB (Lei nº 9394/1996) que estabeleceu a extensão universitária, enquanto uma das finalidades da educação superior, conforme se percebe pela leitura do art. 43, VI dessa legislação: “[...] estimular o conhecimento dos problemas do mundo presente, em particular os nacionais e regionais, prestar serviços especializados à comunidade e estabelecer com esta uma relação de reciprocidade”. (BRASIL, 1996).

No tocante à extensão, a educação técnica presente na Rede Federal possibilitou a oferta de educação profissional que se destina à qualificação e/ou requalificação dos trabalhadores, com ações extensionistas reduzidas a cursos.

Poucos meses antes do início do primeiro mandato de Luiz Inácio Lula da Silva, em novembro de 2002, a equipe de transição recebeu 3 (três) importantes documentos acerca

da reforma educacional, no tocante à educação profissional e tecnológica: (1) “A Qualificação Profissional como Política Pública – sugestões para o novo governo”, elaborado por alguns educadores e setores da sociedade; (2) “Caminhos para a redefinição da política pública para a educação tecnológica e o sistema nacional de formação profissional”, organizado por um grupo de gestores e professores ligados à políticas de educação tecnológica; (3) “A Reforma da Educação Brasileira nas Instituições Federais de Educação Tecnológica”, fruto da construção do Fórum de Diretores de Ensino dos CEFETs. (GERALDO, 2015). O detalhe é que em nenhum destes, a extensão foi mencionada.

O clamor social e acadêmico era a instituição de uma educação profissional de nível médio na forma de cursos integrados, com uma educação voltada para a formação integral humanística, voltadas para os anseios presentes na realidade da sociedade civil. Geraldo (2015, p. 103) enfatiza o avanço da educação profissional, a partir do governo iniciado em 2003:

Embora o decreto do Governo Luiz Inácio Lula da Silva sobre a educação profissional (nº 5154/2004) permitisse às escolas a “alternativa” de não aderirem ao mesmo, este era apresentado como condição indispensável para que as escolas técnicas e agrotécnicas federais e escolas técnicas vinculadas às universidades federais pudessem participar de projetos futuros de expansão, como a transformação em CEFET. A partir desse momento, ocorreu um vertiginoso incremento na educação, na primeira década do século XXI, com destaque para a retomada do investimento público nas instituições de ensino federais, especialmente de educação profissional e tecnológica, que adquiriu nova dimensão. (GERALDO, 2015, p. 103).

O Projeto de criação dos Institutos Federais ocorre mediante edição do Decreto nº 6095/2007, a partir de um processo de integração de instituições federais de educação tecnológica. Neste, no art. 4º, §1º, VI, prevê a extensão, aparecendo como uma ação dos Institutos que deveria priorizar a divulgação científica, além de conter, no art. 4º, § 2º o objetivo de: “[...] desenvolver atividades de extensão de acordo com os princípios e finalidades da educação profissional e tecnológica, em articulação com o setor produtivo e os segmentos sociais e com ênfase na difusão de conhecimentos científicos e tecnológicos”. (BRASIL, 2007).

Em 29 de dezembro de 2008, os Institutos Federais são criados por lei, através da sanção da Lei nº 11.892 (BRASIL, 2008b), que trazem como inovação para a educação profissional a: (1) Promoção do desenvolvimento regional; (2) Estruturação em rede; (3) Investimento com foco na tecnologia e na ciência. É o que se percebe através da leitura do disposto no art. 6º, I e II:

Art. 6º Os Institutos Federais têm por finalidades e características:

I - ofertar educação profissional e tecnológica, em todos os seus níveis e modalidades, formando e qualificando cidadãos com vistas na atuação profissional nos diversos setores da economia, com ênfase no desenvolvimento socioeconômico local, regional e nacional;

II - desenvolver a educação profissional e tecnológica como processo educativo e investigativo de geração e adaptação de soluções técnicas e tecnológicas às demandas sociais e peculiaridades regionais. (BRASIL, 2008b).

Além desses aspectos inovativos quanto os Institutos Federais, a extensão foi tratada no art.7º, IV da mesma legislação como o elo entre o mundo do trabalho e os segmentos sociais, com destaque para a propagação dos conhecimentos científicos e tecnológicos.

Art. 7º Observadas as finalidades e características definidas no art. 6º desta Lei, são objetivos dos Institutos Federais:

[...]

IV - desenvolver atividades de extensão de acordo com os princípios e finalidades da educação profissional e tecnológica, em articulação com o mundo do trabalho e os segmentos sociais, e com ênfase na produção, desenvolvimento e difusão de conhecimentos científicos e tecnológicos. (BRASIL, 2008b).

Desse modo, a extensão não é mais vista sob o enfoque mercadológico, mas sim em uma concepção transformadora, a medida em que o diálogo com a sociedade é incentivado, a partir do estabelecimento de intercessão entre a sociedade e o mundo do trabalho.

Sem dúvida, essa interação aparece como uma ação de mão dupla capaz de superar o discurso de hegemonia do saber acadêmico nas instituições de ensino e promover a troca de saberes que promove a minimização/superação das desigualdades sociais, tornando-se uma efetiva ferramenta de transformação social.

Há a superação da ideia de conhecimento acumulado nas instituições de ensino e há a substituição pelo conhecimento produzido, a partir da interação com a sociedade. A extensão aparece como uma possibilidade de sistematização entre os saberes popular e acadêmico. Em virtude desta, é possível o confronto da realidade e a sua transformação, a partir de uma efetiva participação da comunidade durante a atuação da universidade.

Duarte (2014) fala dessa ação de mão dupla em que os atores sociais participantes da ação de Extensão são agentes públicos envolvidos com a implementação de produtos/conhecimentos decorrentes desta ou pessoas inseridas nas comunidades onde a mesma acontece. Ribeiro (2018) destaca que a diretriz Interação Dialógica está no centro da dimensão ética dos processos que envolvem a Extensão Universitária por estar situada no campo das relações. Pesce (2010) aduz que essa diretriz nas ações de extensão ocorre

mediante 3 (três) instâncias: (1) investigação temática; (2) tematização do conhecimento a partir da sua articulação com a realidade vivida e (3) problematização do conhecimento.

A investigação temática trata do levantamento de temas de estudo quanto ao conhecimento de mundo do sujeito social em formação através de uma metodologia problematizadora e dialógica promovida pelo formador, o qual ambos formam o processo de construção dialética, através da interação dialógica.

No tocante à instância da tematização, esta ocorre no campo da comunicação, através da utilização de situações que envolvem experiências prévias dos sujeitos em formação. A concepção de comunicação, também, aplicável na prática de extensão universitária que supere a ideia de um conhecimento previamente produzido e posto e seja substituído por um conhecimento compartilhado a partir de inquietações e reflexões dos sujeitos sociais envolvidos:

Ao contrário, educar e educar-se na prática da liberdade, é tarefa daqueles que sabem que pouco sabem – por isso sabem que sabem algo e podem assim chegar a saber mais – em diálogo com aqueles que, quase sempre, pensam que nada sabem, para que estes, transformando seu pensar que nada sabem em saber que pouco sabem, possam igualmente saber mais (FREIRE, 2013, p. 25).

Para que a interação dialógica alcance tais propósitos acima listados, é necessário que sejam aplicadas metodologias que contribuam para a integração e democratização da construção do conhecimento com a valorização da participação de todos os atores sociais nas ações desenvolvidas pelas Instituições de Ensino, sejam elas públicas ou privadas. Esta constitui em um trabalho coparticipativo entre sociedade e universidade, em que o conhecimento produzido auxilie na superação dos processos de exclusão social.

Não há previsão das temáticas quanto aos programas de extensão que deveriam ser criados pelos Institutos Federais, o que pressupõe que os mesmos possuem liberdade de atuação no sentido de desenvolverem tais ações em atendimento as respectivas vocações e demandas regionais e/ou locais.

Em 2009, o governo federal estabeleceu o “Acordo de Metas e Compromissos”, que condicionou a descentralização de créditos orçamentários, a partir da observância de alguns critérios e procedimentos. A finalidade principal era a de organizar a atuação dos Institutos Federais. (BRASIL, 2009).

Uma das metas estabelecidas era o desenvolvimento de cada *Campus* de pelo menos um Projeto de Ação Social até início do mesmo ano de 2011 e que as atividades de extensão fossem ampliadas progressivamente em 10% (dez por cento) a cada ano, com a utilização de

tecnologias sociais e ações inclusivas, “[...] preferencialmente, para populações e comunidades em situação de risco, atendendo às áreas temáticas da extensão” (BRASIL, 2009, p. 4). A definição de “áreas temáticas” segue àquelas definidas pelas FORPROEX: comunicação, cultura, meio ambiente, educação, direitos humanos e justiça, saúde, trabalho, tecnologia e produção. (FORPROEX, 2007).

O FORPROEX é também o idealizador do Congresso Brasileiro de Extensão Universitária (CBEU), espaço este que discute questões que envolvem a extensão universitária brasileira, a partir de divulgação de trabalhos produzidos por estudantes e servidores com temáticas relacionadas a projetos e programas de extensão. Geraldo (2015) faz uma alerta quanto à participação da extensão nos Institutos Federais:

Nos registros do 5º CBEU, ocorrido em Porto Alegre-RS, em 2011, foram encontrados 25 trabalhos dos Institutos Federais [...]. Ao considerar o CBEU o maior evento da extensão universitária no país, a inexpressiva participação ou a baixa representatividade da extensão nos Institutos Federais indica importantes questões. Mostra que a função extensionista está em processo de amadurecimento, dentro dessa recente institucionalidade e, provavelmente, as instituições que compuseram os Institutos não possuíam nenhuma experiência extensionista, exceto alguns CEFETs. Há, assim, pouca familiaridade dos Institutos Federais com a extensão. (GERALDO, 2015, p. 138).

Sem dúvida, atividade de extensão ainda carece de maior valorização. Uma publicação em uma revista indexada ou participação em programa de pós-graduação, por exemplo, ainda possui uma visibilidade maior em relação a uma prática extensionista. No entanto, esta tem ganhado cada vez mais destaque. Deixou de ser adjetivada como “universitária” e tem se tornado extensão tecnológica, a partir da criação dos Institutos Federais.

Em 2012, o FORPROEX sistematiza o documento “A Extensão Tecnológica para a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica” que valora a extensão como processo que integra instituições, mundo do trabalho e segmentos sociais, que visam o desenvolvimento socioeconômico local e regional, com ênfase no setor produtivo e na difusão de conhecimentos científicos e tecnológicos. A nova definição para a extensão, com fundamento na Constituição Federal vigente, ratifica o dever de prestação de serviços da universidade, em relação à comunidade, através de uma relação de reciprocidade, em uma perspectiva dialógica. Esta aparece com o seguinte teor:

A extensão universitária, sob o princípio constitucional da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, é um processo interdisciplinar, educativo, cultural, científico e político que promove a interação transformadora entre universidade e outros setores da sociedade. (FORPROEX, 2012, p. 15).

A Extensão Universitária é uma das atividades finalísticas das Instituições de Ensino Superior, juntamente com a Pesquisa e o Ensino, e ganha cada vez maior visibilidade no contexto atual, em virtude da crescente demanda social pela resolução de problemas encontrados nas diferentes realidades.

Freire (2013) destaca a presença do sujeito, cuja atuação transformadora exige do mesmo, reflexão crítica e contínua, através do processo de invenção e reinvenção. É justamente a prática do que muitas vezes é visto em sala de aula em levar esse conhecimento para a comunidade ao qual se insere. Destaca-se o benefício mútuo dessa relação, a partir do aprendizado mais voltado para a realidade e esta se desenvolve, a partir de reflexões teóricas que se travam sobre a mesma.

Carbonari e Pereira (2007) explicam que o grande desafio da extensão é adequar a relação do ensino e da pesquisa, em relação às necessidades presentes nas demandas sociais. A busca é a efetiva transformação social, a partir de contribuições da mesma para o desenvolvimento da cidadania, visando a melhoria na qualidade de vida das pessoas.

A aproximação entre a universidade e a sociedade permite a troca de experiências e saberes entre estudantes, docentes e a comunidade, o que potencializa os processos de ensino e aprendizagem, aliando ensino e pesquisa com práticas cotidianas, que resultam o confronto do mundo real com as correntes teóricas sobre o mesmo objeto. Calipo (2009, p. 4) segue a mesma linha de raciocínio: “[...] os projetos de extensão universitária crítica facilitam uma aprendizagem de saberes recíprocos e devem agregar integrantes da universidade e da comunidade popular, sob uma linha horizontal do conhecimento [...]”.

Dessa forma, a extensão universitária influencia diretamente na realidade de determinada comunidade, pois as informações levadas à ela (comunidade), também, perpassa por um processo de diálogo constante com essa, o que permite que a troca de conhecimentos tire da sociedade o papel passivo de mero receptor do saber e a ponha na condição ativa, ao fazê-la também protagonista na construção do processo de ensino e aprendizagem.

Em virtude da relevância do avanço da Rede Profissional de Educação Científica e Tecnológica, impulsionada com os Institutos Federais, a próxima seção detalha como ocorreu a evolução da educação profissional no município de Catu, com destaque para a sua vocação para a atividade agropecuária e a produção petrolífera.

3 CONTEXTO HISTÓRICO DO MUNICÍPIO DE CATU

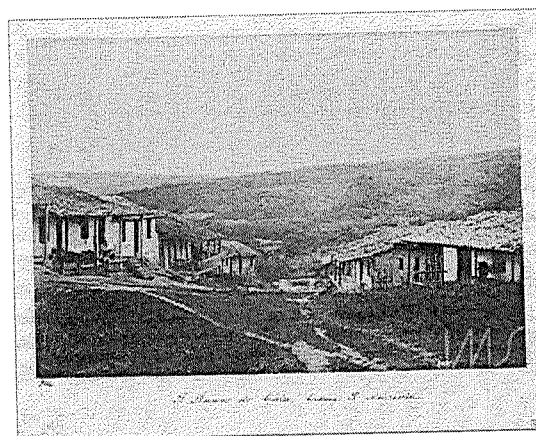
Este capítulo tem como objetivo apresentar dados referentes ao município de Catu quanto à compreensão do território e aspectos relacionados a sua história.

A cidade de Catu está localizada às margens da atual Rodovia Federal BR 110, mais precisamente no Km 354, inserido no Território do Agreste Baiano e Litoral Norte. Estas eram terras férteis para o plantio de cana-de-açúcar e do fumo, cuja produção, destinava-se à exportação para a Holanda e outros países da Europa.

Os portugueses aportaram na localidade que hoje é denominada de Catu, no século XVIII, causando a fuga dos habitantes Patachós e Tupiniquins para os sertões, evitando, dessa forma, a servidão aos colonos portugueses que exploravam, com cada vez mais intensidade, as terras ao adentrar no território e não somente àquelas localizadas mais próximas da faixa litorânea. (BRASIL, 1747).

A seguir, imagem (datada de 26 de novembro de 1860) da comunidade denominada, inicialmente, Santana de Catu.

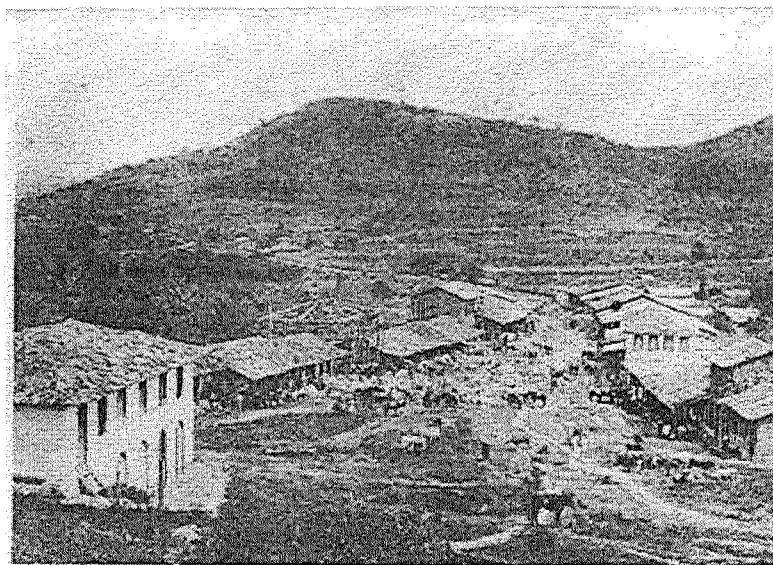
Figura 1 – Vista parcial da cidade de Catu-BA (1860)



Fonte: Mulock (1861)

Até a data de 1782, dados históricos e notícias são imprecisas quanto a esta localidade. Em 1787, o arcebispo da Bahia, Dom Antônio Correia, foi o responsável pela fundação da primeira freguesia ora denominada de Santana do Catu, legitimado pela Igreja Católica.

Figura 2 – Rua do Comércio: povoado de Catu (1861)



Fonte: Mulock (1861)

A área onde foi edificada a cidade de Catu integrava as terras das sesmarias do conde da Ponte, para onde afluíu grande número de colonos. Experimentou a povoação, em 1872, um surto de progresso com a chegada de mais colonos procedentes de outras localidades do Recôncavo, que para ali se transferiram com suas famílias, concorrendo com o seu trabalho para a evolução da comunidade. Em 1787, Frei D. Antônio Correia, então arcebispo da Bahia, a pedido da população, elevou a capela à categoria de freguesia, com a denominação de Santana do Catu. (FERREIRA, 1958, p. 154).

Figura 3 – Posição do Município de Catu em relação ao Estado da Bahia



Fonte: Ferreira (1958)

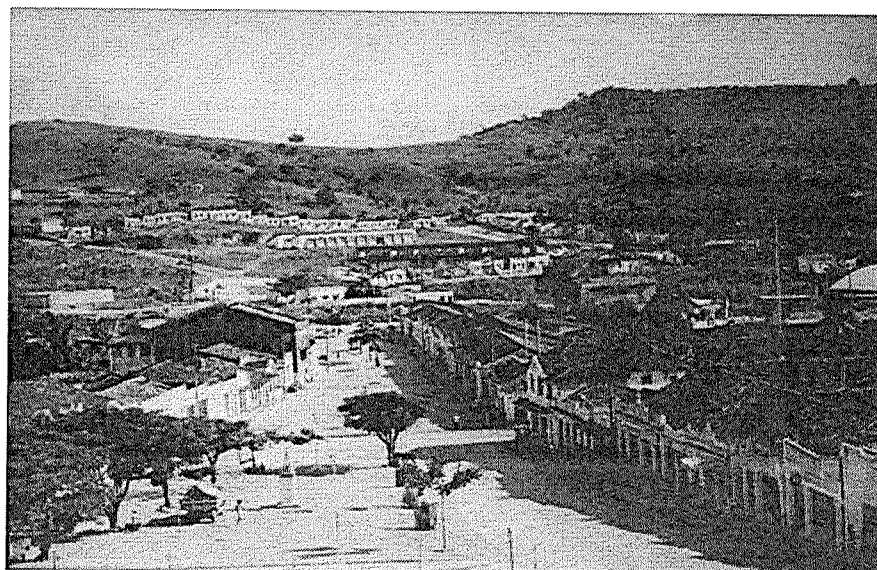
Quase 50 (cinquenta) anos após, mais precisamente em 23 de julho de 1830, foi realizada uma reunião na casa do visitador entre o Padre João Nepomuceno Moreira de Pinho, os vigários de Santana do Catu e àqueles pertencentes ao de Alagoinhas para discutirem acerca da demarcação das divisas das respectivas freguesias, chegando em um acordo. Tais delimitações foram reconhecidas pelo presidente da Província, Dr. José Bonifácio Vasconcelos de Azambuja, em 26 de junho de 1863. (BRASIL, 1747).

Figura 4 – Vista parcial da cidade de Catu-BA (1958)



Fonte: Ferreira (1958)

Figura 5 – Vista parcial da Cidade de Catu-BA (1958)

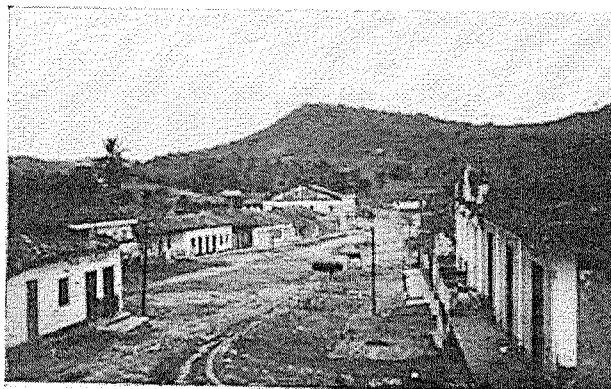


Fonte: Ferreira (1958)

Vianna (1893) afirmou que, pouco tempo depois, após a integração entre as sesmarias do conde da Ponte, a partir do acordo supracitado, mais precisamente 5 (cinco) anos depois,

surgiria o município de Santana do Catu em 26 de junho de 1868, através da lei provincial n. 1058/1868.

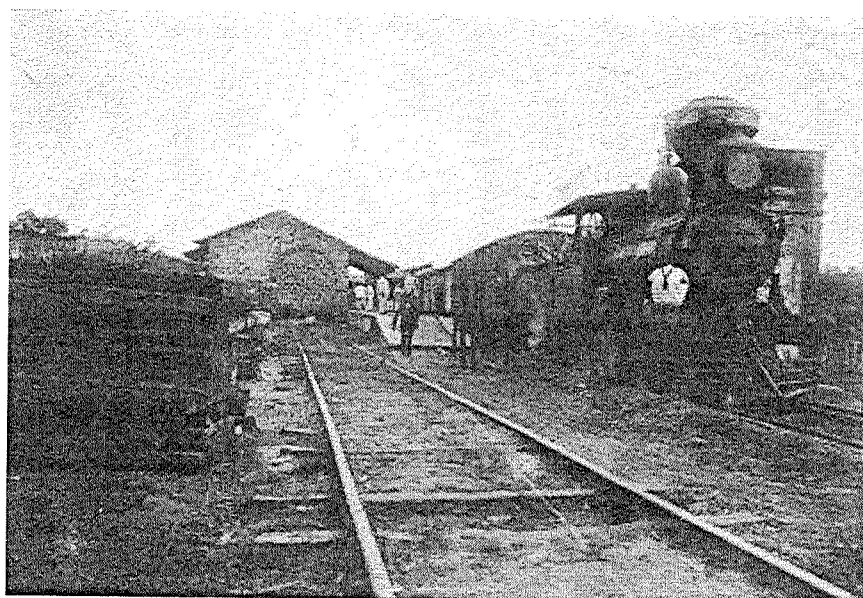
Figura 6 – Vila de Santana do Catu: Local de negociação da produção agrícola excedente



Fonte: Oliveira (2015)

Em 1911, a divisão administrativa do Município era composta por três distritos: Santana do Catu, São Miguel e Pojuca. Este último foi desmembrado dos demais quando alcançou a categoria de Município, através da Lei Estadual nº 979, de 29 de julho de 1913. (COMPANY, 1927).

Figura 7 – Estação Ferroviária de Catu (início do século XX)



Fonte: Ferreira (1958)

Santana de Catu foi simplificada quanto a nomenclatura, a partir do Decreto estadual nº 7.455/1931, ratificado pelo Decreto nº 7.479 do mesmo ano, elevando a categoria de Cidade em 1938. A partir desse momento histórico, esse município é formado pela cidade de Catu

(sede administrativa), Bela Flor (outrora era denominada por São Miguel) e Sítio Novo. (BRASIL, 2017).

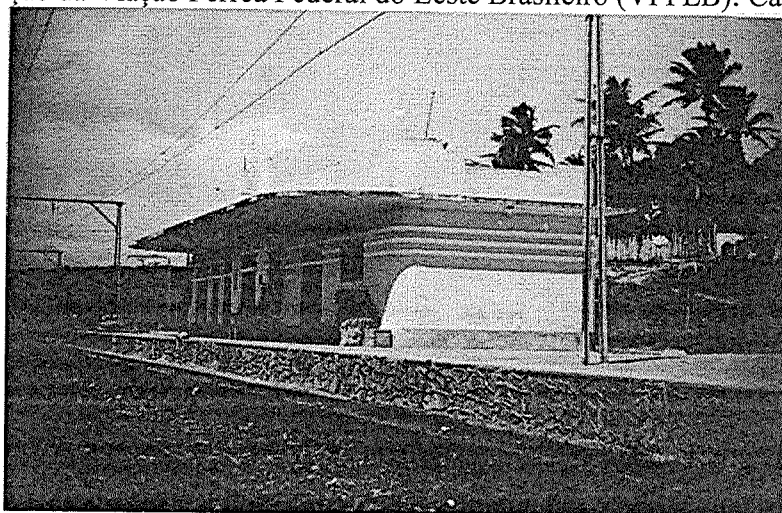
Figura 8 – Arquitetura de Catu no início da era Vargas (1930) – população concentrada majoritariamente na zona rural a partir do cultivo de alimentos e criação de gado



Fonte: Ferreira (1958)

Este município brasileiro pertence ao estado da Bahia, com os setores comercial e petrolífero desenvolvidos e conhecidos pela irregularidade em sua topografia. Conforme assevera Ferreira (1958), Catu limita-se com os municípios de Alagoinhas, Pojuca, Santo Amaro e São Sebastião do Passé e é, também, caracterizada pela edificação em local muito acidentado.

Figura 9 – Estação da Viação Férrea Federal do Leste Brasileiro (VFFLB): Catu-BA (1957)



Fonte: Fonte: Ferreira (1958)

No século XX, o registro feito pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) (Ferreira, 1958) descreveu com detalhes riquezas naturais presentes no município de Catu e que demonstra o potencial agropecuário da região:

Na variada flora do município, encontram-se exemplares das seguintes plantas medicinais: salsa, caroba, janaúba, jalapa, baunilha, malva, ipecacuanha, caninana, jericó, purga-do-campo, mostarda, alecrim, rícino, etc. Há também dendezeiros. Encontram-se ainda madeiras de lei, cumprindo salientar a sucupira, o jequitibá, o pau-d'óleo, a fava, o louro e o jatobá.

Na fauna, encontram-se exemplares de veado, paca, cutia, tatu, teiú, raposa, gato-do-mato, guará, preá, tamanduá, camaleão, sariguê, preguiça, sagui, caititu e as seguintes aves: narceja (vulgarmente conhecida por agachadeira ou agachadinha), soro, marreca, parinha, três-potes, araquã, perdiz, codorniz, nhambu, tururim, parari ou arribação, pomba-de-sêca, sabiá, canário, curió, pintassilgo, azulão bigode, brejal, coleiro, caboclinho, guriatã, chorão, sanhaço, anum. (Ferreira, 1958, p.155).

Alguns afluentes cursam o município de Catu como os Una, Quiricó Pequeno, Pitanga e Catu, além do Rio Pojuca, que marca a divisa com o município de São Sebastião do Passé. Segundo o Relatório de monitoramento das águas do estatutário do rio Pojuca, publicado em 2005, este afluente alcança dimensão no Estado da Bahia, conforme se percebe, *ipsi literis*³:

Por estar inserido em região costeira, o litoral Norte da Bahia apresenta alta diversidade de ecossistemas, o que já lhe confere uma grande importância ecológica. O Rio Pojuca é o curso d'água de maior extensão e área de drenagem da bacia do Recôncavo Norte, nasce no município de Santa Bárbara, na Serra da Mombaça, sua desembocadura é no Oceano Atlântico entre a Vila de Praia do Forte e Itacimirim, constituindo o divisor dos municípios de Mata de São João e Camaçari.

A bacia do Rio Pojuca abrange parte da zona rural de Feira de Santana e os municípios de Irará, Coração de Maria, Terra Nova, Teodoro Sampaio, Alagoinhas, Catú, Pojuca, Mata de São João e Camaçari. Os principais afluentes são:

MARGEM DIREITA: rios São José, Cabuçu, Juruaba e Itapecerica.
MARGEM ESQUERDA: rios Salgado, Paramirim, Camarajipe, Pitanga, Uma, Catu, Quiricó Pequeno e rio Papucu Grande. (BAHIA, 2005).

A geologia ainda demonstrara a existência de petróleo que seria explorado alguns anos mais tarde. Considerada o primeiro polo petrolífero do país, a cidade de Catu foi nas últimas décadas do século passado a base de produção nacional até a descoberta das reservas de petróleo na bacia de Campos.

³ Expressão de origem latina que tem por significado “pelas mesmas letras”, “literalmente” ou “nas mesmas palavras”. (MOREIRA, 2008).

3.1 HISTÓRIA MARCADA PELO EXERCÍCIO DA ATIVIDADE AGROPECUÁRIA

Os primeiros registros quanto à construção da educação profissional em agropecuária data de 1812, com a Carta Régia, enviada por Dom João VI ao Governador da Capitania da Bahia. O governo adequava-se aos moldes internacionais de produção, reconhecendo na atividade agrícola um importante fator para riqueza nacional.

A escola de agricultura só viria a se concretizar na gestão de Dom Pedro II, através do Decreto nº 2500-A/1859. Este criou o Imperial Instituto Bahiano de Agricultura que detinha como atribuições: criação das escolas agrícolas; realizar pesquisas voltadas para a produção agrícola; possibilitar a exposição de produtos agrícolas (BRASIL, 1859).

O Estado tornou-se o grande incentivador da mão de obra que lida com a terra, desenvolvendo políticas públicas e instituições de educação que incentivam e o preparo dessa força de trabalho para atender as necessidades originadas com o aumento de produção. Uma das políticas marcantes foi a criação de 19 (dezenove) Escolas de Aprendizes Artífices, em 1909, distribuídas ao longo do território brasileiro, já abordadas no capítulo anterior.

A regulamentação do ensino agrícola ocorre por meio do Decreto nº 8.319/1910. Esta fala da necessidade de aproximação das instituições agrícolas com a comunidade, além de criar 4 (quatro) modalidades: Ensino Agrícola Superior; Ensino Agrícola Médio; Aprendizes Agrícolas e Ensino Médio Primário. (BRASIL, 1910).

Com o intuito de construção de uma política capaz de elencar técnicas pastoris adequadas às necessidades agrícolas da comunidade local, a partir da edição do Decreto nº 13.127/1918, foi criada na Bahia, a Fazenda Federal de Criação de Catu. Esta priorizava o desenvolvimento da pecuária para fazendeiros e capatazes da região. Silva (2017) sintetiza:

Essa instituição demarcou uma etapa na construção da educação profissional em agropecuária, ao priorizar o ensino de pecuária e modificar a lógica do ensino de pecuária e modificar a lógica de ensino agrícola que, até então, era destinado, prioritariamente, à agricultura. (SILVA, 2017, p. 31).

Figura 10 – Fazenda Modelo de Criação – Catu-BA



Fonte: Ferreira (1958)

A denominação “Fazenda” perdura até o ano 1964, pois com a edição do Decreto nº 53.666 (BRASIL, 1964) foi criado o Colégio Agrícola Federal de Catu, sob a responsabilidade da Superintendência do Ensino Agrícola e Veterinário, pertencente ao Ministério da Agricultura. Dois anos depois, através do Decreto nº 58.340, de 03 de maio de 1966 (BRASIL, 1966), esta Instituição recebe o nome de Colégio Agrícola Álvaro Navarro Ramos, cujo intuito era o de ministrar o ensino de segundo grau, promovendo a formação de Técnicos em Agropecuária. Três anos mais tarde, por força do Decreto nº 60.731 (BRASIL, 1967), este [colégio] tem a vinculação transferida para o Ministério da Educação e Cultura (MEC).

No interstício de 1972 a 1981, o Colégio Agrícola ficou subordinado à Coordenação Nacional de Ensino Agropecuário (COAGRI). A partir do Decreto n. 83.935 (BRASIL, 1979), todos os que estavam subordinados à COAGRI (órgão vinculado à Secretaria de Ensino de 1º e 2º Graus do MEC) passariam a ter uma denominação uniforme de Escola Agrotécnica Federal, seguida do nome da cidade em que o estabelecimento estivesse localizado. No caso da Escola localizada em Catu, a mesma passou a chamar-se de Escola Agrotécnica Federal (EAF) de Catu e, depois de mais 14 (quatorze) anos, esta assume a condição de autarquia federal, com a promulgação da Lei n. 8731 (BRASIL, 1993).

A Escola Agrotécnica Federal (EAF) de Catu assume a condição de autarquia federal, com a promulgação da Lei nº 8731/1993, contando com orçamento e quadro de pessoal próprios. As EAFs tinham como objetivo institucional o de ofertar educação profissional no âmbito do setor agropecuário. Nesse mesmo ano, foram criadas outras três Escolas Agrotécnicas Federais na Bahia pela Lei nº 8.731/1993: Escola Agrotécnica Federal Antônio José Teixeira – Guanambi (EAFAJT – Guanambi/BA); Escola Agrotécnica Federal de Santa

Inês (EAFSI) e Escola Agrotécnica Federal de Senhor do Bonfim (EAFSB). Tratando especificamente da EAF de Catu, Peneluc (2012) expõe:

Em meados da década de noventa, o modelo de ensino busca adequar-se às novas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional (Lei nº 9.394/96, Decreto nº 2.208/97 e Decreto 5154/04). O projeto elaborado pela Escola Agrotécnica Federal de Catu –E AFC, apresentava a proposta de funcionamento dos Cursos Técnicos com habilitações em Agricultura, Zootecnia e Agroindústria.

Em 2005, com o objetivo de atender à demanda da região de Catu/Bahia, na área de produção petrolífera, a Escola realiza uma parceria com a Petrobrás e implanta o Curso Técnico em Operação e Produção de Petróleo. Além dessa parceria, a Escola Agrotécnica oferecia os cursos de Técnico em Agropecuária nas formas: Integrado e Subsequente, além de Técnico em Informática pelo Programa de Integração da Educação Profissional ao Ensino Médio na Modalidade Educação de Jovens e Adulto (PROEJA). (PENELUC, 2012, p. 25).

Inicialmente, as comunidades enxergaram a transformação das Escolas Agrotécnicas em Institutos Federais com desconfiança, pois havia o receio de perda da identidade dessas instituições e uma provável perda do poder político, que é exercido em uma região. No entanto, o então Ministro Haddad promoveu um diálogo com a Rede, destacando pontos positivos nessa mudança: “Assim equiparam-se às universidades federais em termos de funcionalidade, de acesso ao fomento de pesquisa e de extensão, de apoio dos programas ministeriais e também de autonomia para a criação de novos cursos” (SUSANE, 2010, p. 09).

A proposta de criação dos Institutos Federais apareceu com o projeto de Lei nº 3.775/2008, ora assinado pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva, em 16 de julho de 2008, após aprovação da pela Câmara dos Deputados, pelo Senado Federal, e conta com a sanção do Presidente da República em 29 de dezembro de 2008, através da Lei nº 11.892 (BRASIL, 2008b) e reestrutura a Rede Federal quanto à educação profissional.

Esse diploma normativo criou 38 (trinta e oito) Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia no país, inclusive o Instituto Federal Baiano, com os *campi*: Bom Jesus da Lapa, Catu, Governador Mangabeira, Guanambi, Itapetinga, Santa Inês, Senhor do Bonfim, Teixeira de Freitas, Uruçuca, Valença, além da Reitoria que fica em Salvador. Atualmente essa Instituição ainda conta com mais 4 (quatro) *Campi*: Alagoinhas, Itaberaba, Serrinha e Xique-Xique.

Na extensão do município catuense, o IBGE (BRASIL, 2017) aponta que existem 927 (novecentos e vinte e sete) estabelecimentos agropecuários, totalizando uma área de 22.572 há (vinte e dois mil quinhentos e setenta e dois hectares).

Figura 11 – Praça Lourenço Oliveiri – Feira Livre (Catu-BA)



Fonte: Ferreira (1958)

Acerca da utilização da terra catuense para a produção agropecuária, Menezes (2011) assegura que:

Com relação à utilização das terras do município com lavouras permanentes, o número de estabelecimentos é de 615 unidades ocupando uma área de 1.679 ha. Já a utilização das terras com lavouras temporárias corresponde a 770 unidades com 1421 ha. No município há 8 unidades de 4 ha cada, com cultivo de flores, inclusive hidroponia e plasticultura, viveiros de mudas, estufas de plantas e casas de vegetação.

Há também no município 325 estabelecimentos agropecuários utilizando pastagens naturais, ocupando uma área de 3790 ha. Já as áreas de matas ou florestas, destinadas à preservação permanente ou reserva legal perfazem um total de 146 unidades com uma área de 1415 ha. As áreas com matas e ou florestas, excluindo-se as destinadas à preservação permanente ou em sistemas agrofloretais totalizam 150 unidades com área de 2217 ha. (MENEZES, 2011, p. 32).

Segundo dado oferecido pela Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA), a vegetação dominante em Catu é a floresta ombrófila densa, que se desenvolve em local com temperaturas por volta de 25°C (vinte e cinco graus Celcius) e cujas precipitações estejam bem distribuídas ao longo do ano. (EMBRAPA, 2010)

De modo a compreender os produtos comercializados na região de Catu nos âmbitos da Agricultura e Pecuária e se houve aumento da produção e produtividade desses produtos com

o surgimento do IF Baiano no município de Catu, foi realizado um levantamento dos Censos Agropecuários do IBGE dos anos 2006 e 2017, conforme apresentam as ilustrações, a seguir:

Tabela 1 – Dados comparativos dos Censo Agropecuários (2006-2017) quanto à produção agrícola no Município de Catu-BA

<i>Produção Agrícola em Quilos (Kg)</i>	<i>2006</i>	<i>2017</i>	<i>SALDO COMPARATIVO</i>
Abacaxi	X	6.000	+ 6000 kg
Abóbora	X	38.000	+ 38.0000 kg
Alho	X	Inferior a 1.000	+ inferior a 1000 kg
Amendoim	36.000	25.000	- 9.000 kg
Banana	165.000	51.000	- 114.000 kg
Batata-doce	49.000	X	- 49.000 kg
Caju (castanha)	X	Inferior a 1.000	+ inferior a 1000 kg
Cana de açúcar	1.000	14.000	+ 13.000kg
Cebola	X	Inferior a 1.000	+ inferior a 1000 kg
Coco-da-baía	1.000	Inferior a 1.000	- inferior a 1000 kg
Fava (grão)	X	1.000	+ 1.000 kg
Feijão (grão)	Inferior a 1000	Inferior a 1.000	Inferior a 1.000
Feijão (fradinho)	2.000	11.000	+ 9.000 kg
Feijão (preto)	X	1.000	+ 1.000 kg
Feijão (verde)	X	3.000	+ 3.000 kg
Laranja	134.000	42.000	- 92.000 kg
Mandioca	1.358.000	1.852.000	+ 494.000 kg
Maracujá	4.000	10.000	+ 6.000 kg
Melancia	X	7.000	+ 7.000 kg
Milho (grão)	45.000	111.000	+ 66.000 kg
Milho forrageiro	X	1.000	+ 1.000 kg

Fonte: IBGE Censos Agropecuários 2006 e 2017

Através da tabela acima exposta, é notável uma crescente diversificação de produtos agrícolas no município de Catu entre o intervalos dos dois censos. Em 2006 são listados 11 produtos enquanto que em 2017, o censo lista vinte. Apareceram neste último censo os

seguintes produtos: abacaxi, abóbora, alho, caju(castanha), cebola, fava(grão), feijão(preto), feijão (verde), melancia e milho forrageiro.

No primeiro censo, a mandioca aparece como o produto que apresenta maior produção, superior em mais de 8.000% em relação ao segundo produto mais produzido que é a banana. Em terceiro aparece a laranja. Completam a lista em ordem decrescente: o milho grão, a batata doce, o amendoim, o maracujá, o feijão fradinho, cana-de-açúcar e o feijão fradinho empatados na nona posição e, por fim, o feijão(grão).

Percebe-se que permanece a mandioca como a produção agrícola de destaque da região, aparecendo em 2017 em quase 18 (dezoito) vezes mais que em relação ao segundo produto (o milho em grão) e quase 43 (quarenta e três) vezes em relação a produção de banana (que se apresenta na terceira colocação dentre os produtos produzidos na região de Catu). Completam a relação dos dez produtos mais produzidos neste município, em ordem decrescente: a laranja, a abóbora, o amendoim, a cana de açúcar, o feijão fradinho e o maracujá e a melancia.

Quanto àqueles já constavam no censo de 2006, constata-se o aumento de produção referente a 5 (cinco) produtos: cana-de-açúcar, feijão (fradinho), mandioca, maracujá e milho (grão). Todavia, 4 (quatro) dos produtos dessa relação apresentam declínio na produção: amendoim, banana, coco-da-baía e a laranja. A batata doce, por sua vez, sequer aparece no censo de 2017, representando declínio mais expressivo em relação aos anteriores. Por fim, o feijão (grão) que mantém o padrão de produção em ambos os censos.

Não é possível apontar que a maior diversificação de produtos agrícolas no período em destaque e o aumento de alguns deles sejam em virtude de ações de extensão promovidas pelo Instituto Federal Baiano, uma vez que não constam ações deste relacionadas ao potencial produtivo da região.

Tabela 2 – Dados comparativos dos Censo Agropecuários (2006-2017) quanto à utilização de fatores relacionados a atividade agrícola no Município de Catu-BA

<i>FATORES</i>	<i>2006</i>	<i>2017</i>	<i>SALDO COMPARATIVO</i>
Adubação realizada	304	688	+ 384
Adubação não realizada	123	301	+ 178
Agrotóxico utilizado	44	56	+ 12
Agrotóxico não utilizado	582	933	+ 351
Calcário e/ou Adubeiras	X	3	+ 3
Semeadeiras/Plantadeiras	X	8	+ 8
Tratores	33	36	+ 3

Fonte: IBGE Censos Agropecuários (2006; 2017)

É possível perceber que os indicadores apresentados na Tabela 2 representam saldo positivo. A adubação realizada tem um número um pouco maior que o dobro em relação ao registrado em 2006 e a quantidade de terras com a não utilização de agrotóxicos tem uma proporção mais significativa, com aumento aproximado de 60% (sessenta por cento)

O Censo de 2006 não retrata alguns destes, o que limita a análise se houve de fato, crescimento quanto a utilização desses itens, a saber: presença de calcário e/ou adubeiras e a quantidade de sementeiras/plantadeiras.

Quanto à mão de obra utilizada no setor agropecuário do município de Catu, segue a Tabela 3 que apresenta os seguintes dados:

Tabela 3 – Dados comparativos dos Censo Agropecuários (2006-2017), quanto à mão de obra utilizada no Município de Catu-BA

<i>MÃO DE OBRA ASSALARIADA</i>	<i>2006</i>	<i>2017</i>	<i>SALDO COMPARATIVO</i>
Condomínio, Consórcio ou união de pessoas	1.859	2.719	+ 860
Mão de obra com laço parentesco (não remunerada)	2.864	3021	+ 157
Mão de obra remunerada	927	987	+ 60
Proprietário Individual	1.091	13.415	+ 12.324

Fonte: IBGE Censos Agropecuários (2006; 2017)

Nos demais indicadores, percebe-se avanço quando comparado os índices apresentados nos censos 2006 e 2017, com destaque para o grande crescimento do proprietário individual (com número superior a 11 vezes em relação ao número apresentado no censo mais antigo). Há um pequeno aumento de demanda na mão de obra remunerada e não remunerada e aumento expressivo no consórcio de pessoas, com um aumento de pouco mais de 20% (vinte por cento) no interstício entre os censos.

Mesmo com a apresentação de números positivos em relação ao último Censo, não há indícios que a atuação do Instituto Federal Baiano tenha cooperado para o alcance desses resultados.

Quanto ao levantamento feito na produção da pecuária catuense, surge a Tabela 4 com os seguintes dados:

Tabela 4 – Dados comparativos dos Censo Agropecuários (2006-2017), quanto à produção animal no Município de Catu-BA

<i>EFETIVO ANIMAL EM QUANTIDADE DE CABEÇAS</i>	<i>2006</i>	<i>2017</i>	<i>SALDO COMPARATIVO</i>
Asininos	200	174	- 36 cabeças
Bovinos	13.661	10.163	- 3.498 cabeças
Bubalinos	378	X	- 378 cabeças
Caprinos	31	169	+ 138 cabeças
Equinos	1.129	904	- 315 cabeças
Galináceos	23.000	32.525	+ 9.525 cabeças
Muare	244	191	- 53 cabeças
Ovinos	1.426	611	- 635 cabeças
Patos, Gansos, Marrecos, Perdizes e Faizões	995	336	- 659 cabeças
Perús	X	34	+ 34 cabeças
Suínos	616	467	- 149 cabeças

Fonte: IBGE Censos Agropecuários (2006; 2017)

A partir da análise destes censos (2006 e 2017), no tocante à atividade da pecuária, nota-se uma pequena alteração quanto à produção dos animais do município de Catu, cuja diferença é a criação de bubalinos, somente no primeiro censo e criação de perus somente no segundo.

O efetivo animal de maior expressão da região são os galináceos, seguido dos bovinos. Estes apresentam aproximadamente 11 vezes mais quantidade de cabeças em relação à equinos (que aparecem em terceiro lugar). A ordem decrescente de comercialização do restante dos animais nesta região acima apontada é a seguinte: ovinos, suínos, outras aves (patos, gansos, marrecos, perdizes e faisões), muare, asininos caprinos e perus.

Um dado preocupante é a diminuição na produção de 7 (sete) dentre as 9 (nove) categorias de animais que aparecem em ambos: asininos, bovinos, equinos, muare, ovinos,

outras aves (patos, gansos, marrecos, perdizes e faisões) e suínos. Só é possível perceber acréscimo na produção de galináceos e caprinos.

Importante refletir acerca de qual tem sido a contribuição dessa instituição no município de Catu. Esta precisa repensar nas suas práticas de modo que esse cenário seja superado e que sua atuação seja eficaz no sentido de promover o crescimento também da produção pecuária da região e aumento na qualidade de vida desses animais.

3.2 UMA RIQUEZA PRODUZIDA PELA PRODUÇÃO PETROLÍFERA

Nicola Pamplona (2017) assevera que Catu é considerado o primeiro polo petrolífero do país, e nas últimas décadas do século passado a base de produção nacional até a descoberta das reservas de petróleo na bacia de Campos. Esta teve um período de grande crescimento com a chegada das principais petroleiras privadas, como a francesa Schlumberger e as norte-americanas Baker e Halliburton. (PAMPLONA, 2017).

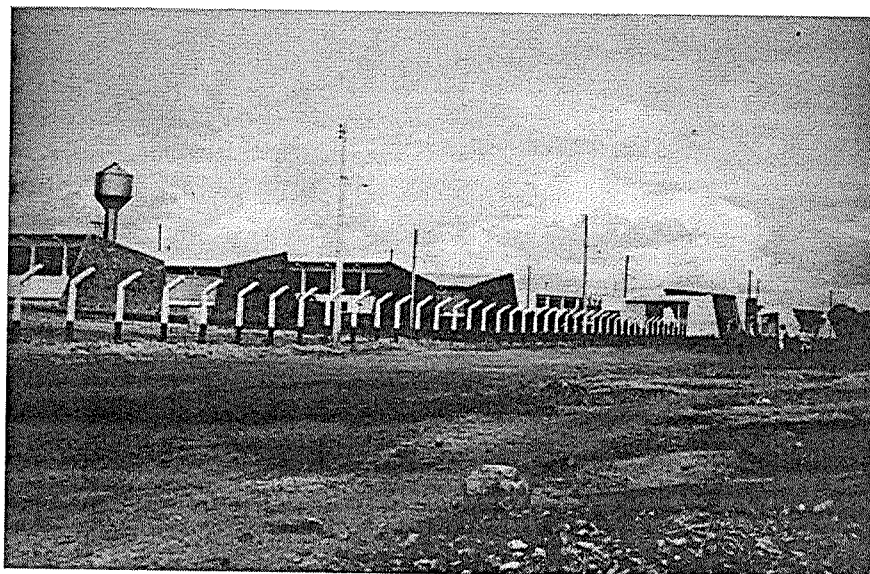
Figura 12 – Início de exploração do Petróleo no Município de Catu



Fonte: Ferreira (1958)

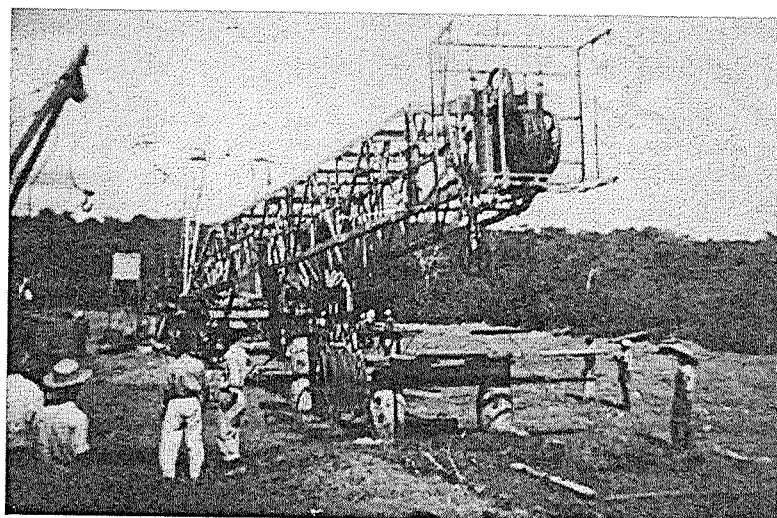
Nas décadas de 1970 e 1980, o município tornou-se um polo prestador de serviços da atividade petrolífera, atraindo gigantes deste setor, como as empresas, anteriormente, citadas. Ao final do século XX, houve um declínio dessa atividade neste município em virtude de uma baixa na produção de petróleo, algumas empresas deslocaram-se para o Sudeste, tendo o município de Macaé (Rio de Janeiro) como o polo mais atrativo da região para investimento principalmente em poços marítimos.

Figura 13 – Acampamento da Petrobras: Catu-BA (1957)



Fonte: Ferreira (1958)

Figura 14 – Sonda de exploração de Petróleo



Fonte: Ferreira (1958)

Em virtude do histórico do município de Catu com o ramo petrolífero, aborda-se o Curso Técnico de Petróleo e Gás do IF Baiano *Campus* Catu, criado em 2013. Feio, Abreu, Santos e Almeida (2013) destacam a criação deste curso na localidade de Catu:

Além da grande importância econômica, destaca-se a função social que o Curso pode proporcionar na qualificação e na inserção de profissionais no mundo do trabalho e mais especificamente na atividade petrolífera. Este cenário exige das instituições da rede de educação profissional do país, dos órgãos governamentais e das instituições privadas, uma intervenção organizada e articulada, buscando alcançar a otimização dos recursos que causem impacto na economia e na qualidade de vida da população através de uma formação integradora, voltada para a categoria dos trabalhadores, vistos como autônomos e capazes de exercer seu trabalho dignamente e contribuir para a evolução das atividades desempenhadas. (FEIO; ABREU; SANTOS; ALMEIDA, 2013, p. 07).

Tendo em vista a busca por estreitar relações com a Instituição Federal de Ensino na região de Catu, a Petrobras (Petróleo Brasileiro S.A.) firmou um convênio com esta, até então Escola Agrotécnica Federal de Catu, em 2005, através do Convênio nº 2700.0073288.12.4. Esse Acordo de Cooperação Técnica, que tinha como objetivo instalar o curso de Petróleo e Gás nesta Instituição, no ano de 2005. Mesmo com o advento do Instituto Federal Baiano, este curso se manteve e a Petrobras, inclusive oferecendo técnico de seu quadro permanente e estágios na própria base como forma de conclusão do curso após a entrega de Relatórios Finais. Esse Convênio favoreceu ao atendimento de uma necessidade real e eminente da localidade por uma mão de obra especializada no ramo petrolífero.

O Convênio entre a Instituição e a Petrobras extinguiu-se em 2015, e o IF Baiano assumiu a continuidade do mesmo e promoveu a reformulação do seu Projeto Pedagógico de Curso (PPC), de modo pensar em uma nova forma de conclusão do curso de Petróleo e Gás. Houve inúmeras dificuldades dos formandos em encontrar oportunidades de estágio na área petrolífera, após a extinção do mesmo, o que acarretava a impossibilidade de colação de grau. Nesse sentido, a reformulação do Projeto Pedagógico deste curso ao ser alterado, incluiu o Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) como requisito para a sua finalização.

Existem 3 (três) turmas do curso de Petróleo e Gás do *Campus* Catu que estão nesse novo formato: (1) os formandos em 2015 que apresentaram TCCs, após reformulação do Curso; (2) a turma de 2017 que finalizaram os créditos e no presente ano é que estão matriculados na disciplina de TCC e (3) a turma de 2019 que, neste momento, está ainda realizando os créditos dos cursos.

São 3 (três) trabalhos de TCC já concluídos e defendidos pela turma de 2015, com os seguintes trabalhos: (1) Estudo comparativo entre o Demtrol Desemulsifier e o Biodesemulsificante formado a partir da *Bacillus Subtilis* a *Alcaligeneses* na produção do petróleo (orientado pela professora Lilian do Socorro Ferreira Feio); (2) Parâmetros de desativação de catalisadores utilizados no craqueamento catalítico de Petróleo

(orientado também pela professora Lilian do Socorro Ferreira Feio) e (3) Impactos ambientais na cadeia petrolífera: exploração, exploração, transporte e refino.

Este projeto justifica-se, a partir da necessidade da consolidar a parceria entre o setor produtivo e a academia, de modo a permitir a ampliação e o fortalecimento de recursos humanos voltados para as necessidades técnicas, tecnológicas, visando a melhoria da relação entre a oferta e a demanda de profissionais ao direcionar esforços para a disponibilização de bolsas que diminuam a evasão dos cursos e possibilitem aos estudantes que voltem sua atenção para a cadeia produtiva em questão.

Existe, também, um Programa Petrobras de Formação de Recursos Humanos (PFRH), que é uma proposta de investimento em pesquisa e desenvolvimento com a oferta de bolsas de estudo a estudantes em diferentes etapas de formação para que estes pudessem pesquisar sobre petróleo, gás e biocombustíveis. A Petrobras investiu cerca de uma parte de seus recursos para aumentar o número de profissionais qualificados no ramo da indústria de energia com este Programa, em sintonia com a Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP). Esse Programa não ficou restrito ao *Campus* Catu, uma vez que teve caráter institucional e envolveu todos os *Campi* e vários cursos.

O PFRH é um Convênio celebrado entre o IF Baiano entre fevereiro de 2012 a junho de 2015. O objetivo do mesmo foi o de fomentar os estudantes dos cursos técnicos do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano, estimular o desempenho do alunato, reduzir a evasão escolar e despertar nestes o interesse para a mão de obra técnica quanto ao setor de Petróleo, Gás, Energia e Biocombustíveis, por meio da aplicação dos recursos provenientes da Cláusula de Investimentos em Pesquisa e Desenvolvimento prevista nos contratos de concessão.

O intuito deste Programa foi realizar o investimento em bolsas de estudo para estudantes de níveis técnico e superior (graduação, mestrado e doutorado), além de bolsas para coordenadores e pesquisadores visitantes. No caso do IF Baiano *Campus* Catu foram pagas bolsas mensais no valor de R\$ 350,00 (trezentos e cinquenta) reais e duas bolsas de coordenação (1 coordenador e 1 subcoordenador) do programa nesta Instituição, no montante de R\$ 2.800,00 (dois mil) reais cada.

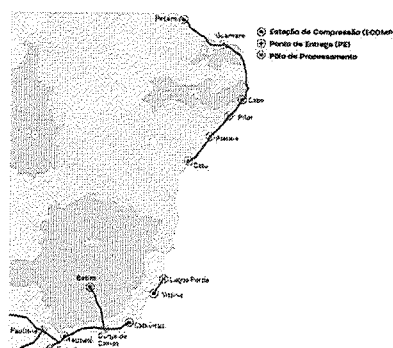
Os bolsistas da turma do Curso de Petróleo e Gás realizaram uma Comunicação Oral na cidade de Valença em 2013, com as seguintes apresentações: (1) Processos de refino de Petróleo utilizados na Refinaria Landolfo Alves (RLAM), no município de São Francisco do Conde-Bahia; (2) Estudo de desemulsificantes aplicados no processamento primário de

Petróleo: Estado da arte; (3) As repercussões geoambientais resultantes do processo de craqueamento catalítico do petróleo na Refinaria Landolfo Alves (RLAM) no Município de São Francisco de São Francisco do Conde-Bahia; (4) As repercussões geoambientais resultantes do processo de reforma catalítica do petróleo na refinaria Landolfo Alves (RLAM) no Município de São Francisco de São Francisco do Conde-Bahia.

Além disso, um grande investimento que inclui o município de Catu foi realizado pela Petrobras, em 2010: o Gasoduto da Integração Sudeste Nordeste (GASENE), com extensão de 954km (novecentos e cinquenta e quatro quilômetros), cuja finalidade precípua é a de suprir as regiões Nordeste e Sudeste com gás natural.

O Gasene tem 1.387 km, 28 polegadas e capacidade para transportar 20 milhões de m³/dia de gás natural. No começo de sua operação, o Gasene parte com capacidade de transporte de 10 milhões de m³/dia, que será ampliada, por meio de estações de compressão, à medida que o mercado cresça. [...] As obras do gasoduto da integração foram divididas em três trechos: Cacimbas-Vitória (130 km), Cabiúnas-Vitória (303 km) e Cacimbas-Catu (954 km) (Gascac). (PETROBRAS, 2010, *[S. p.]*).

Figura 15 – Fornecimento de gasoduto entre as regiões Sudeste e Nordeste, antes da instalação da GASENE



Fonte: Petrobras (2010)

A presença da Petrobras em um município representa arrecadação de *royalties*⁴ para o mesmo. A definição dessa terminologia é encontrada no artigo 11 do Decreto Federal nº 2.705/98, que assim dispõe:

Art. 11. Os royalties constituem compensação financeira devida pelos concessionários de exploração e produção de petróleo ou gás natural, e serão pagos mensalmente, em moeda nacional, com relação a cada campo, a partir do mês em que ocorrer a respectiva data de início da produção. (BRASIL, 1998).

A respeito dessa temática, esclarece Torronteguy (2009, p. 41) que:

Ainda segundo definição da Agência Nacional do Petróleo (ANP), os royalties do petróleo são uma compensação financeira devida à União pelos concessionários que exploram e produzem petróleo e gás natural, distribuída entre os governos municipais, estaduais, Comando da Marinha do Brasil, Ministério da Ciência e Tecnologia e para um fundo especial, administrado pelo Ministério da Fazenda, que beneficia todos os estados e municípios brasileiros. (TORRONTÉGUY, 2009, p. 41).

A distribuição dos *royalties* é regulamentada pela Lei nº 9.478/1997 (BRASIL, 1997) e elucida os percentuais que são devidos à União, Estados e Municípios, no entanto não expressa as respectivas áreas de investimento. Desse modo, fica a cargo de cada chefe do Executivo gerir tais recursos.

Em 2012, Catu figura na 12ª posição entre os municípios baianos que recebem maior valor de *royalties* do petróleo, conforme expressa tabela abaixo:

⁴ Na antiguidade, *royalties* eram os valores pagos a nobres ou ao próprio rei em virtude de extração de recursos naturais pertencentes a estes. A palavra *royalty* vem do inglês “royal” e tem como significado quanto aquilo que é “relativo ao rei”. Na atualidade, *royalty* é o termo utilizado para pagamento de determinada importância àquele detentor ou proprietário de um território, recurso natural, produto ou marca quanto aos direitos de exploração, uso, distribuição ou comercialização.

Tabela 5 – Maiores recebedores de valores em *royalties* entre os municípios do Estado da Bahia em 2011

<i>Distribuição dos royalties entre os municípios localizados na Bahia no ano de 2011</i>		
MUNICÍPIOS	VALOR EM R\$	PORCENTAGEM DO TOTAL (%)
São Francisco do Conde	39.068.386,01	20,9
Madre de Deus	36.750.945,90	19,6
Esplanada	13.451.735,83	7,2
Pojuca	12.170.531,32	6,5
Alagoinhas	8.962.871,86	4,8
São Sebastião do Passé	8.006.543,81	4,3
Entre Rios	7.972.025,98	4,3
Candeias	7.597.140,04	4,1
Araças	6.464.619,56	3,5
Cairu	5.204.878,70	2,8
Catu	5.151.151,19	2,8
Itaparica	4.490.657,65	2,4
Mata de São João	3.898.452,52	2,1
Salvador	3.681.059,78	2,0
Santo Amaro	3.551.628,92	1,9
Salinas da Margarida	3.348.237,57	1,8
Saubara	3.329.747,43	1,8
Cardeal da Silva	2.609.957,59	1,4
Itanagra	1.429.183,39	0,8
Vera Cruz	1.113.350,57	0,6
Simões Filho	1.105.855,23	0,6
Teodoro Sampaio	1.087.561,12	0,6
Sátiro Dias	998.630,22	0,5
Total	181.445.152,19	100,0

Fonte: ANP (2012)

Percebe-se uma concentração no recebimento de *royalties* em 23 (vinte e três) municípios no ano 2011, com concentração de 97% (noventa e sete por cento). Os 4 (quatro) primeiros municípios apresentavam juntos 54% dos *royalties*. Enquanto São Francisco do

Conde e Madre de Deus possuem unidades e embarque e desembarque de petróleo, Esplanada e Pojuca caracterizam-se por serem dois grandes produtores da área petrolífera. Nesse sentido, Sacramento (2013) aduz:

O Município de São Francisco do Conde abriga a refinaria Landulpho Alves, a segunda maior do país e o município vizinho Madre de Deus abriga o Terminal de Embarque de Petróleo da Petrobrás (TEMADRE). Em Esplanada se registra a maior produção de petróleo da Bahia. Segundo divulgação da ANP da produção por campo em outubro de 2011, o Município responde por 21,1% da produção de petróleo do estado da Bahia, com 329 poços de produção [...] Já o município de Pojuca além de ter sob o seu território unidades de Petrobras na área industrial de Santiago, registra 12,1% da produção de petróleo do Estado e 45,5% da produção de gás em terra. (SACRAMENTO, 2013, p. 60).

Atualmente, o recebimento de *royalties*, em virtude da participação na atividade de petróleo e gás natural rende ao município de Catu uma importante renda, conforme demonstra a tabela abaixo:

Tabela 6 – Distribuição de valores em *royalties* ao município de Catu no ano de 2020

<i>Distribuição dos royalties ao município de Catu ao longo dos meses de 2020</i>	
MESES	Valor em R\$
Janeiro	1.057.641
Fevereiro	1.133.073,73
Março	1.093.565,48
Abril	911.213,12
Mai	622.615,49
Junho	394.289,26
Julho	625.889,81
Agosto	909.853,09
Setembro	929.437,62
Outubro	913.639,84
Novembro	784.660,28
Dezembro	Não informado ⁵
TOTAL	9.375.878,72

Fonte: Portal Transparência (2020)

⁵ O detalhamento do Portal da Transparência da Controladoria Geral da União no momento da pesquisa (26/12/2020), só detalhava as Transferências Constitucionais e *Royalties* até 11/2020.

Mesmo a atividade petrolífera representando uma importante fonte de emprego e renda para o município de Catu, não foram encontradas ações de extensão no IF Baiano, *Campus* Catu, relacionadas a essa temática. Essa é uma falha importante da Instituição em não perceber a não exploração desse potencial da região. Esta possui em seu quadro efetivo 80 (oitenta) docentes, sendo que destes 4 (quatro) são da área específica de Petróleo e Gás, enquanto que 15 (quinze) pertencem a áreas indiretamente relacionadas à área de Petróleo, sendo 2 (dois) da área de Geografia e 13 (treze) da Química. Nota-se que não existem no quadro efetivo da Instituição servidores técnico-administrativos relacionados à área de Petróleo e Gás.

A instituição, por meio da Direção Geral do *Campus* e a sua Coordenação de Extensão, deveria promover ações que valorizassem o papel da extensão, também, na área petrolífera, através da descrição da relação entre essa atividade e a história da região de Catu, bem como o reforço do papel dessa instituição como potencializadora do desenvolvimento socioeconômico e cultural das particularidades nela encontradas.

Na seção, a seguir, serão levantados aspectos relacionados à infraestrutura do município de Catu, inclusive no tocante aos aspectos econômicos. A partir do Produto Interno Bruto (PIB)⁶ apresentado no último levantamento feito pelo IBGE, nota-se que a atividade petrolífera tem uma participação de aproximadamente 1,8% (uma vírgula oito por cento) da economia, números bem distantes daqueles alcançados no auge, entre 2011 e 2012.

3.3 INFRAESTRUTURA DO MUNICÍPIO FRENTE À DEMANDA ECONÔMICA

O município de Catu possui uma área total de 433,185 Km² e conforme último censo realizado pelo IBGE, atingiu uma população de 51.077 (cinquenta e um mil e setenta e sete), alcançando uma densidade demográfica de 112,72 habitantes por quilômetro quadrado. Destes, somente 13,1% (treze vírgula um por cento) encontra-se em posse de um trabalho formal, o que equivale a 7.333 (sete mil trezentos e trinta e três) pessoas. (BRASIL, 2017).

Em relação ao salário médio mensal dos trabalhadores catuenses, até 2017, é o mesmo de 2,8 salários mínimos, aparecendo em 12º (décimo segundo) lugar, quando comparados com outros municípios na Bahia (totalizando quatrocentos e dezessete), igualando a média

⁶ PIB é uma sigla utilizada para representar a soma de todos os bens e serviços finais produzidos por uma determinada região, fazendo referência a um país, estado ou cidade, por um determinado período (mês, trimestre, semestre, ano etc).

com Dias D'Ávila, por exemplo, e ficando com valor inferior se comparado a outras localidades próximas a este (em um raio de 30km), como no caso de São Sebastião do Passé, que apresenta média de 4,4 salários mínimos. (BRASIL, 2017). No entanto, percebe-se um grande desequilíbrio na distribuição de renda desta população, onde quase metade (mais precisamente 47,9%) com renda nominal mensal per capita de até $\frac{1}{2}$ salário mínimo (BRASIL, 2017).

O último levantamento feito pela Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI, 2017) expressa que o município de Catu possui um PIB de 534.560.000,00 (quinhentos e trinta e quatro milhões, quinhentos e sessenta mil reais), assumindo a 56ª posição no Estado da Bahia. Deste, a agropecuária corresponde a 10.750.000,00 (dez milhões, setecentos e cinquenta mil reais), o que equivale a aproximadamente 2% (dois por cento) do PIB municipal. A área de Indústria aparece com participação de 53.370.000,00 (cinquenta e três milhões, trezentos e setenta mil reais), que aproximadamente é de 10% (dez por cento do PIB) e, por fim, a área de Serviços que apresenta 424.170.000,00 (quatrocentos e vinte quatro milhões, cento e setenta mil reais), estabelecendo o percentual de aproximadamente 79% (setenta e nove por cento).

De acordo com o PIB do município de Catu demonstrado acima, percebe-se que a produção agropecuária não é o destaque da economia local. O setor de maior participação é o de Serviços e, após constatação desse fato, foram geradas reflexões no corpo de servidores e na gestão do IF Baiano *Campus* Catu, quanto à ampliação da oferta de cursos que promovam o atendimento dessas demandas. Apesar desse volumoso montante, a cidade apresenta um Índice de Desenvolvimento Humano (IDH)⁷ apenas médio, com o valor de 0,677.

Em relação ao IDH, este é uma criação oriunda da parceria entre o indiano Amartya Kumar Sen e o paquistanês Mahbub ul Haq, com um novo olhar para a medição do desenvolvimento dos países, extrapolando os fatores econômicos e, também, abarcando os de ordem social ao analisar o bem-estar social, a partir da compreensão que cabe ao Estado a contenção das desigualdades sociais. Dessa forma, além dos critérios quantitativos estabelecidos no Produto Interno Bruto per capita (PIBpc), estes pensadores são responsáveis

⁷ IDH é a sigla que traduz a expressão Índice de Desenvolvimento Humano e trata de uma medida que tende a classificar os países, a partir do seu grau de "desenvolvimento humano" (desenvolvimento econômico e qualidade de vida), qualificando-os como países desenvolvidos, quando este índice é "muito alto", em desenvolvimento quando o grau é "médio" ou "alto" e subdesenvolvidos quando o desenvolvimento humano é avaliado como "baixo".

pelo primeiro Relatório de Desenvolvimento Humano (RDH), em 1990, abordando outras grandezas como a esperança média de vida e a da alfabetização.

A abordagem do desenvolvimento humano nasceu e foi mundialmente conhecida a partir de 1990, com o início das publicações anuais dos Relatórios de Desenvolvimento Humano do PNUD. Em linhas gerais, o primeiro relatório afirmava que os indivíduos são a verdadeira riqueza de uma nação. (KIELING, 2014, p. 32).

Sen (2000) entende que a liberdade é essencial na busca das capacidades para promoção e realização dos direitos. Nesse sentido, ele compreende o desenvolvimento como possível na medida em que se eliminam as privações de liberdade que de alguma forma possam limitar as escolhas ou oportunidades aos indivíduos.

Nesses termos, o supracitado autor esclarece que a liberdade se faz necessário ao Desenvolvimento Humano, em virtude de duas razões principais:

A liberdade é nuclear ao processo de desenvolvimento por duas ordens de razões: 1. Avaliação: a apreciação do progresso tem de ser feita em termos do alargamento das liberdades das pessoas; 2. Eficácia: a eficácia do desenvolvimento depende da ação livre das pessoas. O que as pessoas podem efetivamente realizar é influenciado pelas oportunidades econômicas, pelas liberdades políticas, pelos poderes sociais e por condições de possibilidade como a boa saúde, a educação básica, e o incentivo e estímulo às suas iniciativas. (SEN, 2000, p. 25).

Em outros termos, a liberdade é percebida por Sen como o fator propulsor para alcançar a vida que se deseja, de modo racional. Aqui, esta é compreendida como forma de poder e autodeterminação do sujeito. (PINHEIRO, 2012). É preciso lembrar que Sen e Haq vivem em sociedades nas quais a liberdade não é a mesma que a das democracias representativas do Ocidente e, por isso, essa interpretação deve ser realizada levando em consideração aos contextos por estes vividos.

Quanto a estrutura da cidade, cerca de 71% (setenta e um por cento) dos domicílios contam com esgotamento sanitário adequado. 42,2% (quarenta e dois vírgula dois por cento) destes são domicílios urbanos localizados em vias públicas e com arborização e apenas 4,2% (quatro vírgula dois por centos) destes domicílios contam com urbanização adequada: pavimentação, presença de bueiro, meio-fio e calçada. (BRASIL, 2017).

[...] a cidade não conta ainda com uma infraestrutura capaz de satisfazer as necessidades de seus moradores e visitantes no tocante a serviços. É comum crianças, jovens e adultos deslocarem-se para o município de Alagoinhas em busca de escolas e faculdades do setor público e privado.

O deslocamento desses estudantes entre os municípios é realizado por particulares, proprietários de vans e microônibus, bem como pelo serviço de ônibus coletivos que realizam viagens intermunicipais. Localmente, o município conta com serviço de ônibus coletivo, além do serviço de moto-taxi. Pode-se perceber um grande número de motocicletas em Catu, comparado aos demais meios de transporte. Essa é uma tendência percebida nos municípios na atualidade. Muitas pessoas buscam a profissão, agora regulamentada, de motoboy. (MENEZES, 2011, p. 39).

O último levantamento pelo IBGE (BRASIL, 2017) ainda reflete esse cenário de frota municipal de veículos no município de Catu-Bahia. O principal veículo de transporte individual é o automóvel que aparece com 6.878 (seis mil oitocentos e setenta e oito) carros, seguido das motocicletas, com 4.387 (quatro mil trezentos e oitenta e sete). As motonetas aparecem em terceiro lugar, totalizando 1.443 (mil quatrocentos e quarenta e três).

Enquanto a motoneta é um veículo automotor de duas rodas cuja condução ocorre em posição sentada, a motocicleta é também um veículo automotor de duas rodas, porém o condutor permanece em posição montada. O ônibus e o micro-ônibus, por sua vez, aparecem quase que empatados, tendo respectivamente, 143 (cento e quarenta e três) ônibus e 142 (cento e quarenta e dois) micro-ônibus ao todo.

No tocante à segurança, Catu apresenta números de violências expressivos. Em um levantamento feito pelo Atlas da Violência (2014), publicado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), esta microrregião aparece como a sétima mais violenta do país (WAIZELFISZ, 2014). A seguir, o Quadro 1 apresenta a taxa de homicídios das microrregiões mais violentas no Brasil, sendo utilizado o critério do conjunto de municípios, com proximidade geográfica e similaridades econômicas. Catu aparece com uma taxa de homicídios de 71,8 (setenta e um vírgula oito).

Quadro 1 – Taxa de Homicídio nas 20 microrregiões mais violentas

<i>Ranking</i>	<i>UF</i>	<i>Microrregião</i>	<i>População</i>	<i>Taxa de homicídio por 100 mil habitantes</i>
1	MA	Aglomeração Urbana de São Luís	1.381.459	84,9
2	CE	Fortaleza	3.533.255	81,1
3	CE	Pacajus	129.680	80,6
4	AL	Maceió	1.229.071	80,3
5	RN	Macaíba	314.915	72,4
6	RR	Caracaráí	46.161	72,0
7	BA	Catu	230.951	71,8
8	PA	Altamira	290.730	71,7
9	RN	Mossoró	363.615	71,5
10	BA	Porto Seguro	798.777	70,6
11	PA	Parauapebas	292.211	70,1
12	CE	Baixo Jaguaribe	324.771	66,4
13	PA	Marabá	309.469	64,8
14	AL	Arapiraca	437.452	64,5
15	PB	João Pessoa	1.110.891	64,1
16	RN	Natal	1.125.134	62,1
17	AL	São Miguel dos Campos	304.664	61,0
18	PE	Suape	288.043	60,4
19	SE	Baixo Cotinguiba	96.485	60,2
20	PA	Belém	2.242.436	60,1

Fonte: Waizelfisz (2014)

Quanto à saúde, a esfera administrativa do município de Catu possui 8 (oito) estabelecimentos privados e 16 (dezesseis) públicos, sendo todos estes de âmbito municipal. Não há nessa localidade estabelecimentos de saúde pertencentes às esferas federal ou estadual. Do montante, 23 (vinte e três) possuem atendimento ambulatorial, o que representa quase a totalidade presente no município. No entanto, percebe-se a precariedade em sua infraestrutura, pois apenas 3 (três) oferecem atendimento de emergência e somente 7 (sete)

oferece atendimento especializado (dois no ramo da Obstetrícia; dois na Pediatria; um quanto a Psiquiatria; dois em relação a Traumatologia-ortopedia). Não há no município atendimento a: Cirurgia Bucomaxilofacial; Neurocirurgia e outras especialidades cirúrgicas (BRASIL, 2017). Menezes (2011) resume:

No quesito saúde, o município conta com estabelecimentos do setor privado e municipal. [...] Quando é necessária uma intervenção de maior porte, os pacientes são encaminhados ao município vizinho, Alagoinhas, que possui um Hospital Regional, o Dantas Bião, ou mesmo a Feira de Santana e Salvador. (MENEZES, 2011, p. 40).

Tratando da Educação Básica no município de Catu conta com 37 (trinta e sete) estabelecimentos públicos da esfera municipal que ofertam educação infantil, enquanto que são 9 (nove) àqueles da rede particular que oferecem a mesma oferta. Quando trata do Ensino Fundamental, são 7 (sete) instituições de âmbito estadual e 45 (quarenta e cinco) de âmbito municipal. Já na rede particular, são 10 (dez) que oferecem esse nível escolar. Por fim, são apenas 9 (nove) estabelecimentos que fornecem o Ensino Médio: 8 (oito) instituições públicas, sendo 1 (uma) de âmbito federal e 7 (sete) de âmbito estadual, e 1 (um) estabelecimento particular. (BRASIL, 2017).

A partir dos números acima expostos, aponta-se para uma situação preocupante, pois o número de estabelecimentos que ofertam o Ensino Médio não chega nem perto daqueles que ofertam a Educação Infantil e o Ensino Fundamental, gerando uma situação de estrangulamento no ingresso da última etapa que constitui a Educação Básica.

Enquanto há 6.986 (seis mil novecentos e oitenta e seis) matrículas no ensino fundamental, o número de matrículas no ensino médio é 2.058 (dois mil e cinquenta e oito), o que não totaliza nem 30% (trinta por cento), em relação ao primeiro quantitativo. (BRASIL, 2017). Menezes (2011) destaca a importância da instituição IF Baiano para a realidade dessa localidade:

Com relação à educação, o município sempre foi referência na formação em técnicos em agropecuária, devido à instalação, naquele município, do chamado Colégio Agrícola. [...] em 2010, houve seleção para os primeiros cursos de nível superior no município, em virtude das mudanças ocorridas por força da Lei n.º 11.892/08, que elevou a Escola Agrotécnica Federal à condição de Instituto Federal. Essa mudança significou a verticalização do ensino em solo catuense. (MENEZES, 2011, p. 41).

Além da oferta de cursos técnicos (Integrados ao Ensino Médio e na Modalidade Subsequente), o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano *Campus Catu* oferta cursos de graduação neste município. Além desta instituição, esse nível escolar é

também ofertado pela Universidade Luterana do Brasil (ULBRA), Universidade Norte do Paraná (UNOPAR) e a Universidade Paulista (UNIP).

No entanto, a primeira ainda oferece o curso técnico para a modalidade PROEJA (Programa de Educação para Jovens e Adultos), além de Pós Graduação *lato sensu* (a Especialização em Educação Científica e Popularização das Ciências) e Pós Graduação *stricto sensu* (Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica – ProfEPT).

Os dados expostos nesta seção demonstram que, nem sempre crescimento econômico, representa desenvolvimento local. Mesmo com um orçamento municipal apresentando equilíbrio nas contas, o mesmo não reflete em melhorias nos setores da educação, saúde, moradia, transporte e segurança, aspectos tão relevantes para condicionar uma melhor qualidade de vida dos cidadãos catuenses e atendimento de suas demandas.

3.4 INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA BAIANO CAMPUS CATU: ATENDIMENTO À VOCAÇÃO AGROPECUÁRIA

Enquanto tinha status de Escola Agrotécnica Federal de Catu, a instituição ofertava cursos técnicos com habilitações em Agricultura, Zootecnia e Agroindústria. Em 2008, com a edição da Lei nº 11.892 (BRASIL, 2008b) fora criado o Instituto Federal Baiano de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano, *Campus* Catu, que conta com a ampliação de cursos, em relação à estrutura anterior, conforme quadro a seguir:

Quadro 2 – Cursos existentes no IF Baiano, *Campus* Catu

CURSOS TÉCNICOS DE NÍVEL MÉDIO
Técnico em Agropecuária - Integrado ao Ensino Médio
Técnico em Alimentos – Integrado ao Ensino Médio
Técnico em Química – Integrado ao Ensino Médio
Técnico em Agropecuária – Subsequente
Técnico em Agrimensura – Subsequente
Técnico em Petróleo e Gás – Subsequente
Técnico em Cozinha (PROEJA)
Técnico em Vendas – EAD
SUPERIOR
Licenciatura em Química
Tecnólogo em Análise e Desenvolvimento de Sistemas
Tecnólogo em Gastronomia
PÓS-GRADUAÇÃO
Especialização em Educação de Jovens e Adultos com Necessidades Especiais.
Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica – ProfEPT

Fonte: IFBAIANO, *CAMPUS* CATU (2016)

Cabe destacar que o curso técnico em agropecuária, desde a criação da Escola Agrotécnica Federal de Catu, é ainda considerado o referencial, tanto em prestígio social, como em relação ao número de matrículas. Em virtude de o atual processo de ingresso de estudantes não ter sido finalizado, o parâmetro selecionado foi o referente ao ano de 2019:

Tabela 7 – Quantitativo de vagas e inscritos no Processo de Ingresso de Estudantes no IF Baiano *Campus* Catu 2020.1 para os cursos do Integrado e do Subsequente

Dados referentes ao Processo de Ingresso de Estudantes no IF Baiano Campus Catu 2020.1 nos cursos do Integrado e do Subsequente		
CURSOS	VAGAS	QUANTIDADE DE INSCRITOS
Técnico em Agropecuária – Integrado ao Ensino Médio	70	160
Técnico em Alimentos – Integrado ao Ensino Médio	70	146
Técnico em Química – Integrado ao Ensino Médio	70	135
Técnico em Agropecuária – Subsequente	60	106
Técnico em Agrimensura – Subsequente	35	39
Técnico em Petróleo e Gás (Subsequente)	30	102
TOTAL	335	688

Fonte: FCM (2019)

Os demais cursos do IF Baiano, *Campus* Catu, que não estão presentes na tabela acima possuem processos seletivos específicos. Os cursos Técnicos em Cozinha (PROEJA); Técnico em Vendas EaD; Pós-graduação *lato sensu* (Especialização em Educação de Jovens e Adultos com Necessidades Especiais) e Pós-graduação *stricto sensu* (Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica – ProfEPT) selecionam seus estudantes, através de Editais próprios. Já as graduações (Licenciatura em Química; Tecnólogo em Análise e Desenvolvimento de Sistemas e Tecnólogo em Gastronomia) ofertam suas vagas, através das notas obtidas no Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), via Sistema de Seleção Unificada (SISU).

O curso de Agropecuária no IF Baiano, *Campus* Catu é o único que tem oferta nas modalidades Integrado e Subsequente, o que denota procura pelo mesmo nessa estrutura organizacional. Essa aceitação social é percebida pela maior procura ocorrer no curso de

Agropecuária na modalidade integrado, com 160 (cento e sessenta) inscritos. E se consideramos ambas as modalidades do curso de agropecuária, esta corresponde a 276 (duzentos e setenta e seis) inscritos, o que corresponde a 40% (quarenta por cento) de toda a procura pelos cursos do IF Baiano, *Campus Catu*.

Atualmente, o curso técnico em agropecuária na modalidade integrado ao ensino médio, ofertado não só no *Campus Catu*, mas em todo o Instituto Federal Baiano “[...] compreende uma carga horária de 4.600 horas, acrescida de 240 horas de estágio. O curso é constituído de regime seriado, com matrícula única para o Ensino Médio e a Educação Profissional” (IFBAIANO, 2020b, [s.p.]).

O projeto pedagógico desse curso afirma que caberá ao Técnico em Agropecuária, formado no IF Baiano, *Campus Catu*, desenvolver a seguintes competências:

1. Analisar os aspectos econômicos, sociais e ambientais, identificando as atividades peculiares ao setor agropecuário;
2. Planejar e organizar a obtenção da produção agropecuária;
3. Utilizar técnicas de prevenção e controle de agravos à área agropecuária;
4. Implantar e gerenciar sistemas de controle na produção e comercialização agropecuária;
5. Fomentar e assessorar o trabalho cooperativo/associativo;
6. Elaborar relatórios e projetos, inclusive de incorporação de novas tecnologias à agropecuária;
7. Dimensionar e avaliar benfeitorias e instalações rurais;
8. Utilizar tecnologias alternativas, visando viabilizar a agropecuária familiar;
9. Interpretar e aplicar a legislação, referente à segurança do trabalho;
10. Elaborar plano de exploração da propriedade, visando a utilização racional dos recursos disponíveis, com a finalidade de evitar o desgaste do solo, dos recursos hídricos, da flora e da fauna natural, mantendo o equilíbrio ambiental. (IFBAIANO, 2020b, [s.p.]).

Quanto ao curso técnico em agropecuária na modalidade subsequente, este “[...] está estruturado em três semestres, com carga horária total de 1320 horas, dentre as quais 240h estão destinadas ao Estágio Curricular Obrigatório”. (IFBAIANO, 2020b). São objetivos deste curso:

1. Qualificar e profissionalizar jovens e adultos, egressos do Ensino Médio na forma da Lei 9.394/96 e Decreto 5.154/2004.
2. Proporcionar à clientela o acesso às tecnologias modernas, no âmbito da agropecuária, articuladas aos princípios científicos, oferecendo-lhe condições de tornar-se agente transformador dos meios de produção agropecuária, através de um desenvolvimento sustentável;
3. Desenvolver no educando o domínio das linguagens e códigos para utilizá-lo como instrumento de comunicação e de acesso às novas informações que possibilitem uma visão autônoma e crítica da sociedade.
4. Estabelecer uma articulação entre os conteúdos do Ensino Médio e Técnico, através da interdisciplinaridade e da contextualização.
5. Destacar as características mais amplas da agropecuária brasileira, favorecendo ao aluno uma visão ampla da realidade, permitindo assim, uma atitude criativa diante das incessantes transformações das modernas técnicas de produção, gestão e planejamento. (IFBAIANO, 2020b, [s.p.]).

O Projeto Político Pedagógico do curso técnico em Agropecuária, na modalidade Subsequente, enfatiza a importância para a localidade de Catu:

Por ter sido o primeiro espaço a ofertar tal curso, bem como a primeira das quatro antigas Escolas Agrotécnicas do Estado da Bahia, o atual Campus Catu tornou-se referência nessa área. O Curso Técnico em Agropecuária Subsequente forma profissionais habilitados para atuar em diferentes áreas, conforme descrito no perfil do egresso, dentre as quais, deverá atuar como empreendedor e fomentador do associativismo, contribuindo, dessa forma, para a melhoria da qualidade de vida dos agricultores familiares. (IFBAIANO, 2019a, p. 14).

Os estudantes dos cursos técnicos da área da agropecuária do IF Baiano, *Campus Catu*, possuem 3 (três) opções de acesso/permanência na instituição: (1) externato: a primeira é para aqueles que normalmente desempenham atividades pedagógicas em 1 (um) turno na instituição; (2) semi-internato: para aqueles estudantes que desempenham atividades acadêmicas em 2 (turnos) e realizam a refeição do almoço na própria instituição, custeado pela mesma e (3) internato: tratam daqueles estudantes residem nos alojamentos da instituição e nela realizam 3 (três) refeições por dia.

3.5 PROJETOS DE EXTENSÃO E CURSOS DE FORMAÇÃO INICIAL E CONTINUADA DESENVOLVIDOS NO IFBAIANO *CAMPUS* CATU RELACIONADOS À VOCAÇÃO AGROPECUÁRIA

As atividades de Extensão no IF Baiano são, atualmente, regulamentadas pela Resolução nº 46/2019, aprovada pelo Conselho Superior do IF Baiano. Esta ganha contornos de caráter emancipatório em relação às comunidades que fazem parte dos territórios de identidade, nos quais os *Campi* do IF Baiano estão inseridos. O artigo 7º dessa normativa assegura o desenvolvimento local e regional como uma das diretrizes da Extensão, ao atuar na inclusão da população na cadeia produtiva, de modo a transformar a sociedade, a partir do respeito às peculiaridades presentes em cada região (IFBAIANO, 2019c).

Quem coordena as ações de extensão, no âmbito do Instituto Federal Baiano é a Pro-Reitoria de Extensão (PROEX). Esta é o órgão executivo competente, também, para planejar, fomentar e acompanhar toda e qualquer atividade de extensão, articulando-a com o ensino e a pesquisa. Esta gerencia ações de extensão, a partir de Editais próprios publicando todas as etapas do certame no sítio eletrônico do IF Baiano.

O artigo 8º do retromencionado diploma assegura as modalidades de extensão presente no Instituto Federal Baiano:

Art. 8º As ações de extensão no âmbito do IF Baiano enquadram-se nas seguintes modalidades:

I – Projeto de Extensão – Conjunto de atividades de caráter educativo, cultural, artístico, científico e tecnológico, que envolva docentes, pesquisadores, discentes (bolsistas ou voluntários), servidores técnico administrativos, extensionistas e outros sujeitos da sociedade, desenvolvidas junto à comunidade, mediante ações processuais contínuas.

II – Programa de Extensão – Conjunto de projetos e ações de extensão e/ou outras atividades de extensão vinculadas, de caráter orgânico-institucional, com diretrizes e objetivos comuns, direcionados às questões relevantes da sociedade.

III – Eventos de Extensão – Atividade realizada no cumprimento de programação específicas, oferecidas com o propósito de produzir, sistematizar e divulgar conhecimentos, tecnologias e bens culturais com a participação da comunidade externa, podendo desenvolver-se em nível institucional ou não. Enquadram-se nesse modalidade mostras, encontros, simpósios, seminários, oficinas, congressos, conferências, fóruns, debates, reuniões técnicas, palestras, feiras entre outros.

IV – Curso de Extensão – Aquele que ofertado à comunidade, objetive a socialização do conhecimento acadêmico, potencializando o processo de interação da instituição com a sociedade, por meio da execução de



MINICURSOS & OFICINAS

Inscrições Abertas a partir de 16/08
Informações: 3641-7901

22/08

Coleta e Beneficiamento de Sementes Florestais da Mata Atlântica com João Augusto (IFBaiano)
 Sexo, Gênero e Sexualidades com profs. Ubiraneia e Anisia (IFBaiano)
 Poucos clics, muita história: Minicontos como estratégia moderna de escrita literária com prof^a. Lorena (IFBaiano)
 Estratégia de Pensamento Visual com prof^a Kelly Cristina
 Princípios Básicos da Jardinagem e do Paisagismo com prof. Antônio Jorge
 Desenho & Pintura com prof. Victor Ernesto
 Métodos de análise de água com prof^a Fátima Sanches
 Produção de Doces Artesanais com prof^a. Sandra Cerqueira
 Oficina Teatral-Musical com Prof. André Marclio

23/08

Educomunicação com prof. Edmilson Reis
 Minhocultura com prof. Osvaldo Brito
 Criação de Codornas para produção de Carne e Ovos com prof^a. Cristina
 Princípios Básicos da Jardinagem e do Paisagismo com prof. Antônio Jorge
 Introdução a Hidroponia com prof. Luis Soria
 Coleta e Beneficiamento de Sementes da Mata Atlântica com João Augusto
 Qualidade e movimento no ensino de música com prof. Guiga Scott
 Compostagem para Pequenos Produtores com prof^a. Marta Cristina
 Coleta de Solos com prof. Ronaldo Pedreira
 Métodos de análise de água com prof^a. Fátima Sanches
 Literatura Negra com prof^a. Sandra

Fonte: IFBAIANO CAMPUS CATU (2018b)

Os eventos de extensão são registrados no Edital de Fluxo Contínuo das ações de Extensão que têm como finalidade regulamentar e institucionalizar as atividades de extensão tecnológicas no IF Baiano, através de cadastros de ações de extensão propostas por docentes e/ou servidores, sendo submetidas à Coordenação de Extensão do respectivo *Campus*. Estes (Editais de Fluxo Contínuo) só possuem publicações nos anos de 2019 e 2020 (EDITAL IFBAIANO 2020b, EDITAL IFBAIANO 2020c, EDITAL PROEX/IFBAIANO N° 06/2019 (2020a) e EDITAL PROEX/IFBAIANO N° 06/2020 (2020b)). Todos os eventos ocorridos em momento anterior a esse período não possuem qualquer registro, formalidade esta que não sendo atendida impede a sua legitimação como uma ação de extensão.

Em ambos os Editais não há qualquer submissão feita por integrantes do IF Baiano, *Campus Catu*. Caberia à Gestão investigar o seu fluxograma relacionado a essa atividade, de modo a perceber o porquê desse fenômeno e repensar no aperfeiçoamento desse processo institucional.

No *Campus Catu* foram identificados os Projetos de Extensão (denominado Pró-Extensão), Programas de Extensão (Pibiex Júnior e Superior) e Cursos de Extensão (Cursos de Formação Inicial e os Cursos de Formação Continuada) como as modalidades das Ações de Extensão na área da Agropecuária nele presentes.

A ideia dos Projetos de Extensão é de estabelecer ações processuais contínuas, com um objetivo específico, tendo em vista o caráter, social, educativo, tecnológico ou cultural. Podem figurar na condição de coordenadores Docentes ou Técnico Administrativos, com nível superior que integrem o quadro de pessoal permanente do IF Baiano. Na proposta deve ser apresentada a viabilidade técnica e econômica dentro do tempo estipulado para a execução do projeto, devendo conter a participação de discentes também da instituição, seja na condição de bolsistas ou voluntários.

O último edital do IF Baiano com ações já finalizadas e que trazem o Programa de Fomento das ações de Extensão através da Pró-Extensão foi o lançado no ano de 2018, através do Edital de Extensão nº 01/2018/PROEX/CPPEX/IFBAIANO (IFBAIANO, 2018b). A seção 8 deste documento estabelece critérios para julgamento das propostas dos Projetos de Extensão, no âmbito do IF Baiano, o que nos oferece aspectos da extensão que são valorizados:

Tabela 8 – O Edital nº 01/2018/PROEX/CPPEX/IFBAIANO

<i>Etapa</i>	<i>Item</i>	<i>Crítérios para julgamento</i>	<i>Condição da Avaliação</i>	<i>Pontuação Máxima</i>
1ª Etapa	01	Apresenta interação transformadora entre universidade e outros setores da sociedade, conforme definição de extensão universitária e promove o diálogo entre as instituições, os segmentos sociais e o mundo do trabalho, conforme definição de extensão profissional, científica e tecnológica.	Eliminatório	
2ª Etapa	02	Impacto social: contribuição à inclusão social e à melhoria das condições de vida (Ex: incremento dos meios e processos de produção; geração de oportunidades de emprego e renda).	Classificatório	20
	03	Impacto na formação do discente: contribuição à sua formação técnico-científica, pessoal e social.		20
	04	Estrutura da proposta: coerência entre os objetivos e material e métodos		20
	05	Sustentabilidade do Projeto: proposta que inclua atividade de caráter multiplicador, de socialização dos conhecimentos gerados		10
	06	Mecanismo de Indissociabilidade: Integração com o ensino e/ou pesquisa		10
	07	Planejamento adequado das atividades propostas		10
	08	Proposta exequível para o tempo e recursos disponíveis		10
TOTAL			-----	100

Fonte: IFBAIANO (2018b)

Quanto aos Programas de Extensão (Pibiex Júnior e Superior), tratam da concessão de bolsas de iniciação em extensão nas modalidades: Júnior e Superior do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação em Extensão do IF Baiano. Essa bolsa constitui no auxílio financeiro destinado aos estudantes do IF Baiano e que sejam selecionados, em virtude de apresentação de propostas de ações extensionistas, que declarem um caráter científico, tecnológico e/ou artístico, submetido a um Edital desta natureza.

No Edital de Extensão Nº 01/2020 PROEX/CPPEX/IFBAIANO está em destaque o objetivo principal desse Programa:

O Programa Institucional de Bolsas de Iniciação em Extensão do IF Baiano tem por objetivo estimular os estudantes do ensino médio, técnico e superior a participar de atividades de extensão profissional, científica e tecnológica, através do desenvolvimento de projetos de extensão, utilizando-se da infraestrutura disponível do Instituto, contribuindo, assim, para o aprimoramento dos extensionistas e para a formação cultural e científica dos estudantes. (IFBAIANO, 2020a, p. 2).

As bolsas são recebidas mensalmente, com valores de R\$ 100,00 (cem reais) para a modalidade Júnior e R\$ 400,00 (quatrocentos reais) para a [modalidade] Superior. Tais bolsas são destinadas para estudantes do IF Baiano, mas o proponente é sempre um servidor do quadro efetivo desta instituição.

Por fim, existem os Cursos de Formação Inicial e Continuada que têm tratamento em normativa própria: Resolução nº 23/IFBAIANO), aprovada pelo Conselho Superior do IF Baiano. Em sua definição consta que a Formação Inicial e Continuada trata de um processo de qualificação profissional destinado a formar trabalhadores, de modo a possibilitar-lhes a (re)inserção no mundo do trabalho. (IFBAIANO, 2019d).

Art. 3º Os cursos FIC visam à capacitação, ao aperfeiçoamento e à atualização dos cidadãos de todos os níveis de escolaridade e podem ser ofertados, segundo itinerários formativos, para o desenvolvimento de aptidões para a vida produtiva e social.

Art. 4º São objetivos dos cursos FIC do IF Baiano:

- I – desenvolver aptidões para a vida produtiva e social;
- II – ampliar as possibilidades da inserção socioprodutiva de trabalhadores
- III – promover a cidadania, acesso aos bens culturais e a inclusão social;
- IV – atender às demandas de qualificação profissional, em consonância com as áreas de conhecimento do IF Baiano, satisfazendo os setores produtivos dos Territórios de Identidade baianos. (IFBAIANO, 2019d, p. 5).

A proposta dos Cursos de Formação Inicial é contemplar um conjunto de saberes que habilite o estudante ao exercício profissional. Os Cursos de Formação Continuada, por sua vez, destinam-se aos estudantes e/ou trabalhadores que possuem algum conhecimento na área

e que estão em busca de atualização ou aprofundamento de conhecimentos na área. O proponente será, também, sempre um servidor efetivo do Instituto Federal Baiano.

A Extensão precisa sempre estabelecer uma conduta articulada ao contexto local, começando por manter uma comunicação com seus respectivos territórios geográficos, uma vez que o diálogo tem como principal intenção nortear os caminhos a serem construídos, com base em uma concepção endógena, sob a perspectiva de projetos locais. Por isso, é imprescindível aos Institutos Federais conhecer o contexto das regiões nas quais estão inseridos, para que suas ações promovam, de fato, o desenvolvimento local, com inclusão social e distribuição de renda. Essa é a concepção que serve como suporte para delimitar a área que abrangerá os Institutos Federais, quanto a sua localização nas mesorregiões. O próximo capítulo identificará quais as ações de extensão foram desenvolvidas no IF Baiano, *Campus Catu*, especificando como estas favoreceram ao desenvolvimento local.

4 AÇÕES DE EXTENSÃO NO IFBAIANO DE CATU, QUE CONVERGEM COM A ESTRUTURA PRODUTIVA LOCAL

4.1 CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO DAS ATIVIDADES DE EXTENSÃO DO IFBAIANO, *CAMPUS* CATU, RELACIONADAS À ATIVIDADE AGROPECUÁRIA

As Instituições, por meio de suas ações de extensão, possibilitam aos discentes e à comunidade melhorias das condições de vida e do processo geral de desenvolvimento (FORPROEX, 2012). O Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Instituições Públicas de Educação Superior Brasileiras (FORPROEX) é a entidade responsável pela definição e articulação de políticas acadêmicas de extensão que visam o pleno exercício da cidadania, através da transformação social.

A construção de indicadores de avaliação da extensão nas Instituições Públicas de Educação Superior Brasileiras (IES) foi objeto do FORPROEX desde 1999, quando se criou o primeiro Grupo de Trabalho de Avaliação, tendo sido transformado em Comissão Permanente de Avaliação de Extensão em 2001. Esta Comissão trabalhou até o ano de 2010 na produção de instrumentos de avaliação de extensão universitária e em seu referencial teórico, a partir dos debates regionais e nacionais promovidos anualmente nos eventos do FORPROEX.

Sousa, Silva, Silva, Maximiano Júnior, Bortolini, Dantas e Henriques (2017) destacam que em 2015 o FORPROEX criou o GT IBEU (Grupo de Trabalho Interinstitucional sobre Indicadores Brasileiros de Extensão Universitária) com o intuito de assessorar às Instituições Públicas de Educação Superior Brasileiras na validação de indicadores para avaliar as respectivas extensões universitárias. Esse Grupo de Trabalho propôs:

Captar a opinião de gestores, docentes e técnicos, com experiência em extensão universitária das 5 regiões do Brasil para definir um conjunto de indicadores de referência para avaliação e gestão da Extensão Universitária, estabelecendo um parâmetro nacional básico para as universidades públicas. (SOUSA; SILVA; SILVA; MAXIMIANO JÚNIOR; BORTOLINI; DANTAS; HENRIQUES, 2017, p. 7).

Os indicadores apresentados no Relatório final do GT IBEU foram 52 (cinquenta e dois), considerando 5 (cinco) dimensões de avaliação que identificam a extensão universitária: Política de Gestão; Infraestrutura; Plano Acadêmico; Produção Acadêmica e Relação Universidade-Sociedade, após consulta ao Gestor (normalmente Pró-Reitor de Extensão ou Diretor), 1 (um) Docente e 1 (um) Técnico-Administrativo, ambos atuantes nas

atividades de Extensão. Buscou-se ouvir a opinião de gestores, docentes e técnicos que possuem experiência em extensão oriundos de instituições públicas de ensino superior localizadas nas 5 (cinco) regiões do Brasil.

O levantamento de informações desse GT ocorreu no período de novembro de 2015 a setembro de 2016, a partir da reunião de opiniões de gestores, docentes e técnicos, que apresentavam alguma experiência em extensão universitária. Foram realizadas 2 (duas) rodadas de consulta (a primeira em janeiro de 2016 e a segunda em abril do mesmo ano) a técnicos e professores que compõem o FORPROEX e que concordaram em colaborar com essa pesquisa, através do preenchimento de formulários eletrônicos relacionados à avaliação das respectivas extensões universitárias.

O relatório finalizado em 2017 cujo objetivo foi o de estabelecer um conjunto de indicadores brasileiros de extensão universitária (IBEU) capaz de serem utilizados por diferentes instituições de ensino superior no país, localizadas nas 5 (cinco) regiões do Brasil. Acerca deste evento, Sousa, Silva, Silva, Maximiano Júnior, Bortolini, Dantas e Henriques (2017) descreveram:

[...] o processo de construção deveria considerar estratégias para superação ou minimização dos entraves existentes como: a necessidade de captar a opinião das inúmeras instituições envolvidas ou, pelo menos, uma parte significativa delas; considerar o ponto de vista do corpo profissional atuante na extensão universitária (gestores, docentes e técnicos); a impossibilidade, operacional e econômica, de promover reuniões presenciais regulares para discussões com o conjunto dos envolvidos. Diante deste quadro, ao nível do Fórum de Pró-reitores de Extensão deliberou-se pela formação do GT que funcionaria como núcleo aglutinador de conhecimento, validador de conteúdo e executor da pesquisa. De forma complementar, para ampliar a possibilidade de contribuições para além das instituições representadas no GT, optou-se pelo uso da técnica Delphi para a consulta ampliada. (SOUSA; SILVA; SILVA; MAXIMIANO JÚNIOR; BORTOLINI; DANTAS; HENRIQUES, 2017, p. 9).

Justo (2005) explica que a técnica Delphi constitui um processo de recolhimento de questionários respondidos (material impresso ou formulários eletrônicos) e síntese das respostas individuais colhidas, possibilitando síntese de conhecimentos ali expostos por um grupo de especialistas de forma estruturada.

Grande foi o esforço realizado no levantamento de sistematização de dados e avaliação com este elevado número de indicadores, o que na visão de Caldeira (2010) pode ser contraproducente. Kaplan e Norton (2004) expressam que o mais importante é identificar aqueles indicadores que representam maior relevância. Estes autores trazem o modelo

Balanced Scorecard (BSC) que será adotado nessa pesquisa em que não se pode valorizar apenas indicadores financeiros em uma organização, mas também àqueles que são intangíveis como a reputação, a marca institucional e o conhecimento produzido, o que configura em uma estratégia sustentável.

Quanto as dimensões, estas são assim conceituadas por Sousa, Silva, Silva, Maximiano Júnior, Bortolini, Dantas e Henriques (2017):

- A política de gestão contida nas finalidades, objetivos, fomento e atribuições da extensão, bem como seus instrumentos de ação denunciam se a missão da universidade incorpora a função extensionista.
- A dimensão infraestrutura informa sobre as condições físicas e gerenciais, reais, de realização da extensão e sobre as possibilidades de se consolidarem as metas almejadas.
- O plano acadêmico analisa as possibilidades de incorporação da extensão na vida acadêmica, valorizando as experiências desenvolvidas pelo conjunto de participantes na ação extensionista (professores, funcionários e estudantes).
- A relação universidade-sociedade revela de que modo as ações de extensão estão presentes na sociedade, quais seus pressupostos e finalidades e como a universidade interage no sentido de transformações recíprocas.
- A produção acadêmica trata da captação dos produtos resultantes da ação da extensão, que elabora e dissemina conhecimentos e que, no âmbito universitário, tem o seu valor reconhecido. (SOUSA; SILVA; SILVA; MAXIMIANO JÚNIOR; BORTOLINI; DANTAS; HENRIQUES, 2017, p. 12).

Essa coleta de informações feitas pelo Grupo de Trabalho Interinstitucional que trata dos Indicadores de Avaliação da Extensão utilizou 58 (cinquenta e oito) indicadores. Dentre estes, o presente trabalho optou por analisar a extensão do IF Baiano, *Campus Catu*, no tocante à atividade agropecuária em atenção a somente os 10 (dez) indicadores melhor avaliados Grupo de Trabalho IBEU, sendo 1 (um) referente à Produção Acadêmica (Prod); 2 (dois) do Plano Acadêmico (PA); 3 (três) da Política de Gestão (PG) e 4 da dimensão Relação Universidade-Sociedade (RUS). Foram muitos indicadores utilizados inicialmente pelo FORPROEX, em 2015, totalizando 58(cinquenta e oito), no entanto, a presente pesquisa delimitou a investigação a partir dos 10(dez) indicadores melhor avaliados de modo a viabilizar a investigação do tema de pesquisa no presente Programa de Doutorado.

Portanto, é importante destacar que mesmo o FORPROEX delimitando a existência de 5 (cinco) dimensões de avaliação da extensão universitária, esta pesquisa abrangeu somente 4 (quatro), pois a proposta dessa pesquisa foi trabalhar com os 10 (indicadores) melhor avaliados por este Grupo de Pesquisa, segundo consulta com gestores que trabalham com Extensão em Instituições Públicas de todo o país.

Quadro 3 – Indicadores melhor avaliados na pesquisa realizada pelo Grupo de Pesquisa IBEU

<i>Ordem</i>	<i>Código</i>	<i>Nome do Indicador</i>	<i>Pontuação Média (ordem na escala 1-5)</i>
1	RUS07	Público alcançado por programas e projetos	4,70
2	RUS08	Público alcançado por cursos e eventos	4,64
3	RUS10	Ações de extensão dirigidas às escolas públicas	4,63
4	RUS12	Inclusão de população vulnerável nas ações extensionistas	4,62
5	PA07	Participação geral da extensão no apoio ao estudante	4,61
6	PG08	Garantia da qualidade na extensão	4,61
7	PROD01	Ações de extensão desenvolvidas por modalidade	4,58
8	PA08	Participação de docentes na extensão	4,57
9	PG02	Estrutura organizacional de suporte à Extensão Universitária	4,57
10	PG11	Recursos do orçamento anual público voltado para extensão	4,56

Fonte: Sousa; Silva; Silva; Maximiano Júnior; Bortolini; Dantas; Henriques (2017, p. 32)

Nenhum dos indicadores está ligado à dimensão Infraestrutura. Os indicadores 1, 2, 3 e 4 tratam da Relação Universidade-Sociedade. O 5 e 8 se referem ao Plano Acadêmico. O 7, por sua vez, é ligado à Produção Acadêmica. Por fim, os itens 6, 9 e 10 são próprios da Política de Gestão.

Considerando tais indicadores apresentados pelo Grupo de Pesquisa IBEU, este estudo limitou-se a avaliar os Cursos de Formação Inicial e Continuada (FICs) bem como Projetos/Programas de Extensão do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano *Campus* Catu, tendo em vista que estas são as ações de extensão presentes nessa instituição que estão relacionadas com a atividade agropecuária.

A avaliação deste instrumento de pesquisa seguirá a metodologia da escala Likert em que apresenta uma escala de ponto com descrição verbal que abarca os extremos, partindo da expressão “concordo totalmente” até “discordo totalmente”, seguindo a numeração de 1 (um) a 5 (cinco), combinando a extração de *insights* qualitativos, a partir da estruturação de forma quantitativa.

Este pesquisador discorda do indicador 9 (Estrutura organizacional de suporte à Extensão Universitária) atribuído como dimensão de Política de Gestão. Acredita-se que a mais adequada seria a dimensão da Infraestrutura. No entanto, em respeito ao documento produzido pelo Grupo de Pesquisa IBEU, este estudo seguiu o mesmo entendimento para fins de classificação e resultado.

Importante notar que dentre as dimensões em destaque, 2 (duas) estão relacionadas à gestão interna (Política de Gestão e Política Acadêmica) enquanto que as outras 2 (duas) tratam de uma relação com o meio externo (Relação Universidade-Sociedade e Produção Acadêmica).

Tais indicadores e dimensões foram aplicados aos APÊNDICES A e C. O primeiro investiga acerca do Projeto de Extensão e/ou Programa Institucional de Bolsas de Iniciação em Extensão (PIBIEX – Júnior e Superior), enquanto que o segundo trata dos Cursos de Formação Inicial e Continuada. Já o APÊNDICE B trata de questionamentos quanto às normatizações relacionadas às ações de Extensão.

Os indicadores utilizados na dimensão Política de Gestão são: (1) Garantia na qualidade da Extensão; (2) Estrutura organizacional de suporte à Extensão Universitária; (3) Recursos do orçamento anual público voltado para extensão. O primeiro está presente nas perguntas 7 (sete) e 8 (oito) do APÊNDICE A e na pergunta 5 (cinco) do APÊNDICE C. O segundo aparece nas perguntas 9 (nove) e 10 (dez) do APÊNDICE A e na pergunta 6 (seis) do APÊNDICE C. Por fim, o terceiro indicador integra a pergunta 11 (onze) do APÊNDICE A e na 7 (sete) do APÊNDICE C.

Quanto à dimensão Relação Universidade-Sociedade, esta teve como indicadores: (4) Público alcançado por programas e projetos; (5) Público alcançado por cursos e eventos; (6) ações de extensão dirigidas às escolas públicas; (7) Inclusão de população vulnerável nas ações extensionistas. O primeiro pode ser encontrado nas perguntas 12 (doze) e 13 (treze) do APÊNDICE A e não aparece no APÊNDICE C, já que este trata de um curso. O segundo, por sua vez, faz parte das perguntas 14 (quatorze) do APÊNDICE A e 8 (oito) do APÊNDICE C. O terceiro é exibido nas perguntas 15 (quinze) do APÊNDICE A e 9 (nove) do APÊNDICE

C. O último aparece nas perguntas 16 (dezesesseis) do APÊNDICE A e 10 (dez) do APÊNDICE C.

Em seguida, aparece a dimensão do Plano Acadêmico com os indicadores: (8) Participação geral da extensão no apoio ao estudante; (9) Participação de docentes na extensão. O primeiro está presente nas perguntas 17 (dezesete) do APÊNDICE A e 11 (onze) do APÊNDICE C. Já o segundo estão nas perguntas 18 (dezoito) do APÊNDICE A e 12 (doze) do APÊNDICE C.

Por fim, a dimensão da Produção Acadêmica com o indicador: (10) Ações de extensão desenvolvidas por modalidade e pode ser verificado nas perguntas 19 (dezenove) do APÊNDICE A e 13 (treze) do APÊNDICE C.

O APÊNDICE A foi endereçado aos respectivos proponentes/coordenadores dos Projeto de Extensão e/ou Programa Institucional de Bolsas de Iniciação em Extensão (PIBIEX – Júnior e Superior). Os APÊNDICES B e C, por sua vez, foram endereçados ao Coordenador de Extensão do *Campus Catu*.

4.2 RELAÇÃO DA EXTENSÃO COM AS ATIVIDADES DESENVOLVIDAS NO IFBAIANO, *CAMPUS CATU*

O surgimento dos Institutos Federais representa não só uma maior interiorização da educação, com valorização das demandas sociais e produtivas encontradas nos mais diferentes territórios, como também a possibilidade de verticalização do ensino com oferta que vai, desde a educação básica até o oferecimento de cursos de pós-graduação, além da oferta de cursos técnicos e da educação de jovens e adultos.

Em atendimento à própria razão de ser dos Institutos Federais, o IF Baiano, *Campus Catu* promove suas ações, cujo intuito principal é atender às demandas sociais, a partir da interação dialógica que promove com a comunidade na qual está inserida.

4.2.1 Concepção dialógica entre a instituição pública e comunidade na qual está inserida

A concepção de extensão, enquanto ação que promove transformação social, tem como pressuposto o diálogo constante e plural entre a sociedade e universidade. A Universidade reconhece a importância de dialogar com a sociedade que é traduzida como uma relação de

respeito e reconhecimento aos saberes oriundos de uma realidade problematizadora. Andrade e Wiebusch (2015) destacam que:

[...] a universidade coloca-se com a sociedade na expectativa de busca e problematização do mundo, conscientizando-a e despertando-a para a procura de seus direitos, estabelece-se ao coletivo a apropriação crítica da realidade, seu desvelamento, e impulsiona os homens a sua assunção enquanto sujeitos da transformação do mundo. (ANDRADE; WIEBUSCH, 2015, p. 4).

Nota-se que essa nova relação entre a sociedade e a universidade tem como diretriz a interação dialógica. Esta aparece no documento pactuado no Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras (FORPROEX) com a seguinte especificação:

A diretriz Interação Dialógica orienta o desenvolvimento de relações entre Universidade e setores sociais marcadas pelo diálogo e troca de saberes, superando-se, assim, o discurso da hegemonia acadêmica e substituindo-se pela ideia de aliança com movimentos, setores e organizações sociais. Não se trata mais de 'estender à sociedade o conhecimento acumulado pela Universidade', mas de produzir, em interação com a sociedade, um conhecimento novo. Um conhecimento que contribua para a superação da desigualdade e da exclusão social e para a construção de uma sociedade mais justa, ética e democrática. (FORPROEX, 2012, p. 16).

Nota-se que o Instituto Federal Baiano, *Campus* Catu, no tocante ao desenvolvimento de atividades de natureza agropecuária, atua parcialmente de forma consonante com a realidade na qual está inserido.

Inicialmente, fala-se acerca dos Projetos de Extensão e Programas de Extensão promovidos pelo Instituto Federal Baiano *Campus* Catu que estão relacionados com a atividade agropecuária. Importante distinguir que os primeiros tratam de atividades de caráter artístico, educativo, tecnológico e/ou científico cujo desenvolvimento ocorra junto à comunidade, mediante ações processuais contínuas. Os segundos, por sua vez, se referem a ações de extensão com caráter orgânico-institucional e cujas diretrizes sejam direcionadas para questões de relevância da sociedade.

Em dois Projetos de Extensão há uma relação com a maior produção pecuária da região, uma vez que é a única temática que aparece nestas ações de extensão, a saber: inseminação artificial em bovinos. Inclusive, atualmente, as ações relacionadas aos bovinos são as únicas que ocorrem de modo permanente neste *Campus*. Quanto às demais, estas acontecem de forma esporádica e quando financiadas com Editais que tratam de ações de Extensão.

Percebe-se que não são mencionadas ações referentes à comercialização de equinos e ovinos, o que demonstra uma fragilidade do *Campus* em não investir em melhorias nestes que

são apontados pelos Censos Agro 2006 e 2017, respectivamente, como segundo e terceiro mais representativos nesta região.

Os suínos aparecem, respectivamente em quinto e sexto lugar e há um Projeto de Extensão relacionado ao mesmo. Por fim, cabe destacar que, também, há um Projeto de Extensão na área de “Apicultura Básica”, sendo que a atividade econômica da apicultura sequer aparece entre as 10 classificações de animais descritas em ambos os censos, o que é muito positivo, uma vez que denota estímulo para inserção de uma atividade econômica não desenvolvida nesta região, podendo alinhar-se com a vocação agropecuária da mesma.

Em relação à agricultura, os Projetos/Programas de Extensão destoam dos produtos apresentados pelo censos. Cactos, Farinha da casca de Mangostão e óleo de fritura para produção de biodiesel fogem completamente dessa relação apresentada nestes.

Na visão deste pesquisador, o Programa de Extensão de destaque foi o intitulado “Implantação da agricultura familiar como forma de renda alternativa para famílias de comunidades subdesenvolvidas”, fruto do Edital Pibiex/2018/Júnior/IF Baiano, em virtude da história dessa região estar marcada pelo exercício da atividade agropecuária e como esta continua a ser significativa para o desenvolvimento socioeconômico da mesma. no entanto, a crítica é em relação ao baixo valor agregado deste programa, pois contribui pouco, em termos comparativos com outras atividades, para com a formação de recursos humanos, e perpetua a posição do país enquanto extrativista de recursos naturais

Por sua vez, nota-se que os cursos FICs ainda desempenham um papel muito tímido na questão da agropecuária. A partir de 2017 foram lançados alguns editais relacionados ao desempenho da atividade agropecuária, no entanto a maioria das ofertas não foi efetivamente realizada. Em 2017, foi lançado o Edital nº 128 (IFBAIANO *CAMPUS* CATU, 2017b) na modalidade de Formação Inicial e Continuada, com a oferta da disciplina denominada “Agricultor Familiar – 200H”, tendo ocorrido no período de 16/10/2017 a 23/03/2018.

No entanto, os 3 (três) editais seguintes publicados pelo Instituto Federal Baiano, *Campus* Catu que têm relação com a atividade agropecuária Edital nº 59 (IFBAIANO *CAMPUS* CATU, 2018c); Edital nº 128 (IFBAIANO *CAMPUS* CATU, 2017b); Edital nº 104 (IFBAIANO, *CAMPUS* CATU, 2020b) divulgaram disciplinas com essa temática, mas não realizaram a oferta, pois não houve quantidade de inscritos suficientes para iniciar a turma. Esse fato indica destaca falhas graves dessa instituição em relação a captação destes estudantes. É possível que haja problema desde a publicização dos certames nesta região

quanto má utilização de estratégias no sentido de realização de uma busca ativa de potenciais candidatos para preenchimento das vagas ofertadas.

O primeiro edital lançou a disciplina “Agroindustrialização de matérias-primas de origem animal e vegetal”, no entanto, mesmo chamando todos os candidatos da lista de espera, não foi possível completar a quantidade mínima para iniciar a turma. O segundo ofereceu a disciplina “Beneficiamento de ervas condimentares e aromáticas” e este não ocorreu porque os alunos matriculados não compareceram às aulas. Por fim, o terceiro trouxe no edital a disciplina “Elaboração de rótulos para produtos alimentícios” e não houve a realização do mesmo em virtude da mesma justificativa apresentada pelos demais.

4.2.2 Propostas de soluções em relação aos problemas enfrentados na comunidade

A possibilidade de troca de saberes populares e acadêmicos atua como uma interseção basilar no processo formativo dessa relação dialética, possibilitando o alcance dos anseios e demandas sociais. No entanto, não há informações sistematizadas no Instituto Federal Baiano *Campus* Catu e nem Prefeitura Municipal de Catu acerca dos principais problemas enfrentados nesta localidade quanto à atividade agropecuária.

Em virtude dessa limitação, a análise foi realizada com base em relatórios de atividades anuais realizados pela Secretaria Municipal de Agricultura, Indústria e Comércio, referentes ao período de 2013 a 2020, com descrição das principais atividades promovidas pelo setor de Agropecuária:

Quadro 4 – Atividades descritas pelo setor de Agropecuária pertencente à Secretaria Municipal de Agricultura, Indústria e Comércio de Catu no intervalo de 2013 a 2020

2013	<i>Palestra sobre piscicultura</i>
	Aragem de terra
	Mapeamento das áreas aradas do Município de Catu
	Distribuição de sementes
	Projeto Quintais Agroflorestais
	Assessoramento técnico
	Elaboração dos projetos para fomento da agricultura familiar
	Apoio a infraestrutura rural
	Pedidos de água para a zona rural de Catu
	Projeto Leite Bahia
	Seminário de Desenvolvimento Rural Sustentável
	Assistência Técnica Diária aos Produtores Rurais
	2014
Programa de Apicultura	
Organização e Loteamento na Comunidade Bela-Flôr	
Aragem de terra	
Distribuição de adubo orgânico	
Assistência Técnica Diária aos Produtores Rurais	
2015	
	Programa Quintal Agro florestal
	Projeto de incentivo a criação de frango caipira
	Projeto Bahia Pesca
	Projeto Bahia Produtiva
	Projeto de mandiocultura
	Distribuição de sementes
	Fomento para o desenvolvimento da economia solidária
	Apoio para participação em feira – exposições dos empreendimentos da economia solidária de Catu
	Feira do Município

	Dias de campo
2016	Distribuição de sementes
	Aragem e gradagem de solo
	Encontro da Agricultura Familiar
	Regularizações fundiárias
	Curso de fabricação de polpas de frutas
	Apoio aos Projetos sociais de inclusão produtiva
	Curso de Informática para os agricultores familiares
	Formação da 1ª Cooperativa da Agricultura familiar de Catu
2017	Distribuição de sementes
	Aragem e gradagem de solo
	Apoio a Central das Associações Rurais
	Criação da 1ª Feira da Agricultura Familiar
	Processo licitatório para a construção de 2 (duas) casas de farinha nas comunidades de Pannels e Riachão do Pereira
	Extensão de rede elétrica nas Fazendas Rumo e Matão
2018	Distribuição de sementes
	Aragem e gradagem de solo
2019	Aragem e gradagem de solo
2020	Aragem e gradagem de solo
	Vacinação de rebanho bovino

Fonte: O Autor. Dados da SEAGRIE (2013; 2014; 2015; 2016; 2017; 2018; 2019; 2020)

A finalidade deste Departamento de Agropecuária é o de fortalecer a agricultura familiar de Catu. O que se percebe, a partir da descrição contida no Quadro 4 é que as atividades desenvolvidas com regularidade pela Secretaria Municipal de Agricultura, Indústria e Comércio são tanto a distribuição de sementes, quanto à aragem e gradagem de solo enquanto que as demais aconteceram pontualmente em um determinado ano.

As ações permanentes, ora descritas, são desenvolvidas por meio de convênios municipais em relação a aragem e gradagem do solo e doação de sementes de milho, feijão e amendoim. Em paralelo, a Secretaria realiza ações de fortalecimento da cadeia produtiva da mandioca, pois esta é a cultura predominante na região. Percebe-se esse fato na descrição contida no Relatório elaborado pela Secretaria de Agricultura Indústria Comércio Desporto e Lazer (Seagríe) no ano de 2015:

As ações de incentivo ao plantio são desenvolvidas através dos convênios municipais de aragem e gradagem do solo e doação de sementes de milho, feijão e amendoim. Em paralelo, a aragem e gradagem e doação de sementes, a SEAGRIE atende as comunidades com orientações e assessoramento técnico relacionado ao plantio de culturas regionais. O Departamento busca a intersectoriedade no governo municipal e estadual para potencializar as ações de fomento a comercialização dos produtos da agricultura familiar. (SEAGRI, 2015, p. 6).

A distribuição de sementes é considerada uma ação de fomento da agricultura familiar, que tem como finalidades precípuas a melhora do plantio, manejo e colheita realizados pelo agricultor. O relatório anual de atividades construído pela SEAGRIE em 2016 descreve:

A distribuição de sementes teve os seguintes pré-requisitos:

- A associação ter a participação no Conselho Municipal de Desenvolvimento Sustentável.
- O beneficiário ter prática ou vocação agrícola;
- Ser residente na zona rural ou zona urbana que participe das ações da SEAGRIE no âmbito da agricultura familiar e economia solidária. (SEAGRIE, 2016, p. 7).

Há uma variação nas espécies de sementes doadas, apresentando pouca variação, conforme quadro a seguir:

Quadro 5 – Distribuição de sementes entre agricultores familiares da região de Catu

<i>Ano</i>	<i>Tipos de sementes distribuídas</i>	<i>Quantidade de associações catuenses beneficiadas</i>
2013	milho, feijão e amendoim.	25
2014	milho e feijão	Não informado
2015	milho e feijão	30
2016	milho e amendoim	28
2017	milho, feijão, feijão fradinho e amendoim	10
2018	milho e amendoim	8

Fonte: O Autor. Dados da SEAGRIE (2013; 2014; 2015; 2016; 2017; 2018)

Nota-se que em 2019 e 2020, esta ação não foi apresentada nos respectivos relatórios e não há justificativa em tais documentos, acerca do porquê de tal ausência. Nota-se um problema enfrentado pelos agricultores familiares a declínio da oferta de tal ação até o momento de descontinuidade da ação no ano de 2019, impactando negativamente quanto ao aperfeiçoamento desta atividade.

A aragem e gradagem de solo consiste no trabalho de preparação da terra para o plantio, no sentido de melhorar sua estrutura física, a partir da correção e adubação. O pré-requisito para a Associação Catuense ter a aragem e gradagem é que esta participasse no Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável e que estivesse com a documentação legal atualizada. O quadro, a seguir, trata da ocorrência dessa ação no período de 2013 a 2020:

Quadro 6 – Aragem e gradagem entre agricultores familiares da região de Catu

<i>Ano</i>	<i>Associações beneficiadas</i>	<i>Número de tarefas aradas e gradeadas</i>
2013	8	Não informado
2014	Não informado	Não informado
2015	6	Não informado
2016	11	262
2017	11	282
2018	3	Não informado
2019	5	Não informado
2020	5	167

Fonte: O Autor. Dados da SEAGRIE (2013; 2014; 2015; 2016; 2017; 2018; 2019; 2020)

Percebe-se que somente uma parte das associações continuam contando com o serviço de aragem e gradagem do solo, impactando negativamente naquelas terras que não possuem esse serviço com uma regularidade anual.

As outras ações delineadas nos relatórios construídos pela SEAGRIE não foram alvo de discussão nessa pesquisa, em virtude da característica de não periodicidade das mesmas, levando a crer que estas ocorreram motivadas a sanar demandas pontuais em determinados períodos.

Em virtude de ausência de informações mais precisas da Prefeitura de Catu quanto aos problemas enfrentados pela agricultura familiar da região de Catu, bem como a omissão de índices de produção e produtividade alcançados pelos mesmos, a presente análise quanto aos problemas na comunidade procedeu, a partir dos relatos evidenciados pelo Técnico Agrícola servidor da Prefeitura Municipal de Catu e responsável pela realização das visitas técnicas nas respectivas comunidades.

Serão expostos trechos destes relatos oriundos dos diferentes relatórios produzidos pela SEAGRIE no período de 2017 a 2020. Os relatos deste servidor não aparecem nos relatórios anteriores a esse período, pois em 2017 este passou a integrar o quadro de servidores efetivos da referida Prefeitura.

Foi realizada visita técnica na comunidade Chiqueiro, atendendo à solicitação de uma moradora, Sra. Elisângela, para que fosse dado suporte técnico na condução dos tratamentos culturais na cultura do maracujazeiro [...] foi observado que na referida propriedade não é utilizada qualquer tipo de adubo químico ou agrotóxico nas culturas, sendo utilizado composto orgânico na adubação e defensivos biológicos no controle de pragas e doenças (SEAGRIE, 2017, p. 18)

[...]

No mês de maio [...] foi realizada visita técnica na comunidade do Pindobal, onde foi identificado o ataque na cultura da mandioca e amendoim, pela lagarta do mandarová e foi informada aos moradores locais a forma biológica de combate à referida praga (SEAGRIE, 2017, p. 19).

[...]

No mês de dezembro realizamos visita técnica na propriedade da Sra. Cremilda/ Sr. João, comunidade de Baixa de Areia, para indicar-lhes manejo para evitar a mosca dos frutos, que atacam uma grande variedade de árvores frutíferas, nessa ocasião, causando danos severos nos frutos da mangueira (SEAGRIE, 2017, p. 29).

Através desses relatos é possível compreender que alguns produtores carecem de informações adequadas para superarem as pragas nas respectivas plantações. Já no ano de 2018, foram detectadas outras demandas advindas dos produtores, conforme descritas nas falas a seguir:

No mês de março realizamos visita técnica na propriedade do Sr. Jailson Ramos, Sítio Santa Rita, com o intuito de auxiliar-lhe a conduzir de forma correta o cultivo de hortaliças, com maior foco nas culturas da salsa e cebolinha, as quais ele apresentou maior dificuldade de plantio. [...] fomos solicitados pela Sr^a Rose, comunidade de Pindobal, para realizarmos coleta de solo para ser enviado para o IF Baiano com o intuito de ser realizada a análise do mesmo. (SEAGRIE, 2018, p. 14).

Destaca-se a relação de proximidade entre as ações promovidas pela Prefeitura Municipal de Catu e o IF Baiano, *Campus Catu*, em que a primeira requer auxílio do segundo [IF Baiano] na análise de solos, em virtude da existência de profissionais nestas existentes e a infraestrutura de laboratórios que permite a realização deste estudo. Além disso, a proximidade entre as instituições é verificada na realização de estágio dos estudantes do curso técnico em agropecuária do IF Baiano, *Campus Catu*, na própria Prefeitura:

Foi solicitado pelo Sr. Valter, morador da comunidade da Paraíba, Fazenda Tabocas, a presença do téc. em agropecuária para dar o suporte técnico na condução da cultura da bananeira, onde, Vilson, Gilson e as estagiárias do IF Baiano, Verenice e Emily dirigiram-se à referida propriedade, e identificamos algumas falhas nos tratamentos culturais, bem como a escolha inadequada do solo para o cultivo da bananeira. (SEAGRIE, 2018, p. 15).

[...]

Realizamos visita técnica com o veterinário Nailton, e com as estagiárias do IF Baiano, na fazenda API, propriedade dessa, criadora de bovinos de corte P.O. raça Nelore para a venda de Tourinhos, com o intuito de melhoramento genético, com a finalidade de melhoramento do rebanho em nosso município e de cidades do estado baiano, onde fomos recebidos pelo zootecnista Sr. Francisco, para acompanhar a vacinação do rebanho, contra aftosa, raiva e clostridiose. (SEAGRIE, 2018, p. 21).

[...]

Realizamos visita técnica na propriedade da Sr^a Rose, localizada na comunidade de Pindobal, com o intuito de identificar motivos para o fracasso no plantio do milho e feijão, de forma consorciada, o que, por si, só, já é motivo suficiente para o fracasso do plantio, uma vez que não atendiam a um espaçamento adequado para o referido consórcio entre essas duas culturas, que competem entre si, pelos mesmos nutrientes e água à disposição no solo. (SEAGRIE, 2018, p. 24).

Importante que o IF Baiano, *Campus* Catu, atue próximo às demandas apresentadas pelos agricultores familiares, pois são inúmeras as necessidades apresentadas por esse público-alvo e à Prefeitura Municipal de Catu que conta apenas com 2 servidores Técnicos Agrícolas para tentarem atender a todo esse contingente populacional.

O apoio do IF Baiano, *Campus* Catu, às ações direcionadas pela Prefeitura para o ano de 2019, conforme se percebe:

No mês de fevereiro, o Sr. Adilson – Comunidade Tauá, compareceu na SEAGRIE com o intuito de realizar práticas de adubação no solo de sua propriedade, onde informamos que para realizar uma adubação plausível seria necessário fazermos a coleta do solo e encaminharmos para uma instituição que realizasse a análise do solo, nesse caso IF Baiano – Campus Catu. (SEAGRIE, 2019, p. 10).

[...]

No mês de maio, participamos da reunião, no Instituto Federal Baiano *Campus* Catu, do colegiado de desenvolvimento territorial do litoral norte e agreste baiano para tratar do consórcio público de desenvolvimento sustentável entre os municípios participantes. (SEAGRIE, 2019, p. 13).

[...]

Realizamos visita técnica na propriedade do Sr. Valter, comunidade da Paraíba – Distrito de Pau Lavrado, com o intuito de identificarmos uma anomalia nas bananeiras, que estavam com parte de suas folhas amareladas e necrosadas. Diante do que foi observado, identificamos que tal anomalia se tratava da sigatoka amarela que reduz a produção da planta em até 50% podendo alcançar 100% se não devidamente tratada. Foi observado que o projeto de irrigação aplicado pelo agricultor era uma das causas da doença fúngica em sua lavoura. (SEAGRIE, 2019, p. 22).

No ano de 2020, o Técnico Agrícola, servidor desta Prefeitura, trouxe um relato de acompanhamento, quanto à ação realizada na comunidade da Paraíba, obtendo resultado positivo quanto ao que foi aplicado naquela propriedade:

No mês de janeiro de 2020 realizamos visita técnica na propriedade do Sr. Valter, comunidade Paraíba, com o intuito de verificar a situação da doença fúngica, Sigatoka Amarela, que havia se instalado no plantio de bananeiras em sua propriedade. Atendendo às recomendações informadas pelos técnicos, o Sr. Valter passou a adotar uma irrigação mais eficiente, aumentando o seu tempo, e eliminou o excesso de filhotes da cultura por planta, o que favoreceria o maior aproveitamento dos nutrientes, pela mesma, mantendo a cultura mais resistente às doenças fúngicas. (SEAGRIE, 2020, p. 10).

No terceiro mês desse ano, é realizada uma ação quanto a atividade pecuária:

Na propriedade do Sr. Gilberto localizada na comunidade Baixa de Areia, após a sua solicitação na Secretaria de Agricultura do município, com o intuito de auxiliar-lhe no manejo e criação de suínos, onde o veterinário Nailton instruiu o proprietário a adotar medidas de prevenção às enfermidades como vermes e sarnas, comum em animais dessa espécie, causados pelo manejo inadequado além de induzi-lo a praticar uma alimentação balanceada, o que favorece a uma maior ganho de peso em um período mais curto. (SEAGRIE, 2020, p. 11).

No último ano foram reduzidas as visitas técnicas, em virtude da atual pandemia, decorrente do coronavírus:

Do mês de abril a setembro, devido ao surgimento da pandemia mundial, denominada COVID 19 e por determinação do poder executivo, passamos a realizar as atividades no formato administrativo e em regime de escala, com o intuito de resguardar os funcionários da devida secretaria. (SEAGRIE, 2020, p. 13).

No mês de outubro foram retomadas as visitas técnicas, a partir da redução do quadro de contaminados pelo coronavírus com realização da visita técnica mais recente:

Realizamos visita técnica na propriedade do Sr. Valter localizada na comunidade Paraíba – Distrito de Pau Lavrado, com o intuito de visualizar as alterações no sistema de irrigação que sugerimos que o mesmo realizasse para melhorar a eficiência hídrica com menor consumo de água e energia para a irrigação da cultura da banana em sua propriedade. Realizamos medições de vazão hídrica do sistema e cálculos da necessidade de funcionamento do sistema em horas e intervalos de dias, com o intuito de atingirmos a necessidade hídrica da cultura com melhor custo/benefício para o agricultor. (SEAGRIE, 2020, p. 13).

A partir das ações permanentes desenvolvidas pela Prefeitura Municipal de Catu e os relatos acima expostos, é possível identificar o cultivo de sementes e aragem dos solos como grandes dificuldades encontradas na agricultura familiar da região de Catu, além de relatos que descrevem problemas com pragas (ex: fugos sigatoka amarela, lagarta do mandarová,

mosca dos frutos), qualidade de solo, distanciamento no plantio entre culturas, eficiência hídrica, melhoramento genético de bovinos e manejo e criação de suínos.

Existem ações de extensão promovidas pelo IF Baiano, *Campus* Catu, que tratam das questões relativas às demandas das atividades de pecuária (melhoramento genético de bovinos e manejo e criação de suínos), no entanto não se verificam ações dessa Instituição para lidar com as demandas provenientes da agricultura. Percebe-se que a ação extensionista não foi efetiva em relação a esta última, em que as ações de extensão estão descoladas da realidade rural catuense, a exemplo dos cactos, que não é sequer planta do bioma Mata Atlântica.

Propõe-se uma maior aproximação entre o IF Baiano, *Campus* Catu, e a Prefeitura Municipal de Catu, através da formalização de Cooperação Técnica, de modo a permitir ao IF Baiano maior acessibilidade às informações e mapeamento mais preciso quanto as principais demandas provenientes dos agricultores familiares, enquanto que a Prefeitura poderia requisitar profissionais dessa Instituição para fornecer apoio técnico e logístico nas visitas técnicas bem como disponibilização de parte da infraestrutura para oficinas de capacitação aos agricultores.

4.3 AÇÕES DE EXTENSÃO DO IFBAIANO, *CAMPUS* CATU, QUE PROMOVEM DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO LOCAL RELACIONADAS À ATIVIDADE AGROPECUÁRIA

Nesta Instituição foram encontradas ações de extensão, quanto à atividade de agropecuária assim intituladas: (1) Curso de inseminação artificial em bovinos para pequenos produtores do município de Catu (Pró-Extensão/2015) (IFBAIANO, 2015); (2) Cultivo de cactos e suculentas: da teoria à prática (Pibiex/2017/Júnior) (IFBAIANO, 2017); (3) Ciência e tecnologia de alimentos: compartilhando informações com a comunidade catuense sobre inovação e qualidade dos alimentos (Pibiex/2017/Júnior) (IFBAIANO, 2017); (4) Minicurso para crução de rótulos alimentícios destinados a pequenos/micro produtores, associação e cooperativas rurais (Pibiex/2017/Júnior) (IFBAIANO, 2017); (5) Implantação da agricultura familiar como forma de renda alternativa para famílias de comunidades subdesenvolvidas (Pibiex/2018/Júnior) (IFBAIANO, 2018a); (6) Curso de inseminação artificial em bovinos para agricultores familiares da região de Catu e para discentes do Curso Técnico em agropecuária (Pró-Extensão/2018) (IFBAIANO, 2018b); (7) Curso de apicultura básica (Pró-Extensão/2018) (IFBAIANO, 2018b); (8) Popularização da Inseminação Artificial em Suínos

no Semiárido Baiano (Pró-Extensão/2018) (IFBAIANO, 2018a); (9) Boas práticas de fabricação de alimentos a partir da farinha da casca de Mangostão (*Garcinia mangostana*) para utilização na alimentação de pessoas com diabetes na comunidade de Catu-Ba (Pibiex/2018) (IFBAIANO, 2018a); (10) Óleo de fritura como matéria-prima, para a produção do biodiesel: uma aplicação tecnológica (Pibiex/2019/Superior). (IFBAIANO, 2019b). Vale ressaltar que os cursos (1) e (6) se repetem, pois esta ação foi ofertada 2(duas) vezes e por coordenadores diferentes.

A avaliação de tais ações decorre da análise da submissão de tais projetos aos respectivos editais, da prestação de contas que é enviada à Coordenação de Extensão do IF Baiano, *Campus* Catu, ao final da execução do projeto e a partir das respostas obtidas com os preenchimentos dos apêndices.

Foram denominados sujeitos da pesquisa “Entrevistado A”, “Entrevistado B”, “Entrevistado C”, “Entrevistado D”, “Entrevistado E”, “Entrevistado F”, “Entrevistado G”, “Entrevistado H”, “Entrevistado I”, “Entrevistado J”, os respondentes ao questionário semiestruturado, presente no APÊNDICE A e “Entrevistado K” referente ao Coordenador de Extensão do *Campus* Catu, ora respondente dos APÊNDICES B e C.

Os itens a seguir descrevem os dados obtidos com as respostas objetivas fornecidas pelos entrevistados:

4.3.1 Curso de inseminação artificial em bovinos para pequenos produtores do município de Catu

A inseminação artificial destaca-se como um processo de deposição do sêmen coletado de um touro e é artificialmente introduzido no útero da fêmea, substituindo a cópula natural. Tal utilização é indispensável no sentido de possibilitar o melhoramento genético e o aumento da eficiência produtiva dos rebanhos.

Quadro 7 – Projeto/Programa de Extensão: Curso de inseminação artificial em bovinos para pequenos produtores do município de Catu

Projeto/Programa de Extensão	CrITÉRIOS/ Dimensões	Indicadores	Graus de importância
Curso de inseminação artificial em bovinos para pequenos produtores do município de Catu	Política de Gestão	Garantia na qualidade da extensão	Nota 2 (1) Nota 4 (3) Nota 5 (5)
		Estrutura Organizacional de suporte à extensão universitária	Nota 1 (1) Nota 3 (3) Nota 4 (3) Nota 5 (3)
		Recursos do orçamento anual público voltado para a extensão	Nota 4 (3)
	Relação Universidade -Sociedade	Público alcançado por programas e projetos	Nota 4 (7) Nota 5 (3)
		Público alcançado por cursos e eventos	Nota 3 (4)
		Ações de extensão dirigidas às escolas públicas	Nota 1 (1) Nota 3 (3) Nota 5 (1)
		Inclusão de população vulnerável nas ações extensionistas	Nota 4 (1)
	Plano Acadêmico	Participação geral da extensão no apoio ao estudante	Nota 5 (1)
		Participação de docentes na extensão	Nota 4 (1)
	Produção Acadêmica	Ações de extensão desenvolvida por modalidade	Nota 3 (1) Nota 5 (4)

Fonte: O Autor. Dados da Pesquisa (2021)

A entrevistada “A” coordenou o Projeto de Extensão no período entre novembro de 2015 a novembro de 2016, com carga horária semanal de 8 (oito) horas semanais. O número de participantes foi de 45 (quarenta) estudantes não bolsistas, 1 (um) estudante-bolsista e 20 (vinte) pessoas pertencentes à comunidade externa.

Esta acredita que o treinamento desta técnica possibilita qualificação da mão de obra para o desempenho da função de inseminador. Este projeto revela-se como de grande importância para a região de Catu, pois a criação de bovinos desempenha um papel fundamental na geração de renda principalmente para pequenos produtores, no tocante à produção de leite e de carne. No entanto, na maioria das vezes, esses pequenos produtores dispõem de animais de baixo padrão genético, o que resulta em baixa produtividade.

Esse Projeto de Extensão contou com a participação de 1 (um) Técnico Administrativo, servidor do IF Baiano e 1 (um) estudante-bolsista, atuando como suporte nas atividades administrativas. Participaram do curso 8 (oito) estudantes não bolsistas e 12 (doze) pessoas da comunidade externa.

Essa entrevista indica que a execução atendeu completamente ao intento do projeto, recebendo nota máxima nos subitens “Metodologia”; “Objetivos”; “Resultados Esperados” e atendimento quase completo no quesito “Ações de Sustentabilidade”, todavia pouco atendimento da produção acadêmica, recebendo nota “2”. Ressalta que a equipe atendeu completamente à proposta inicial do Projeto e atendimento quase completo quanto à disponibilização da infraestrutura oferecida pelo *Campus* Catu.

Em relação aos recursos infraestruturais, recebem uma qualidade mediana quanto a sala, ventilação e iluminação. Já os assentos e o material de suporte ganham avaliação como qualidade significativa. No tocante ao transporte, este recebe nota “1”, indicando que não foi dado suporte nesse quesito. Quanto aos recursos para promover as ações de extensão, estes são avaliados como significativos para atender às demandas do projeto de extensão, recebendo nota “4”.

Referente à importância de a comunidade externa ser alcançada pelo Projeto de Extensão, essa entrevistada indicou que sua participação é muito significativa para a vida pessoal e profissional, quanto à aplicabilidade do aprendizado e melhoria da atuação profissional, tendo repercussão positiva para o estímulo na vida pessoal e o aprendizado durante o projeto. Esse Projeto teve como foco maior a temática do Trabalho, recebendo nota “5” e nas demais listadas na pergunta 13 (treze), recebem nota “4”.

Quando questionada sobre a possibilidade de participar em outro curso com o mesmo objeto, afirmou que há uma probabilidade razoável de participar nas condições de: Estudante; Bolsista; Suporte Acadêmico e Palestrante. Todos são oriundos de escola pública, sendo que alguns destes são provenientes da Educação de Jovens e Adultos, com quantidades razoáveis entre concluintes e não concluintes da Educação Básica. Destes, há uma quantidade expressiva de pessoas na condição de vulnerabilidade.

No tocante ao Plano Acadêmico, a entrevistada “A” aduziu que a presença do estudante nas ações de extensão é de extrema relevância para a sua formação acadêmica. E indica que a presença dos docentes nas ações de extensão foi significativa nesse Projeto de Extensão.

Por fim, quanto à Produção Acadêmica, ela indicou que as publicações nas ações de extensão sejam de uma importância significativa. A mesma declarou que não houve produção decorrente desse Projeto, mas ressaltou a importância da divulgação dos resultados do trabalho para a comunidade externa. E, também, há o destaque quanto ao desenvolvimento local promovido por esse Projeto ao capacitar produtores para a prática de inseminação artificial em bovinos e técnicas de manejo reprodutivo, sanitário e alimentar dos mesmos, melhorando a qualidade de vida do animal e aumento de crias com melhor condição genética.

4.3.2 Cultivo de cactos e suculentas: da teoria à prática

O cacto pode ser identificado sempre como uma suculenta, mas o contrário não se mostra verdadeiro. A suculenta trata de várias famílias botânicas. Dentre estas, localizam-se os cactos. Estas são adaptadas para sobreviverem com pouca água.

Quadro 8 – Projeto/Programa de Extensão: Cultivo de cactos e suculentas: da teoria à prática

Projeto/Programa de Extensão	CrITÉRIOS/ DimensÓes	Indicadores	Graus de importÂncia
Cultivo de cactos e suculentas: da teoria à prática	Política de Gestão	Garantia na qualidade da extensão	Nota 4 (6) Nota 5 (3)
		Estrutura Organizacional de suporte à extensão universitária	Nota 5 (10)
		Recursos do orçamento anual público voltado para a extensão	Nota 5 (3)
	Relação Universidade -Sociedade	Público alcançado por programas e projetos	Nota 3 (2) Nota 4 (1) Nota 5 (7)
		Público alcançado por cursos e eventos	Nota 3 (1) Nota 4 (1) Nota 5 (2)
		Ações de extensão dirigidas às escolas públicas	Nota 1 (1) Nota 2 (2) Nota 5 (2)
		Inclusão de população vulnerável nas ações extensionistas	Nota 3 (1)
	Plano Acadêmico	Participação geral da extensão no apoio ao estudante	Nota 5 (1)
		Participação de docentes na extensão	Nota 5 (1)
	Produção Acadêmica	Ações de extensão desenvolvida por modalidade	Nota 5 (5)

Fonte: O Autor. Dados da Pesquisa (2021)

A entrevistada “B” realizou o Programa de Extensão com carga horária de 10 horas semanais, contando com a participação direta de 17 (dezesete) pessoas no mesmo, dentre servidores e discentes do IF Baiano e 7 (sete) da comunidade externa.

Quando foi avaliada a execução e a proposta inicial do Programa de Extensão, as “Ações de sustentabilidade do projeto” foram respondidas que atenderam completamente à proposta inicial, enquanto os demais, [atenderam] quase por completo. Em relação à pergunta 8 que, também, tem como indicador a “Garantia na qualidade da Extensão” e que avalia o Programa de Extensão quanto a sua execução, a “Avaliação Periódica pela equipe” e “Acompanhamento e avaliação do discente-bolsista” atenderam a proposta inicial por completo. Os demais subitens atenderam quase por completo.

Em relação aos recursos humanos disponibilizados, todos estes supriram às demandas por completo. O mesmo resultado ocorreu na avaliação da entrevista, quanto aos recursos infraestruturais. Já os recursos disponibilizados pela Pró-Reitoria de Extensão para a promoção das ações de extensão, estes supriram às demandas por completo.

Ao tratar do Critério da Relação Universidade-Sociedade, o curso promovido promoveu repercussão positiva, quanto ao estímulo pessoal dos participantes. Os demais subitens da pergunta 12 receberam nota máxima. Quando indagada quanto às áreas temáticas, “Saúde” e “Direitos Humanos e Justiça”, estas têm uma probabilidade razoável de ter atendido às necessidades sociais do público-alvo. As outras temáticas tiveram totais condições de atendimento.

O público-alvo estaria preparado para participar de outros cursos e eventos relacionados ao mesmo objeto teria totais condições de atuar como “Estudante” e Bolsista”, uma chance razoável de atuar como “Suporte Acadêmico” e uma probabilidade razoável de ser “Palestrante”. As perguntas 15 e 16 não foram respondidas sob o argumento que: “Não foi feito esse levantamento no projeto”.

No tocante ao Plano Acadêmico, a importância da extensão na formação acadêmica dos estudantes é considerada como de extrema relevância. Em relação ao quantitativo de docentes envolvidos nas ações de extensão, a presença destes foi considerada suficiente para atender às demandas das ações de extensão.

Quanto à produção acadêmica, todas as publicações/produtos decorrentes das ações de extensão são consideradas de importância fundamental. A entrevistada considera que a divulgação dos resultados de ações de extensão é muito relevante para compartilhar o conhecimento produzido, bem como orientar, subsidiar e incentivar o desenvolvimento de

novas propostas. Quando questionada sobre a importância desse Programa de Extensão para o desenvolvimento local, ela indica que Projetos de extensão contribuem significativamente para o desenvolvimento local e conecta as instituições de ensino com as demandas e anseios da comunidade. Por isso, ela menciona que houve repercussões positivas da ação de extensão realizada.

A crítica que se faz a essa ação é a aplicabilidade da mesma. Considerando o índice pluviométrico da região, provavelmente nenhum produtor rural conseguirá manter essa espécie que é típica do Semiárido.

4.3.3 Ciência e tecnologia de alimentos: compartilhando informações com a comunidade catuense sobre inovação e qualidade dos alimentos

A inovação na qualidade alimentar e nutricional consiste na ampliação de acesso a todos quanto a alimentos de qualidade e em quantidade suficiente, de modo que sejam promovidas de forma sustentável. Todo ser humano tem direito a alimentação adequada e ininterrupta, de modo adequado e suficiente.

Quadro 9 – Projeto/Programa de Extensão: Ciência e tecnologia de alimentos: compartilhando informações com a comunidade catuense sobre inovação e qualidade dos alimentos

Projeto/Programa de Extensão	Critérios/Dimensões	Indicadores	Graus de importância
Ciência e tecnologia de alimentos: compartilhando informações com a comunidade catuense sobre inovação e qualidade dos alimentos	Política de Gestão	Garantia na qualidade da extensão	Nota 3 (2) Nota 4 (2) Nota 5 (6)
		Estrutura Organizacional de suporte à extensão universitária	Nota 1(1) Nota 3 (2) Nota 4 (1) Nota 5 (5)
		Recursos do orçamento anual público voltado para a extensão	Nota 1 (2) Nota 5 (1)
	Relação Universidade-Sociedade	Público alcançado por programas e projetos	Nota 2 (1) Nota 3 (2) Nota 4 (5) Nota 5 (2)
		Público alcançado por cursos e eventos	Nota 5 (4)
		Ações de extensão dirigidas às escolas públicas	Nota 2 (3) Nota 3 (2)
		Inclusão de população vulnerável nas ações extensionistas	Nota 3 (1)
	Plano Acadêmico	Participação geral da extensão no apoio ao estudante	Nota 5 (1)
		Participação de docentes na extensão	Nota 5 (1)
	Produção Acadêmica	Ações de extensão desenvolvida por modalidade	Nota 1 (3) Nota 5 (2)

Fonte: O Autor. Dados da pesquisa

A entrevistada “C” executou o Programa de Extensão no período de 1º de agosto de 2019 a 29 de maio de 2020, com carga horária semanal de 10 (dez) horas. O número de participantes neste foram 2 (dois) estudantes não bolsistas, cuja temática foi a inovação na qualidade alimentar.

No tocante ao Critério de Política de Gestão, quando indagada quanto à sintonia entre a execução e a proposta, inicialmente, presente no Programa de Extensão, a “Metodologia” e a “Expectativa de produção acadêmica” atende parcialmente à execução. “Objetivos” e “Resultados esperados” atenderam quase por completo e “Ações de sustentabilidade” atenderam por completo à proposta inicial. Quanto à avaliação do Programa de Extensão a sua execução, todos atenderam completamente à proposta inicial.

Quando questionada sobre os recursos humanos disponibilizados para a gerência dessa ação de extensão, professores e a comunidade externa prestaram apoio mediano, enquanto que os técnicos administrativos ofereceram apoio que supriu às demandas por completo. Em relação aos recursos infraestruturais, a ventilação foi disponibilizada com qualidade significativa. Os demais foram perfeitamente disponibilizados para atendimento às demandas do Programa. Por fim, os recursos disponibilizados pela Pró-Reitoria de Extensão para promoção das ações de extensão para aquisição de materiais e/ou serviços supriu as demandas por completo.

Ao tratar do critério Relação Universidade-Sociedade, quando a comunidade é alcançada pelo Programa de Extensão, o “Estímulo na vida pessoal” e o “Aprendizado durante o projeto” como algo muito significativo para os participantes. Os demais subitens foram avaliados como repercussões positivas na vida dos mesmos. Esse Programa é avaliado como probabilidade remota de abordagem da temática “Direitos Humanos e Justiça”, probabilidade razoável para tratar de “Trabalho” e “Meio Ambiente”, enquanto que há uma chance considerável de ter tratado da “Educação”, “Saúde” e “Tecnologia e Produção”.

Na visão da entrevistada “C”, o público-alvo teria total condição de atuar como “Estudante”, “Bolsista”, “Suporte Acadêmico” e “Palestrante”. Houve uma quantidade considerável de pessoas oriundas da escola pública e uma baixa quantidade oriundas da Educação de Jovens e Adultos. Também há uma quantidade razoável de participantes que concluíram a Educação Básica. Destes, a maioria dos participantes eram pessoas socialmente vulneráveis.

Quanto ao Plano Acadêmico, a importância da extensão na vida acadêmica dos estudantes, a presença destes em tais ações é avaliada como de extrema relevância. No tocante ao quantitativo de docentes envolvidos nas ações de extensão, a presença destes é considerada suficientes para atender às demandas dela provenientes.

Em relação à produção acadêmica, a publicação de livros, artigos e painéis, decorrentes das ações de extensão é considerada de importância incipiente. Já os seminários e outras

formas são consideradas de importância fundamental. A entrevistada afirmou que não houve produção de material acadêmico tipo artigos, posters e cartilhas. Porém, houve colaboração na divulgação de informações importantes da área de tecnologia e controle de qualidade de alimentos, com atuação prática, tanto para a comunidade interna quanto para a comunidade externa do IF Baiano, *Campus Catu*.

Por fim, quando indagada quanto à importância do Programa de Extensão para o desenvolvimento local, ela explica que a análise do projeto causou repercussões significativas aos discentes, docentes e comunidade externa envolvida, pois os primeiros aprimoraram seus conhecimentos técnicos, desenvolveram habilidades no âmbito da execução de trabalhos, com empatia, responsabilidade e compromisso; os docentes, por sua vez, puderam compartilhar seus conhecimentos teórico-práticos, colaborando para o crescimento profissional e pessoal de discentes e demais participantes do projeto. A comunidade externa (pais e responsáveis pelos discentes) tiveram a oportunidade de adquirir informações relacionadas à ciência e tecnologia de alimentos, bem como sua associação com a alimentação saudável e manipulação e produção segura dos alimentos.

Em relação à produção acadêmica, a publicação de livros, artigos e painéis decorrentes das ações de extensão são considerados de importância incipiente.

Esse pesquisador tece a crítica quanto a não realização de avaliação posterior a essa ação por nutricionistas da instituição para identificar se a dieta da população alvo de alguma forma se modificou.

4.3.4 Minicurso para criação de rótulos alimentícios destinados a pequenos/micro produtores, associação e cooperativas rurais

O rótulo trata das informações que definem o produto, de acordo com estudo técnico presente na legislação brasileira. O ideal é que este construa uma identidade visual marcante, com demonstração da tabela nutricional, possibilitando ao consumidor a conferência das informações acerca do produto.

Quadro 10 – Projeto/Programa de Extensão: Minicurso para criação de rótulos alimentícios destinados a pequenos/micro produtores, associação e cooperativas rurais

Projeto/Programa de Extensão	Crítérios/ Dimensões	Indicadores	Graus de importância
Minicurso para criação de rótulos alimentícios destinados a pequenos/micro produtores, associação e cooperativas rurais	Política de Gestão	Garantia na qualidade da extensão	Nota 4 (1) Nota 5(8)
		Estrutura Organizacional de suporte à extensão universitária	Nota 1(1) Nota 5(9)
		Recursos do orçamento anual público voltado para a extensão	Nota 5(3)
	Relação Universidade-Sociedade	Público alcançado por programas e projetos	Nota 4(1) Nota 5(9)
		Público alcançado por cursos e eventos	Nota 1(1) Nota 5(3)
		Ações de extensão dirigidas às escolas públicas	Nota 1 (1) Nota 2 (1) Nota 3 (1) Nota 5 (2)
		Inclusão de população vulnerável nas ações extensionistas	Nota 1 (1)
	Plano Acadêmico	Participação geral da extensão no apoio ao estudante	Nota 5 (1)
		Participação de docentes na extensão	Nota 2 (1)
	Produção Acadêmica	Ações de extensão desenvolvida por modalidade	Nota 5 (5)

Fonte: O Autor. Dados da pesquisa

O entrevistado “D” apresentou um Projeto que tem como fundamento a segurança alimentar e nutricional, no tocante a produtos alimentícios oriundos da agricultura familiar que, por vezes, não trazem rótulo em conformidade com a legislação vigente. O projeto teve como finalidade o de contribuir, através de um minicurso de capacitação para criação de rótulos de produtos alimentícios destinados a pequenos/micro produtores, associações e cooperativas rurais.

As intenções desse Projeto eram de disseminar as informações básicas para elaboração de rótulos de produtos alimentícios, além de elaborar material didático com conhecimentos essenciais para a sua confecção. O entrevistado “D” afirmou que:

Como consequência deste processo, espera-se também que ocorra melhoria das condições de vida da população das zonas rurais com potencial para a atividade em questão, colaborando desta forma para manutenção e fixação do homem no campo, evitando o êxodo rural e potencialização dos problemas urbanos. (ENTREVISTADO D).

Esse programa de extensão ocorreu no período entre setembro de 2017 a abril de 2018, contando com a participação de 1 (um) estudante não bolsista, 2 (dois) estudantes bolsistas e 42 (quarenta e dois) participantes da comunidade externa.

Quando tratado sobre o Critério de Política de Gestão nas ações de Extensão, o entrevistado “D” avalia quase todos os itens das perguntas 7 (sete) a 11 (onze), com exceção ao subitem “Metodologia” do item 7 (sete), que atribuiu nota “4” e ao subitem “Transporte” do item 10 (dez), cuja nota é “1”. Isso demonstra uma excelente avaliação dos indicadores “Garantia na Qualidade da Extensão”; Estrutura organizacional de suporte à Extensão Universitária e Recursos do orçamento anual público voltado para extensão. No entanto, aponta que não foi dado suporte da instituição nesse quesito, o que apresenta como elemento dificultador do curso, uma vez que a rede de transporte do Município de Catu é, por vezes, um elemento dificultador para pessoas que precisam transitar na cidade, especialmente, quando estes ocorrem no período noturno.

Ao tratar do critério Relação Universidade-Sociedade, este atribuiu nota máxima para os quesitos das perguntas 12 (doze) e 13 (treze), o que demonstra um excelente alcance do público por programas e projetos. Estas pessoas, na avaliação do respondente, estariam prontas para participar de outro curso relacionado a este mesmo objeto nas condições de Estudante, Bolsista ou Palestrante, mas não na condição de Suporte Acadêmico, sendo que este último foi atribuído a nota “1”.

A quase totalidade da turma é oriunda de escola pública, com alguma participação de pessoas da rede particular e fruto da Educação de Jovens e Adultos, sendo todos estes concluintes da Educação Básica. Ao ser perguntado quanto à inclusão de pessoas socialmente vulneráveis nessa ação extensionista, o mesmo alega que não houve essa preocupação, recebendo nota “1” nesse indicador.

Ao tratar do Plano Acadêmico, este considera de extrema importância o papel da extensão na formação acadêmica dos estudantes, atribuindo nota “5”. No entanto, quanto ao indicador de participação de docentes na extensão, a nota é “2”, o que revela a baixa adesão desses profissionais no referido programa para que este tenha resultados potencializados.

Por fim, o indicador Produção Acadêmica, este atribui nota “5” para todos os subitens que tratam da relevância de publicações/produtos resultantes das ações de extensão. Este afirma que houve apresentação de pôster no I Seminário de Extensão, Inovação e Cultura do IF Baiano (SIEC), ocorrido em 2018. O mesmo registra que foi um momento de difusão, convergência e troca de experiências das ações realizadas no âmbito do IF Baiano, além de ser muito importante que tais ações sejam divulgadas e apreciadas pelas comunidades interna e externa.

O entrevistado “D” ainda afirma que haverá publicação do artigo fruto desse programa de extensão, intitulado “Uso das TIC na capacitação de pequenos/micros produtores rurais como ferramenta extensionista” e que o mesmo fará parte do livro a ser publicado com o título “Do ensino à inovação: uma coletânea plural dos projetos de Tecnologia Digitais de Informação e Comunicação vivenciados no IF Baiano”, em março de 2021, pela editora Appris.

Este entrevistado finalizou seu depoimento, ao tratar do desenvolvimento local promovido por esse Programa de Extensão:

Houve impactos significativos para a comunidade, a primeira turma do Curso, por exemplo, foi formada exclusivamente por moradores do município de Teodoro Sampaio, o qual contrataram uma van, para poder participar do Curso. Uma vez que os participantes, entenderam que essa oportunidade, mudaria a vida deles. Além disso, muitos participantes saíram do curso com o rótulo de seu produto elaborado, o que agregou valor comercial ao seu produto, gerando um impacto altamente positivo em suas vidas. E em muitos outros que não finalizaram, sabiam como poder elaborar o rótulo. (ENTREVISTADO D).

O rótulo é importante para avaliar a procedência, o conteúdo e a higidez dos alimentos industrializados/processados. A crítica feita a esta ação é que não há acompanhamento do IF Baiano se esses novos rótulos foram utilizados pela agroindústria da comunidade.

4.3.5 Implantação da agricultura familiar como forma de renda alternativa para famílias de comunidades subdesenvolvidas

A agricultura familiar é um tipo de gestão não patronal, sem capatazes e com a própria família gerenciando, independentemente do tamanho, a propriedade rural.

Quadro 11 – Projeto/Programa de Extensão: Implantação da agricultura familiar como forma de renda alternativa para famílias de comunidades subdesenvolvidas

Projeto/Programa de Extensão	CrITÉRIOS/ Dimensões	Indicadores	Graus de importância
Implantação da agricultura familiar como forma de renda alternativa para famílias de comunidades subdesenvolvidas	Política de Gestão	Garantia na qualidade da extensão	Nota 4 (4) Nota 5 (5)
		Estrutura Organizacional de suporte à extensão universitária	Nota 3 (1) Nota 4 (1) Nota 5 (8)
		Recursos do orçamento anual público voltado para a extensão	Nota 3 (2) Nota 4 (1)
	Relação Universidade-Sociedade	Público alcançado por programas e projetos	Nota 5(10)
		Público alcançado por cursos e eventos	Nota 5(4)
		Ações de extensão dirigidas às escolas públicas	Nota 2 (1) Nota 3 (1) Nota 4 (1) Nota 5 (2)
		Inclusão de população vulnerável nas ações extensionistas	Nota 5 (1)
	Plano Acadêmico	Participação geral da extensão no apoio ao estudante	Nota 5 (1)
		Participação de docentes na extensão	Nota 5 (1)
	Produção Acadêmica	Ações de extensão desenvolvida por modalidade	Nota 2 (1) Nota 3 (1) Nota 4 (1) Nota 5 (2)

Fonte: O Autor. Dados da pesquisa

O Entrevistado “E” executou o projeto entre setembro de 2018 a abril de 2019, com carga horária de 10 (dez) horas semanais. O mesmo indica que: “Exista um trabalho voluntários que era a visita ao público-alvo do projeto, essas horas não eram contabilizadas oficialmente, mas eram um quantitativo de mais 5 horas semanais”. O Programa de Extensão contou com a participação de 2 (dois) Técnico-Administrativos, servidores do IF Baiano, 4 (quatro) eram estudantes não bolsistas, 2 (dois) foram estudantes-bolsistas e 5 (cinco) pessoas eram da comunidade externa.

O critério da Política de Gestão indica que a “Metodologia” e os “Resultados Esperados” atenderam quase por completo a sintonia entre a execução e a proposta inicialmente presente no Programa de Extensão. Os demais subitens atenderam completamente à proposta inicial. Quanto à avaliação do Programa de Extensão durante sua execução, a “Disponibilização de infraestrutura” e “Acompanhamento e avaliação do bolsista” atenderam quase completamente à proposta inicial, enquanto que os outros foram avaliados como atendimento completo.

Ao tratar dos recursos humanos disponibilizados para gerir essa ação de extensão, a “Comunidade externa” ofereceu apoio significativo” e os demais supriram às demandas por completo. No tocante aos recursos infraestruturais, o transporte foi disponibilizado em quantidade e qualidade significativa para desenvolvimento das ações de extensão e quanto aos demais, estes atenderam perfeitamente às demandas do Programa. Por fim, os recursos disponibilizados pela Pró-Reitoria de Extensão para promoção das ações de extensão, o “Valor do recurso disponibilizado para aquisição de materiais e/ou serviços” atende às demandas do Programa de Extensão de forma significativa. Os demais atendem parcialmente às demandas desse Programa.

Em relação ao critério Relação Universidade-Sociedade, o alcance da comunidade externa por essa ação de extensão foi muito significativa na vida pessoal e profissional dos mesmos. Na avaliação do coordenador desse entrevistado, esse Programa teve totais condições de atendimento das necessidades sociais apresentadas por esse público-alvo, a partir das temáticas listadas na pergunta 13.

O público-alvo teria total condição de atuar como “Estudante”, “Bolsista”, “Suporte acadêmico” e “Palestrante”, caso estes participassem de outros cursos e eventos relacionados ao mesmo objeto executado por esse Programa de Extensão. Tais participantes têm a quase totalidade oriunda de escola pública e da Educação de Jovens e Adultos, sendo que a maioria não é concludente da Educação Básica. O entrevistado afirma que esse Programa atendeu

(quase) por completo à possibilidade de reservar/incluir pessoas socialmente vulneráveis nessa ação extensionista.

Ao tratar do Plano Acadêmico, a presença dos estudantes nas ações de extensão é considerada de extrema importância para a formação acadêmica dos mesmos. Quanto ao quantitativo de docentes nas ações de extensão, a presença destes (docentes) é considerada suficiente para atender às demandas dela provenientes.

Por fim, no tocante ao critério da Produção Acadêmica, os “Painéis” são considerados publicações nas ações de extensão de importância baixa. “Livros” apresentam importância razoável, enquanto que os demais possuem importância fundamental. O mesmo indica que houve a produção de palestras e minicursos que foram dados como assistência técnica para ajudar na incrementação e no desenvolvimento da produção dos participantes. Esse método de aprendizado e compartilhamento de conhecimento é apontado como eficaz, pois possibilita ao participante com maior dificuldade de aprendizado, o que é uma realidade da maioria das pessoas que vivem na área rural dessa região.

Ao ser questionado quanto à importância desse Programa de Extensão para o desenvolvimento local, este explica que:

As ações de extensão são de extrema importância, tanto para a formação dos futuros profissionais, como para o estreitamento da relação Instituto e comunidade. Essa relação nos permite experiências de formação mais próxima da realidade local, bem como, favorece a troca de saberes que o cotidiano e o senso comum oportunizam e que são de grande relevância para a construção do conhecimento acadêmico. Com as ações de extensão são socializados métodos e técnicas que potencializam as atividades que são desenvolvidas nas comunidades. Os problemas que essas comunidades enfrentam são trazidos para o Instituto para que sejam pensadas alternativas de solução, com a mobilização de saberes referenciados no campo científico. O contrário também é possível, quando a comunidade traz para esses espaços a sua visão de mundo e suas estratégias para solucionar os desafios cotidianos. Quanto ao Programa em análise, ainda não houve retorno à comunidade para uma avaliação de impacto, mas ao longo do processo já se observou mudanças na realidade dos beneficiários. (ENTREVISTADO E).

A crítica que se faz a esta ação é que não há qualquer escrutínio sobre a condição da agricultura familiar antes e depois da atividade de extensão.

4.3.6 Curso de inseminação artificial em bovinos para agricultores familiares da região de Catu e para discentes do curso técnico em agropecuária

O subitem 4.3.6 já descreve a conceituação deste curso de inseminação artificial, tendo em vista a promoção do aprendizado simples e direto quanto as práticas da inseminação referente ao gado de leite e corte.

Quadro 12 – Projeto/Programa de Extensão: Curso de inseminação artificial em bovinos para agricultores familiares da região de Catu e para discentes do Curso Técnico em agropecuária

Projeto/Programa de Extensão	Crítérios/ Dimensões	Indicadores	Graus de importância
Curso de inseminação artificial em bovinos para agricultores familiares da região de Catu e para discentes do Curso Técnico em agropecuária	Política de Gestão	Garantia na qualidade da extensão	Nota 3 (1) Nota 4 (4) Nota 5 (4)
		Estrutura Organizacional de suporte à extensão universitária	Nota 3 (1) Nota 4 (6) Nota 5 (3)
		Recursos do orçamento anual público voltado para a extensão	Nota 1 (2) Nota 2 (1)
	Relação Universidade-Sociedade	Público alcançado por programas e projetos	Nota 4 (3) Nota 5 (7)
		Público alcançado por cursos e eventos	Nota 4 (4)
		Ações de extensão dirigidas às escolas públicas	Nota 1 (2) Nota 3 (1) Nota 4 (1) Nota 5 (1)
		Inclusão de população vulnerável nas ações extensionistas	Nota 4 (1)
	Plano Acadêmico	Participação geral da extensão no apoio ao estudante	Nota 5 (1)
		Participação de docentes na extensão	Nota 4 (1)
	Produção Acadêmica	Ações de extensão desenvolvida por modalidade	Nota 3 (1) Nota 4 (4)

Fonte: O Autor. Dados da pesquisa

A entrevistada “F” exhibe um projeto de extensão que trata da inseminação artificial, enquanto técnica que contribui de forma decisiva para o melhor desempenho de um rebanho bovino com conseqüente aumento da lucratividade de um estabelecimento rural e melhoramento genético local. Este destinou-se a qualificar o produtor rural e os discentes do curso de Agropecuária do IF Baiano, *Campus Catu*, com o propósito de melhorar o padrão genético desses animais, uma vez que usa sêmen de touros melhorados geneticamente e, conseqüentemente, aumentam os rendimentos de ambos, pois podem desempenhar a função de inseminador em outras propriedades que demandam essa mão de obra específica. A mesma destaca:

Para os discentes, o curso de inseminação artificial proporcionou a capacitação para conduzirem programas de melhoramento genético que tenham inseminação artificial como base, podendo atuar neste nicho de mercado, uma vez que, o treinamento pode ser um diferencial na sua formação técnica. Na Bahia, poucas instituições oferecem este tipo de capacitação e o mercado sempre demanda de mão de obra com esta especificidade. (ENTREVISTADA F).

Esse curso foi executado com uma carga horária de 96 (noventa e seis) horas, contando com a participação de 21 (vinte e um) estudantes e 9 (nove) pessoas da comunidade externa. Participaram do apoio das atividades desenvolvidas neste, 1 (um) Técnico Administrativo e 2 (dois) Docentes, todos estes servidores do IF Baiano, *Campus Catu*. Não houve participação de bolsista.

No tocante ao critério da Política de Gestão, quando avaliada a sintonia entre execução e a proposta, a nota foi “4” para Metodologia, Objetivos, Resultados Esperados e Ações de Sustentabilidade. A exceção foi a expectativa de produção acadêmica que recebeu a nota intermediária “3”. O apoio oferecido pela equipe para realização das atividades recebeu nota máxima, uma vez que esses recursos supriram por completo à demanda dessa ação de extensão.

A disponibilização de infraestrutura, por sua vez, recebeu nota “4”, indicando que a quantidade e qualidade foram significativas para o desenvolvimento das ações, descritas na pergunta 10 (dez), com exceção do subitem “Transporte”, que recebeu “3”, o que aponta para uma qualidade mediana do mesmo. Quanto aos recursos disponibilizados pela Pró-Reitoria de Extensão para a promoção das ações de extensão, é indicado que não houve recursos para o atendimento das necessidades básicas do Projeto, recebendo nota “1” e o valor do recurso como insuficiente para atender às demandas do projeto de extensão, com nota “2”.

No critério Relação Universidade-Sociedade, atribuiu nota máxima para todos os subitens relacionados à importância da comunidade a ser alcançada pelo Projeto/Programa de Extensão. Seu projeto possui uma abordagem mais voltada para a Educação, Trabalho e Tecnologia e Produção, obtendo a nota máxima.

Esta entrevista afirmou que o público-alvo teria condições de participar de outros cursos, relacionados ao mesmo objeto com chance considerável de ser: Estudante; Bolsista; Suporte Acadêmico e Palestrante. Estes eram quase todos oriundos da escola pública e a maioria, também, era já concluintes da Educação Básica. Além disso, uma quantidade expressiva de pessoas estava na condição de vulnerabilidade socioeconômica.

No campo do Plano Acadêmico, na pergunta 17, a mesma afirmou que a presença do estudante nas ações de extensão é de extrema relevância. Em relação ao indicador participação de docentes na extensão, este tem nota “4”, o que indica que a presença destes nas ações de extensão é significativa.

Quanto à produção acadêmica, a entrevistada “F” indicou que as publicações decorrentes nas ações de extensão são significativas, com exceção dos “Livros” que recebeu nota “3”. Ela indica que foi apresentado pôster para o 1º Seminário Interno de Pesquisa e Extensão do *Campus* Catu, quanto ao que foi vivido durante este Projeto de Extensão.

Em relação ao desenvolvimento local promovido por essa ação de extensão, a mesma define que:

O projeto capacitou os alunos do *Campus* Catu e a comunidade local com a técnica de inseminação artificial em bovinos. Este público está apto para utilizar esta técnica gerando uma renda extra com a prestação do serviço de inseminação, além disso, o uso da inseminação nos animais dissemina a melhoria genética de rebanhos e conseqüentemente contribui para desenvolvimento rural da região. (ENTREVISTADA F).

A crítica a esta ação é que não há registros quanto ao índice ou taxa de fertilidade do rebanho quanto a elevação quanto a realização desta atividade, o que impede avaliar a efetividade da mesma.

4.3.7 Curso de apicultura básica

A apicultura é um ramo da zootecnia que lida com a exploração comercial das abelhas no sentido de produção propólis, pólen, geleia real e o mel.

Quadro 13 – Projeto/Programa de Extensão: Curso de apicultura básica

Projeto/Programa de Extensão	Crítérios/ Dimensões	Indicadores	Graus de importância
Curso de apicultura básica	Política de Gestão	Garantia na qualidade da extensão	Nota 3 (1) Nota 4 (4) Nota 5 (4)
		Estrutura Organizacional de suporte à extensão universitária	Nota 3 (1) Nota 5 (9)
		Recursos do orçamento anual público voltado para a extensão	Nota 3 (3)
	Relação Universidade -Sociedade	Público alcançado por programas e projetos	Nota 3 (3) Nota 4 (7)
		Público alcançado por cursos e eventos	Nota 4 (4)
		Ações de extensão dirigidas às escolas públicas	Nota 1 (2) Nota 2 (1) Nota 5 (2)
		Inclusão de população vulnerável nas ações extensionistas	Nota 3 (1)
	Plano Acadêmico	Participação geral da extensão no apoio ao estudante	Nota 5 (1)
		Participação de docentes na extensão	Nota 3 (1)
	Produção Acadêmica	Ações de extensão desenvolvida por modalidade	Nota 3 (1) Nota 4 (4)

Fonte: O Autor. Dados da pesquisa

A entrevistada “G” coordenou o Programa de Extensão que foi executado no período de julho de 2018 a agosto de 2019. Este teve carga horária de 2 (duas) horas semanais, contando

com os seguintes participantes: 2 (dois) Técnico-Administrativos servidores do IF Baiano, 30 (trinta) estudantes não bolsistas e 25 (vinte e cinco) pessoas da comunidade externa.

Ao tratar do critério da Política de Gestão, quando avaliada a sintonia entre a execução e a proposta inicialmente presente no Programa de Extensão, a “Expectativa de produção acadêmica” atende parcialmente a execução do mesmo e os demais subitens atenderam quase por completo. Já a avaliação deste Programa durante sua execução resultou em que todos os subitens atenderam completamente à proposta inicial.

Quanto aos recursos humanos disponibilizados para gerir esta ação de extensão, a “Comunidade Externa” realizou um apoio mediano nas ações desse Programa. Os demais supriram às demandas por completo. Em relação aos recursos infraestruturais, todos foram avaliados como material disponibilizado que atendeu perfeitamente às demandas do Programa. No entanto, os recursos disponibilizados pela Pró-Reitoria de Extensão atenderam parcialmente às demandas.

A entrevistada “G” também afirmou que, se o público-alvo participasse de outros cursos e eventos quando relacionados ao mesmo objeto desse Programa, este teria chance considerável para atuar como “Estudante”, “Bolsista”, “Suporte Acadêmico” ou “Palestrante”. Esse público na (quase) totalidade foi oriundo de escola pública, dentre esses é baixa a quantidade oriunda da Educação de Jovens e Adultos, sendo que a (quase) totalidade concluiu a Educação Básica. Uma quantidade razoável eram pessoas socialmente vulneráveis.

No tocante ao critério Relação Universidade-Sociedade, os subitens que avaliam a importância de a comunidade externa ser alcançada pelo Programa de Extensão foram compreendidos como responsáveis por uma repercussão positiva na vida pessoal e profissional dos participantes. Este atende às necessidades sociais com probabilidade razoável de ter abordado às temáticas “Educação”, “Saúde” e “Direitos Humanos e Justiça”. As outras temáticas têm chance considerável de ocorrência desse fato.

Quanto ao Plano Acadêmico, a presença do estudante nas ações de extensão foi considerada de extrema relevância para a formação acadêmica dos mesmos. Em relação ao quantitativo de docentes envolvidos em ações de extensão, esta é considerada razoável nas ações de extensão.

No critério da Produção Acadêmica, por sua vez, há a sinalização de que a publicação de livros decorrentes das ações de extensão é de uma importância razoável, enquanto que os demais subitens da pergunta 19 são considerados de uma importância significativa. A entrevistada indicou que houve a Produção de Pôster para apresentação no I Encontro de

Pesquisa e Extensão do *Campus* Catu. E salientou que esta foi importante para a divulgação da atividade de Extensão desenvolvidas e como forma de incentivo, introdução e treinamento dos discentes para apresentação de trabalhos em eventos científicos.

A entrevistada “G” explicou, por fim, a importância desse Programa de Extensão para o desenvolvimento local ao destacar que o objetivo da proposta de extensão, que foi de possibilitar a geração de emprego e renda para a comunidade, foi parcialmente atendido porque podemos afirmar que os participantes do curso foram munidos de ferramentas suficientes para que se desenvolvessem através da Apicultura. Dessa forma consideramos o Programa muito importante. Porém, como o acompanhamento após o curso não foi realizado para todos e não temos certeza do quantitativo de pessoas capacitadas que têm feito uso das técnicas aprendidas (alguns iniciaram sua própria produção, outros aperfeiçoaram suas criações e há aqueles que têm feito capturas de enxames na zona rural e urbana).

Não há nenhum registro no Instituto Federal Baiano quanto o aumento da produção do mel após a realização desta atividade, o que impede a análise da efetividade desta ação.

4.3.8 Popularização da inseminação artificial em suínos no semiárido baiano

A inseminação artificial em suínos trata de um método referente a reprodução animal, com base na inserção do sêmen do macho no sistema reprodutivo da fêmea, por meio de equipamentos específicos para a realização desse procedimento.

Quadro 14 – Projeto/Programa de Extensão: Popularização da Inseminação Artificial em Suínos no Semiárido Baiano

Projeto/Programa de Extensão	CrITÉrios/ Dimensões	Indicadores	Graus de importância
Popularização da Inseminação Artificial em Suínos no Semiárido Baiano	Política de Gestão	Garantia na qualidade da extensão	Nota 3 (3) Nota 4 (3) Nota 5 (3)
		Estrutura Organizacional de suporte à extensão universitária	Nota 3 (3) Nota 4 (5) Nota 5 (2)
		Recursos do orçamento anual público voltado para a extensão	Nota 3 (3)
	Relação Universidade-Sociedade	Público alcançado por programas e projetos	Nota 3 (2) Nota 4 (6) Nota 5 (2)
		Público alcançado por cursos e eventos	Nota 4 (1) Nota 5 (3)
		Ações de extensão dirigidas às escolas públicas	Nota 1 (1) Nota 2 (2) Nota 4 (1) Nota 5 (1)
		Inclusão de população vulnerável nas ações extensionistas	Nota 4 (1)
	Plano Acadêmico	Participação geral da extensão no apoio ao estudante	Nota 5 (1)
		Participação de docentes na extensão	Nota 3 (1)
	Produção Acadêmica	Ações de extensão desenvolvida por modalidade	Nota 4 (2) Nota 5 (3)

Fonte: O Autor. Dados da pesquisa

O entrevistado “H” trouxe em seu projeto de extensão a possibilidade de melhoramento genético do rebanho suíno dos produtores rurais da região, utilizando machos reprodutores de boa qualidade genética. O intuito é o de promover assistência aos produtores da agricultura familiar, através da tecnologia aplicada às respectivas criações. Esse Projeto teve execução

com horária semanal de 2 (duas) horas, contando com a presença de 2 (dois) estudantes-bolsistas e 12 (doze) pessoas da comunidade externa.

Quando se trata do Critério de Política de Gestão nas ações de Extensão, a “Metodologia” e os “Objetivos” foram executados atendendo completamente a proposta inicial. Os “Resultados esperados” e “Ações de Sustentabilidade” atenderam quase por completo. Já a “expectativa de produção acadêmica”, essa alcançou nota “3”.

Em relação ao “acompanhamento do discente-bolsista” durante a execução do Projeto, recebeu nota máxima, enquanto que a “disponibilização de infraestrutura” e “avaliação periódica da equipe” atenderam parcialmente a execução do projeto.

Os recursos humanos foram avaliados como medianos quando se referiram ao apoio oferecidos por professores e técnicos administrativos, enquanto que estudantes-bolsistas e a comunidade externa ofereceram um apoio significativo.

Os recursos infraestruturais, por sua vez, atenderam perfeitamente às demandas do projeto quanto à ventilação e a iluminação, enquanto que a sala, assentos e o material de suporte possuíam quantidade e qualidade significativa. Por fim, o entrevistado indicou que o transporte atendeu, de forma mediana, às ações do Projeto.

Quanto aos recursos disponibilizados pela Pró-Reitoria de Extensão para a promoção das ações de extensão, estas foram apontadas como capazes de atender parcialmente às demandas do projeto de extensão.

No tocante ao critério Relação Universidade-Sociedade, este indicou que a ação de extensão é muito significativa para a vida pessoal, enquanto que os demais subitens da pergunta 12 receberam uma avaliação nota “4”. Ao tratar do critério “Público alcançado por programas e projetos”, na pergunta 13, o projeto atendeu completamente a área de “Tecnologia e Produção”. As demais receberam nota “4”, com exceção do subitem “Direitos Humanos e Justiça” que lhe foi atribuída nota “3”.

Quando questionado se o público-alvo estaria preparado para participar de outros cursos referentes ao mesmo objeto, estes teriam totais condições de participar nas condições de: Estudante, Bolsista e Suporte Acadêmico. Já a condição de Palestrante é atribuída nota “4”. Estes são todos oriundos da escola pública, com alguma participação da Educação de Jovens e Adultos e com maioria não concluinte da Educação Básica. O entrevistado ainda afirmou existir uma quantidade expressiva de pessoas socialmente vulneráveis nessa ação extensionista.

Ao falar do Plano Acadêmico, ele considera a presença do estudante nas ações de extensão de extrema relevância. E avalia o quantitativo de docentes envolvidos em ações de extensão como razoável.

Por fim, a Produção Acadêmica, na pergunta 19 que avalia “Artigos”, “Painéis” e “Seminários” como formas de publicação de importância fundamental. Livros assumem a condição de importância significativa. Esse coordenador do Projeto em comentário assegura que foi produzido pôster e apresentado no Mostratec 2019 (Mostra Brasileira de Ciência e Tecnologia e Mostra Internacional de Ciência e Tecnologia), ocorrida em Novo Hamburgo, Rio Grande do Sul.

Ao tratar do desenvolvimento local promovido por esse Projeto de Extensão, ele relata que os produtores participantes não faziam uso de tecnologias básicas e que esse Projeto proporcionou mudanças no modo da utilização de reprodutores suínos; além de perceber que a qualidade dos produtos obtidos pelo acasalamento de suíno de alto potencial genético com matrizes mestiças mostrou aos produtores a possibilidade do melhoramento genético a baixo custo com consequente melhoria da renda.

4.3.9 Boas práticas de fabricação de alimentos, a partir da farinha da casca de mangostão (*Garcinia mangostana*) para utilização na alimentação de pessoas com diabetes na comunidade de Catu-BA

O mangostão é uma fruta de origem asiática com alta quantidade nutrientes e que possui compostos de alta funcionalidade em sistemas orgânicos, contendo maior concentração nutritiva em suas cascas.

Quadro 15 – Projeto/Programa de Extensão: Boas práticas de fabricação de alimentos, a partir da farinha da casca de Mangostão (*Garcinia Mangostana*) para utilização na alimentação de pessoas com diabetes na comunidade de Catu-BA

Projeto/Programa de Extensão	CrITÉRIOS/ Dimensões	Indicadores	Graus de importância
Boas práticas de fabricação de alimentos, a partir da farinha da casca de Mangostão (<i>Garcinia Mangostana</i>) para utilização na alimentação de pessoas com diabetes na comunidade de Catu-Ba	Política de Gestão	Garantia na qualidade da extensão	Nota 4 (6) Nota 5 (3)
		Estrutura Organizacional de suporte à extensão universitária	Nota 4 (1) Nota 5 (9)
		Recursos do orçamento anual público voltado para a extensão	Nota 4 (3)
	Relação Universidade-Sociedade	Público alcançado por programas e projetos	Nota 4 (2) Nota 5 (8)
		Público alcançado por cursos e eventos	Nota 4 (2) Nota 5 (2)
		Ações de extensão dirigidas às escolas públicas	Nota 1 (2) Nota 2 (1) Nota 4 (1) Nota 5 (1)
		Inclusão de população vulnerável nas ações extensionistas	Nota 3 (1)
	Plano Acadêmico	Participação geral da extensão no apoio ao estudante	Nota 5 (1)
		Participação de docentes na extensão	Nota 5 (1)
	Produção Acadêmica	Ações de extensão desenvolvida por modalidade	Nota 3 (2) Nota 5 (3)

Fonte: O Autor. Dados da pesquisa

O entrevistado “I” executou o curso com carga horária de 10 horas semanais, de junho de 2018 a junho de 2020. Esse Programa de Extensão teve como participantes: 2 (dois) Técnico-Administrativos servidores do IF Baiano, 2 (dois) estudantes-bolsistas, 2 (dois) estudantes não bolsistas e 8 (oito) pessoas da comunidade externa.

O projeto em sua essência buscou tratar da realização de boas práticas de produção de alimentos, a partir da farinha da casca de Mangostão (*Garcinia mangostana*) para utilização

na alimentação de pessoas com diabetes na comunidade de Catu-BA. Essa ação de extensão tinha, como última parte do Projeto, a realização da ministração de oficinas com a comunidade do município de Catu-BA. Contudo, esta fase final não foi possível de ser realizada, devido às questões de liberação de testes com a população pelo comitê de ética com seres humanos (CONEP).

Quando avaliada a sintonia entre a execução e a proposta do Programa de Extensão, todos os subitens foram indicados com atendimento quase por completo. A pergunta 8 que também analisa o indicador “Garantia na qualidade da Extensão”, o subitem “Avaliação periódica pela equipe” foi computado como atendimento por completo. Os demais receberam nota máxima.

Os recursos humanos disponibilizados quanto ao apoio de Professores, Técnicos Administrativos e Estudantes-bolsistas supriram às demandas por completo. A comunidade externa, por sua vez, prestou um apoio significativo. No tocante aos recursos infraestruturais, todos os materiais disponibilizados atenderam perfeitamente às demandas do Projeto. Quando perguntado, em relação aos recursos disponibilizados pela Pró-Reitoria de Extensão, os recursos foram significados para atender às demandas do programa de extensão.

Ao tratar do Critério da Relação Universidade-Sociedade, o entrevistado “I” avalia a importância de a comunidade externa ser alcançada pelo Projeto de Extensão como tendo repercussão positiva para estímulo na vida pessoal, enquanto que os demais subitens têm uma avaliação muito significativa na vida pessoal e profissional dos participantes. Esse Programa tem uma chance considerável de ter atendido a temática “Direitos Humanos e Justiça” e os demais subitens da pergunta 13 teve totais condições de atendimento.

Quando indagado quanto à preparação do público-alvo para participar de outros cursos e eventos relacionado ao mesmo objeto, este teria totais condições de aparecer como “Estudante” e Bolsista”, e uma chance considerável como “Suporte Acadêmico” e “Palestrante”.

Em relação ao indicador “Ações de extensão dirigidas às escolas públicas”, a maioria do público é de pessoas oriundas da escola pública. Não houve participantes oriundos de Educação de Jovens e Adultos, sendo que a totalidade não concluiu a Educação Básica. Dentre estes participantes, houve uma quantidade razoável de participantes socialmente vulneráveis nessa ação extensionista.

No tocante ao critério Plano Acadêmico, a presença do estudante nas ações de extensão é considerada de extrema relevância. E o quantitativo de docentes envolvidos nas ações de extensão é suficiente para atender às demandas dela provenientes.

Por fim, o critério da Produção Acadêmica, esse entrevistado considera as publicações/produções resultantes das ações de extensão em livros e artigos de importância razoável, enquanto que painéis, seminários e outras possibilidades como sendo de importância fundamental. Nesse quesito, houve a produção de 1 (um) artigo (ainda não publicado) e 04 (quatro) posters, cujo projeto foi apresentado em eventos científicos nacionais e internacionais: (1) I ENPEX 2019 – realizado na cidade de Catu 2019 entre os dias de 16 e 17 de Abril de 2019; (2) Milset Brasil 2019 – realizado na cidade de Fortaleza 2019 entre os dias de 28 de maio a 01 de junho de 2019; (3) III FIC 2019 – realizado na cidade de Catu 2019 entre os dias de 29 a 30 de agosto de 2019; e (4) Milset Mundial 2019 – realizado na cidade de Abu Dhabi nos Emirados Árabes, entre os dias de 23 a 28 de setembro de 2019, onde recebeu o Prêmio de Excelência e Destaque Internacional. O projeto também foi bastante divulgado em jornais e sites estaduais demonstrando a importância do mesmo para a alimentação de pessoas com diabetes. O produto obtido foi de grande importância para o desenvolvimento de efetivas ações de extensão na comunidade catuense.

Quando indagado quanto à importância desse Programa de Extensão para o desenvolvimento local, o mesmo explica:

O projeto em sua essência buscou tratar da realização de boas práticas de produção de alimentos a partir da farinha da casca de Mangostão (*Garcinia Mangostana*) para utilização na alimentação de pessoas com diabetes na comunidade de Catu-BA. Visto que esta doença é um problema que de saúde pública e que afeta um grande número de pessoas em todo o mundo e especialmente os alimentares, são fatores de proteção. Desta forma, alguns resultados, tais como a disponibilização dos produtos produzidos a partir da farinha do mangostão para a comunidade local necessitam ser disponibilizados para o público alvo do projeto. (ENTREVISTADO I).

Catu não é grande produtor e/ou consumidor de mangostão. Não há registro se este tema foi pensado para orientar restaurantes, centrais de abastecimento etc., o que eventualmente poderia contar com oferta de casca suficiente e com instalações agroindustriais para que se desenvolva um processo de desidratação e moagem da casca.

4.3.10 Óleo de fritura como matéria-prima, para a produção do biodiesel: uma aplicação tecnológica

O biodiesel produzido, a partir do óleo de fritura apresenta algumas vantagens quando comparado ao diesel de petróleo: é renovável, tem isenção de enxofre e pode ser utilizado em motores diesel sem necessidade de passar por adaptação dos veículos, além de representar benefício ambiental, uma vez que evita este descarte.

Quadro 16 – Óleo de fritura como matéria-prima, para a produção do biodiesel: uma aplicação tecnológica

Projeto/Programa de Extensão	Crítérios/Dimensões	Indicadores	Graus de importância
Óleo de fritura como matéria-prima, para a produção do biodiesel: uma aplicação tecnológica	Política de Gestão	Garantia na qualidade da extensão	Nota 3 (1) Nota 4 (4) Nota 5 (4)
		Estrutura Organizacional de suporte à extensão universitária	Nota 1 (1) Nota 4 (6) Nota 5 (3)
		Recursos do orçamento anual público voltado para a extensão	Nota 3 (3)
	Relação Universidade-Sociedade	Público alcançado por programas e projetos	Nota 3 (3) Nota 4 (7)
		Público alcançado por cursos e eventos	Nota 3 (2) Nota 5 (2)
		Ações de extensão dirigidas às escolas públicas	Nota 1 (3) Nota 5 (2)
		Inclusão de população vulnerável nas ações extensionistas	Nota 1 (1)
	Plano Acadêmico	Participação geral da extensão no apoio ao estudante	Nota 5 (1)
		Participação de docentes na extensão	Nota 2 (1)
	Produção Acadêmica	Ações de extensão desenvolvida por modalidade	Nota 1 (2) Nota 3 (3)

Fonte: O Autor. Dados da pesquisa

O entrevistado “J” executou o Programa de Extensão no período entre agosto de 2019 a fevereiro de 2020, com carga horária semanal de 20 (vinte) horas. Este contou com 1 (um) estudante-bolsista e 60 (sessenta) pessoas da comunidade externa

Quanto avaliada a sintonia entre a execução e a proposta do Programa de Extensão, a “Metodologia” recebeu nota máxima, enquanto que “Objetivos”, “Resultados Esperados” e “Ações de sustentabilidade do projeto” atenderam quase por completo à proposta de execução. Por fim, a “expectativa de produção acadêmica” recebeu nota “3”. No tocante a avaliação da execução deste Programa, a disponibilização de infraestrutura atende quase por completo à expectativa, enquanto que os demais subitens da pergunta 8 receberam nota “5”.

Em relação à disponibilização de recursos humanos, esse entrevistado indica que o suporte oferecido por docentes e bolsistas atenderam à demanda por completo, enquanto que não houve esse auxílio prestado por Técnicos Administrativos. Já os recursos infraestruturais, o material de suporte teve nota máxima, enquanto que os demais tiveram em quantidade e qualidade significativa para o desenvolvimento das ações. Por fim, os recursos disponibilizados pela Pró-Reitoria de Extensão atenderam parcialmente às demandas desse Programa de Extensão.

Ao tratar do Critério Relação Universidade-Sociedade, a aplicabilidade do aprendizado obtido tem um repercussão mediana na vida pessoal e profissional dos participantes e os demais aparecem como repercussões positivas para os mesmos. Esse Programa de Extensão tem uma chance considerável de ter atendido às áreas de Educação, Meio Ambiente e Saúde. Tecnologia e Produção e o Trabalho são subitens que apresentam uma probabilidade razoável

Ao tratar do indicador “Público alcançado por cursos e eventos” na questão 14, a entrevista “J” afirmou que se público-alvo participasse de outros cursos e eventos relacionados ao mesmo objeto, teriam totais condições de serem “estudantes” ou “bolsistas” e com probabilidade razoável para atuarem nas condições de “suporte acadêmico” e “palestrante”. Esse público é composto por todos sendo oriundos de escola pública e nenhum destes concluiu a Educação Básica. Não houve preocupação desse Programa com a inclusão de pessoas vulneráveis nessa ação extensionista.

No plano Acadêmico, o entrevistado destacou que a presença do estudante nas ações de extensão é de extrema relevância para a sua formação acadêmica. E afirma, também, que a presença de docentes ainda é baixa nas ações de extensão.

Quanto à produção acadêmica, ele indicou que a produção de painéis e seminários de importância razoável nas ações de extensão, enquanto que livros e artigos possuem

importância incipiente. O mesmo afirmou que ainda não houve produção acadêmica relacionada ao Projeto, mas a aluna bolsista responsável pelo suporte administrativo do mesmo pretende redigir seu Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), baseando-se nas experiências e nos dados adquiridos. E ainda afirmou que a realização do TCC será interessante para demonstrar aos demais alunos e professores um possível enfoque dos Projetos de Extensão, que é contribuir na formação dos alunos, a partir de experiências nas escolas da região, e intervir de modo positivo na formação dos estudantes dessas escolas. Quando perguntado sobre a importância desse Programa de Extensão para o desenvolvimento local, ele teceu as seguintes considerações:

O Projeto foi importante para mostrar aos alunos como os conteúdos vistos em sala de aula se aplicam no cotidiano, o que propiciou o desenvolvimento de uma aprendizagem significativa. Durante o início até o término do trabalho foi perceptível o avanço dos alunos à cerca da compreensão dos diversos conceitos abordados, apesar de algumas limitações, mostrando assim que é possível utilizar temas para a abordagem de conceitos. O Projeto foi ainda de suma importância para mostrar que é possível, através de um processo contínuo de ensino-aprendizagem demonstrar a importância do mesmo no exercício da cidadania e das práticas do dia a dia. (ENTREVISTADO J).

A crítica a tal ação é que não foi realizada uma pesquisa visando medir o antes e o depois em termos de produção de biodiesel. O município sequer conta com uma usina e não se sabe se a quantidade produzida confere viabilidade econômica.

4.3.11 Cursos FICs relacionados à atividade da agropecuária

Quanto aos cursos FICs executados pelo IF Baiano, *Campus* Catu, com cursos relacionados à atividade da agropecuária, temos 3 (três) editais: Edital nº 128 (IFBAIANO *CAMPUS* CATU, 2017b); Edital nº 59 (IFBAIANO *CAMPUS* CATU, 2018c) e o Edital nº 98 (IFBAIANO *CAMPUS* CATU, 2018d).

O primeiro ocorreu no período entre outubro de 2017 a março de 2018, o segundo entre setembro a dezembro de 2018 e, por fim, o terceiro é executado entre fevereiro a abril de 2019. Quanto ao aprimoramento da atividade agropecuária, o primeiro ofertou o curso “Agricultor Familiar”, o segundo, por sua vez trouxe “Agroindustrialização de matérias-primas de origem animal e vegetal” e, por fim, o terceiro ofereceu “Beneficiamento de ervas condimentares e aromáticas” e “Elaboração de rótulos para produtos alimentícios”.

Quando perguntado sobre os principais entraves encontrados pelo *Campus* Catu para a formação de turma na modalidade Formação Inicial e Continuada (FIC), no Apêndice C, o

Entrevistado “K” informou que o público ao se inscrever no edital, em sua maioria, acredita que está realizando a matrícula, uma vez que a leitura do edital por este não é completa e muitos não realizam a matrícula. Ele ainda informa que mesmo, posteriormente, abrindo edital com vagas remanescentes, não foi possível completar a quantidade de vagas de alguns cursos.

Por exemplo, os cursos de “Agroindustrialização de matérias-primas de origem animal e vegetal” e “Beneficiamento de ervas condimentares e aromáticas” não ocorreram. O primeiro porque não houve quantidade mínima de estudantes para iniciar uma turma, enquanto que o segundo, os alunos matriculados não compareceram às aulas. Estes são fenômenos que a gestão do *Campus* Catu não compreende a causa.

Quanto ao indicador “Garantia na qualidade da Extensão” no tocante a execução da disciplina, este é avaliada como de excelente, uma vez que o corpo docente tem experiência na área de atuação dos respectivos cursos.

Ao tratar do indicador “Estrutura organizacional de suporte à Extensão Universitária”, o próprio docente é o recurso humano, uma vez que a falta de técnico-administrativos e comissão para realizar o trabalho do processo seletivo que, normalmente, fica da responsabilidade da Coordenação de Extensão e dos professores que submetem os cursos, aumentando em demasia carga de trabalho do docente com trâmites que fogem das suas atribuições institucionais.

Na pergunta 7, ao indagar se havia recursos disponibilizados pela Pró-Reitoria de Extensão para promover as ações de extensão ou esses eram provenientes do próprio *Campus*, a resposta é que responsabilidade pelo custeio é integral do *Campus* para oferta do curso com condições adequadas

As ações de extensão dos cursos FIC alcançam estudantes e/ou trabalhadores interessados em capacitação e não há um direcionamento de esforços para àqueles que são oriundos de escolas públicas e para pessoas socialmente vulneráveis. A finalidade é alcançar território de identidade o qual o *Campus* se encontra.

Em relação à importância dessa disciplina na formação acadêmica e profissional desses estudantes, os mesmos têm a oportunidade de introduzir assuntos relevantes na sua formação. Mas, um ponto negativo destacado pelo Coordenador é que há baixo quantitativo de docentes envolvidos nessa ação de extensão, pois hoje o *Campus* possui em seu quadro permanente, 96 (noventa e seis) e normalmente se envolvem o professor da respectiva disciplina e o próprio Coordenador de Extensão.

Não há produção acadêmica com o término do curso. Há apenas a produção de material didático pensado para o transcorrer do mesmo. Ao solicitar esclarecimentos quanto à Importância do Curso FIC para o desenvolvimento local, o mesmo ressalta que este é: “de grande relevância, uma vez que é uma porta de entrada para a comunidade externa conhecer os cursos que o *Campus* oferece. Em tempo que, qualifica os profissionais que necessitam de capacitação e normalmente, há um retorno destes a respeito de novos cursos”.

4.3.12 Análise Geral das Entrevistas

Em relação ao quantitativo de respostas oferecidas a cada uma das questões presentes no APÊNDICE A, as porcentagens foram separadas, a partir dos subitens das perguntas 07 a 19. De modo a facilitar a compreensão quanto a sistematização dos dados obtidos nas questões retromencionadas, foi elaborado Quadro 17:

Quadro 17 – Análise Geral das entrevistas aplicadas em relação ao Apêndice A

<i>Dimensões de Avaliação</i>	<i>Indicadores</i>	<i>Descrição</i>	<i>Graus de Importância (1 a 5)</i>
1. Política de Gestão	Garantia na Qualidade da Extensão	Metodologia	Nota 1 – 0 Nota 2 – 0 Nota 3 – 1 Nota 4 – 5 Nota 5 – 4
		Objetivos	Nota 1 – 0 Nota 2 – 0 Nota 3 – 0 Nota 4 – 6 Nota 5 – 4
		Resultados Esperados	Nota 1 – 0 Nota 2 – 0 Nota 3 – 0 Nota 4 – 8 Nota 5 – 2
		Ações de sustentabilidade do projeto	Nota 1 – 0 Nota 2 – 0 Nota 3 – 0 Nota 4 – 6 Nota 5 – 4
		Expectativa de produção acadêmica	Nota 1 – 0 Nota 2 – 1 Nota 3 – 5 Nota 4 – 2

			Nota 5 – 2
		Disponibilização de infraestrutura	Nota 1 – 0 Nota 2 – 0 Nota 3 – 1 Nota 4 – 5 Nota 5 – 4
		Avaliação periódica pela equipe	Nota 1 – 0 Nota 2 – 0 Nota 3 – 1 Nota 4 – 2 Nota 5 – 7
		Acompanhamento e avaliação do discente bolsista	Nota 1 – 0 Nota 2 – 0 Nota 3 – 0 Nota 4 – 1 Nota 5 – 9
		Capacitação da equipe para realização das atividades afins	Nota 1 – 0 Nota 2 – 0 Nota 3 – 0 Nota 4 – 2 Nota 5 – 8
	Estrutura Organizacional de Suporte à Extensão Universitária	Professores	Nota 1 – 0 Nota 2 – 0 Nota 3 – 2 Nota 4 – 1 Nota 5 – 7
		Técnicos Administrativos	Nota 1 – 1 Nota 2 – 0 Nota 3 – 1 Nota 4 – 0 Nota 5 – 8
		Estudantes Bolsistas	Nota 1 – 1 Nota 2 – 0 Nota 3 – 0 Nota 4 – 1 Nota 5 – 8
		Comunidade Externa	Nota 1 – 0 Nota 2 – 0 Nota 3 – 3 Nota 4 – 5 Nota 5 – 2
		Transporte	Nota 1 – 2 Nota 2 – 0 Nota 3 – 2 Nota 4 – 2 Nota 5 – 4
		Sala	Nota 1 – 0

			Nota 2 – 0 Nota 3 – 1 Nota 4 – 3 Nota 5 – 6
		Ventilação	Nota 1 – 0 Nota 2 – 0 Nota 3 – 1 Nota 4 – 3 Nota 5 – 6
		Assentos	Nota 1 – 0 Nota 2 – 0 Nota 3 – 0 Nota 4 – 4 Nota 5 – 6
		Iluminação	Nota 1 – 0 Nota 2 – 0 Nota 3 – 1 Nota 4 – 2 Nota 5 – 7
		Material de suporte (quadro, piloto atômico...)	Nota 1 – 0 Nota 2 – 0 Nota 3 – 0 Nota 4 – 3 Nota 5 – 7
	Recursos do orçamento anual público voltado para a extensão	Quantidade de bolsas	Nota 1 – 2 Nota 2 – 0 Nota 3 – 4 Nota 4 – 4 Nota 5 – 2
		Número de bolsistas contemplados	Nota 1 – 2 Nota 2 – 0 Nota 3 – 4 Nota 4 – 2 Nota 5 – 2
		Valor do recurso disponibilizado para aquisição de materiais e/ou serviços	Nota 1 – 0 Nota 2 – 1 Nota 3 – 3 Nota 4 – 3 Nota 5 – 3
	Público alcançado por programas e projetos	Estímulo na vida pessoal	Nota 1 – 0 Nota 2 – 0 Nota 3 – 0 Nota 4 – 5 Nota 5 – 5
		Aprendizado durante o projeto	Nota 1 – 0 Nota 2 – 0

			Nota 3 – 0 Nota 4 – 4 Nota 5 – 6
		Aplicabilidade do aprendizado obtido	Nota 1 – 0 Nota 2 – 0 Nota 3 – 1 Nota 4 – 3 Nota 5 – 6
		Melhoria na atuação profissional	Nota 1 – 0 Nota 2 – 0 Nota 3 – 0 Nota 4 – 3 Nota 5 – 7
		Educação	Nota 1 – 0 Nota 2 – 0 Nota 3 – 1 Nota 4 – 4 Nota 5 – 5
		Trabalho	Nota 1 – 0 Nota 2 – 0 Nota 3 – 2 Nota 4 – 2 Nota 5 – 6
		Meio Ambiente	Nota 1 – 0 Nota 2 – 0 Nota 3 – 1 Nota 4 – 5 Nota 5 – 4
		Saúde	Nota 1 – 0 Nota 2 – 0 Nota 3 – 3 Nota 4 – 4 Nota 5 – 3
		Tecnologia e Produção	Nota 1 – 0 Nota 2 – 0 Nota 3 – 1 Nota 4 – 3 Nota 5 – 6
		Direitos Humanos e Justiça	Nota 1 – 0 Nota 2 – 1 Nota 3 – 3 Nota 4 – 5 Nota 5 – 1
	Público alcançado por cursos e eventos	Estudante	Nota 1 – 0 Nota 2 – 0 Nota 3 – 1

			Nota 4 – 2 Nota 5 – 7
		Bolsista	Nota 1 – 0 Nota 2 – 0 Nota 3 – 1 Nota 4 – 2 Nota 5 – 7
		Suporte Acadêmico	Nota 1 – 1 Nota 2 – 0 Nota 3 – 2 Nota 4 – 4 Nota 5 – 3
		Palestrante	Nota 1 – 0 Nota 2 – 0 Nota 3 – 3 Nota 4 – 4 Nota 5 – 3
	Ações de extensão dirigidas às escolas públicas	Participante oriundo de escola pública	Nota 1 – 0 Nota 2 – 0 Nota 3 – 1 Nota 4 – 1 Nota 5 – 8
		Participante oriundo de escola particular	Nota 1 – 5 Nota 2 – 4 Nota 3 – 1 Nota 4 – 0 Nota 5 – 0
		Participante oriundo de Educação de Jovens e Adultos	Nota 1 – 3 Nota 2 – 4 Nota 3 – 2 Nota 4 – 0 Nota 5 – 1
		Participante que concluiu a Educação Básica	Nota 1 – 2 Nota 2 – 1 Nota 3 – 2 Nota 4 – 2 Nota 5 – 3
		Participante que não concluiu a Educação Básica	Nota 1 – 3 Nota 2 – 1 Nota 3 – 2 Nota 4 – 2 Nota 5 – 2
	Inclusão de população vulnerável nas ações extensionistas	População vulnerável	Nota 1 – 2 Nota 2 – 0 Nota 3 – 3 Nota 4 – 2 Nota 5 – 3

	Participação geral da extensão no apoio ao estudante	Importância da extensão na formação acadêmica dos estudantes	Nota 1 – 0 Nota 2 – 0 Nota 3 – 0 Nota 4 – 0 Nota 5 – 10
	Participação de docentes na extensão	Quantitativo de docentes envolvidos em ações de extensão	Nota 1 – 0 Nota 2 – 2 Nota 3 – 2 Nota 4 – 2 Nota 5 – 4
	Ações de extensão desenvolvidas por modalidade	Livros	Nota 1 – 2 Nota 2 – 0 Nota 3 – 5 Nota 4 – 1 Nota 5 – 2
Artigos		Nota 1 – 2 Nota 2 – 0 Nota 3 – 1 Nota 4 – 3 Nota 5 – 4	
Painéis		Nota 1 – 1 Nota 2 – 1 Nota 3 – 1 Nota 4 – 3 Nota 5 – 4	
Seminários		Nota 1 – 0 Nota 2 – 0 Nota 3 – 1 Nota 4 – 3 Nota 5 – 6	
Outros		Nota 1 – 0 Nota 2 – 0 Nota 3 – 1 Nota 4 – 5 Nota 5 – 4	

Fonte: O Autor. Dados da Pesquisa (2021)

O indicador “Garantia na qualidade da Extensão” é muito bem avaliado pelos coordenadores de extensão, sendo que os subitens “Metodologia”, “Disponibilidade de Infraestrutura” e “Avaliação periódica pela equipe” recebem uma nota 4 ou 5 por 90% dos respondentes. Apenas a “Expectativa de produção acadêmica” recebeu uma avaliação mediana, com 50% dos respondentes atribuindo nota 3. Os demais subitens receberam nota 4 ou 5 de 100% dos respondentes.

Em relação ao indicador “Estrutura Organizacional de suporte à extensão Universitária”, os subitens “Professores”, “Técnico-Administrativos”, “Estudantes-Bolsistas” e “Comunidade Externa” bem avaliados, enquanto recursos humanos disponibilizados para gerir a ação de extensão, sendo que nos dois primeiros são avaliados com 4 ou 5 por 80% dos respondentes, o terceiro recebe 4 ou 5 por 90% e o último recebe mesmas notas por 70%.

Quanto aos recursos infraestruturais, quase todos recebem excelente avaliação: “Sala”, “Ventilação” e “Iluminação” recebem notas 4 ou 5 por 90% dos respondentes, enquanto que essas notas são atribuídas por 100% nos quesitos “Assentos” e “Material de suporte”. A única avaliação que foge desse parâmetro é o “Transporte”, em que 40% avalia como inexistente ou de qualidade mediana. Fica o registro sobre a necessidade de melhoria deste último, já que tal avaliação negativa alcança quase metade dos registros feitos pelos Coordenadores dos Projetos/Programas de Extensão.

No indicador “Recursos do orçamento anual público voltado para a extensão”, há uma avaliação mediana quanto ao “Valor do recurso disponibilizado para aquisição de materiais e/ou serviços” com apenas 60% dos respondentes avaliando com notas 4 ou 5. Essa avaliação é ainda pior quanto aos subitens “Quantidade de bolsas” e “Número de bolsistas contemplados”, pois 60% registram notas de 1 a 3. Dessa forma, é preciso que o IF Baiano reveja o valor disponibilizado no Edital para as ações de extensão e discuta com a comunidade, de modo a refletir em outros valores que, de fato, atendam aos anseios sociais.

Por sua vez, o indicador “Público alcançado por programas e projetos” possuem ótima avaliação. 100% dos respondentes avaliam com nota 4 ou 5 os subitens “Estímulo na vida pessoal”, “Aprendizado durante o projeto” e “Melhoria na atuação profissional”, 90% atribuem mesmas notas nos quesitos “Aplicabilidade do aprendizado obtido”, “Educação, Meio Ambiente” e “Tecnologia e Produção”, 80% avalia dessa forma o subitem “Trabalho”. A avaliação mais aquém é a temática “Direitos Humanos e Justiça”, recebendo tais notas por 60% dos entrevistados. Importante que a Instituição disponibilize informações aos seus servidores sobre a importância do elemento ético nas ações construídas em prol da comunidade.

Em relação ao indicador “Público alcançado por cursos e eventos”, este obtém ótima avaliação. 90% atribuem notas 4 e 5 aos subitens “Estudantes” e “Bolsista” e 70% oferecem essas notas aos quesitos “Suporte Acadêmico” e “Palestrante”.

No tocante ao indicador “Ações de extensão dirigidas às escolas públicas”, 90% indicam que os participantes são maioria ou quase totalidade na ação de extensão, sendo que

70% afirmam a participação oriunda da Educação de Jovens e adultos ser de baixa quantidade ou inexistente e que 50% destas ações têm a maioria ou quase totalidade de pessoas que concluíram a Educação Básica. Isso demonstra a grande importância da inclusão social exercida por essa instituição, oferecendo oportunidades de acessos aos diferentes públicos-alvos, no entanto é baixa a representatividade daqueles que decorrem da educação EJA, o que demonstra a falha institucional em não oportunizar que mais pessoas deste perfil participem das ações de extensão do *Campus Catu*.

Ao tratar do indicador “Inclusão de população vulnerável nas ações extensionistas”, nota-se que apenas 50% dos respondentes afirmam ter quantidade expressiva de pessoas nessa condição ou atendimento (quase) completo dessa condição, o que figura como uma falha importante da Instituição, pois em decorrência de sua função social na localidade que se insere, tal aspecto deve contemplar todas as suas ações.

Quanto ao indicador “Participação geral da extensão no apoio ao estudante”, trata da única unanimidade encontrada nesses dados em que 100% consideram a presença do estudante nas ações de extensão como de extrema relevância para a sua formação acadêmica.

Em relação ao indicador “Participação de docentes na extensão”, apenas 60% dos respondentes afirmam que este quantitativo é significativo e suficiente para atenderem às demandas de extensão. Isso mostra que é preciso um envolvimento maior desses profissionais com tais ações, sendo a atuação de conscientização da instituição um elemento importante para potencializar a melhora desse cenário.

Por fim, o indicador “Ações de extensão desenvolvida por modalidade”, em que “Artigos”, “Painéis” e “Seminários” são avaliadas por 70% notas 4 ou 5 quanto a sua relevância decorrentes das ações de extensão. Outras formas recebem essas notas por 90% dos respondentes. Os “Livros” é que recebem uma avaliação inferior as demais, em que 50% registram tal publicação com importância razoável ao atribuir nota 3.

É possível perceber que, no geral, as avaliações dos Coordenadores de Projetos/Programas de Extensão são muito boas, sendo que a ampla maioria dos subitens avaliados com notas 4 ou 5. No entanto algumas questões precisam ser melhor discutidas entre o IF Baiano *Campus Catu* e a respectiva comunidade, de modo a promover aperfeiçoamento nas ações de extensão por este promovidas: o recurso infraestrutural do transporte, os recursos destinados à extensão merecem uma reflexão quanto ao valor que realmente atendam aos anseios daquela comunidade, disponibilizar maiores informações aos seus servidores acerca da importância do elemento ético nas ações extensionistas, discutir

propostas de inclusão do público oriundo da Educação EJA nas ações de extensão planejar discussões e campanhas de conscientização que favoreçam a um maior envolvimento de docentes na Extensão.

A quantidade de Projetos/Programas de Extensão, bem como Cursos FICs parece ainda não ter um grande quantitativo no *Campus* Catu relacionados à atividade de agropecuária, quando evidenciamos que foram 10 (dez) Projetos/Programas e 04 (quatro) cursos FICs em 05 anos (2015 a 2019).

Uma crítica à Instituição é a ausência de documentos que comprovem ações de extensão no *Campus* Catu, em período anterior a 2015. Em conversa informal com gestores, os mesmos não souberam explicar o porquê desse fenômeno. O ano de 2020 não foi contemplado nessa pesquisa, uma vez que com o advento da pandemia, os mesmos tiveram a execução prejudicada. No entanto, podemos perceber estes tiveram grande importância para discentes e/ou pessoas da comunidade externa, com exposição de técnicas e conhecimentos que capacitaram muitas pessoas e aperfeiçoaram a prática acadêmica e/ou profissional.

5 CONCLUSÃO

Os resultados deste estudo indicam que as ações de extensão promovidas pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano, *Campus Catu*, relacionadas à atividade agropecuária, no período de 2015 a 2019, necessitam de um olhar da gestão mais atento para as ações de extensão com vistas a contribuir para com o desenvolvimento socioeconômico local. Os relatos comprovam que os participantes dos Programas/Projetos de Extensão são pertencentes ao município de Catu ou adjacentes e estes foram beneficiados com o desenvolvimento das seguintes habilidades e competências: (1) Elaborar rótulo ao produto elaborado, o que agrega valor comercial ao mesmo; (2) Utilizar técnica de inseminação artificial sobre manejo reprodutivo, alimentar e sanitário de bovinos, promovendo melhoria genética nos rebanhos locais; (3) Desenvolver técnicas relacionadas à apicultura, o que possibilitou que a comunidade tivesse ferramentas suficientes para conseguir emprego e renda na área pretendida; (4) Realizar a inseminação em animais de modo a promover a melhoria genética de rebanhos da região; (5) Capacitar produtores suínos com tecnologias básicas de modo que o acasalamento de suíno de alto potencial genético com matrizes mestiças possibilitasse o melhoramento genético com consequente melhoria da renda; (6) Promover aprendizagem efetiva, através do trabalho de conceitos da Química e da Agropecuária, tornando significativos, a partir da prática do cotidiano; (7) Disponibilizar produtos produzidos, a partir da farinha do Mangostão (*Garcinia mangostana*), tendo em vista a utilização na alimentação de pessoas com diabetes na comunidade de Catu-Bahia; (8) Possibilitar à população o manuseio de cactos e suculentas, permitindo-lhe a visualização e o aprendizado de seus benefícios para atendimento dos anseios da coletividade; (9) Oportunizar à comunidade externa e discentes adquirir informações relacionadas à ciência e tecnologia de alimentos, bem como sua associação saudável e manipulação segura dos alimentos; (10) Aperfeiçoar técnicas referentes à agricultura familiar, gerando troca de conhecimentos quanto à temática desenvolvida, bem como o aperfeiçoamento das técnicas empregadas durante a pós-execução do Projeto de Extensão.

Em virtude da impossibilidade de avaliar se houve apropriação pelos participantes dos Programas/Projetos de Extensão do município de Catu quanto ao desenvolvimento dessas competências e habilidades, pois não foi possível medir se houve a absorção de conhecimentos com introdução de inovação de processos e produtos nas suas unidades produtivas. É possível concluir, no máximo, que houve contribuição em termos de novas

informações. De outro modo, se houve algum benefício da atividade extensionista para a agropecuária municipal ela foi intangível, este foi uma difusa qualificação da mão de obra.

Em relação aos cursos FICs, não há muito detalhamento sobre suas repercussões, mas há a assertiva pelo Coordenador de Extensão que estes são: “De grande relevância, uma vez que é uma porta de entrada para a comunidade externa conhecer os cursos que o *Campus* oferece. Em tempo que qualifica os profissionais que necessitam de capacitação e, normalmente, há um retorno destes a respeito de novos cursos”.

Percebe-se, no geral, uma ótima avaliação dos coordenadores de Programas/Projetos de Extensão, quanto aos indicadores que avaliam essas ações de extensão, classificados numa escala de 1 a 5, em ordem crescente de satisfação dos avaliadores, conforme se verifica no Quadro 18, a seguir:

Quadro 18 – Avaliação dos coordenadores de Projetos/Programas de Extensão do IF Baiano, Campus Catu, quanto aos indicadores de Extensão

<i>CRITÉRIOS</i>	<i>INDICADORES</i>	<i>AVALIAÇÃO/NOTA</i>	<i>PERCENTUAL</i>
Política de Gestão	Garantia na Qualidade da Extensão	2	2%
		3	8%
		4	41%
		5	49%
	Estrutura Organizacional de suporte à Extensão Universitária	1	4%
		3	11%
		4	24%
		5	61%
	Recursos do orçamento anual público voltado para a extensão	1	13%
		2	3%
		3	37%
		4	23%
5		24%	
Relação Universidade-Sociedade	Público alcançado por programas e projetos	2	1%
		3	12%
		4	38%
		5	49%
	Público alcançado por cursos e eventos	1	2,5%
		3	17,5%
		4	30%
		5	50%
	Ações de extensão dirigidas às escolas públicas	1	20%
		5	80%
	Inclusão de população vulnerável nas ações extensionistas	1	20%
		3	30%
4		20%	
5		30%	
Plano Acadêmico	Participação geral da extensão no apoio ao estudante	5	100%
	Participação de docentes na extensão	2	20%
		3	20%
		4	20%
	5	40%	
Produção Acadêmica	Ações de Extensão desenvolvida por modalidade	1	10%
		2	2%
		3	18%
		4	30%
		5	40%

Fonte: O Autor. Dados da Pesquisa (2021)

Em relação ao critério Política de Gestão, nos dois primeiros indicadores, percebe-se uma avaliação muito positiva quanto aos mesmos. Quanto ao terceiro indicador, a avaliação

tende a qualidade intermediária, o que nos leva a crer, que deve-se considerar a necessidade de investimentos nas ações de extensão.

No tocante ao critério Relação Universidade-Sociedade, a avaliação do primeiro e do segundo indicadores é bem positiva. Quanto ao terceiro, há a indicação de uma quantidade razoável ser oriunda da Educação de Jovens e Adultos e apenas 50% afirmaram que o participante concluinte da Educação Básica é em sua maioria dos Programas/Projetos de Extensão. O último traz uma avaliação bem variável, em relação à participação de pessoas socialmente vulneráveis, o que demonstra a necessidade do IF Baiano, *Campus Catu*, repensar suas ações extensionistas, com o objetivo de priorizar esse contingente.

Ao tratar do critério Plano Acadêmico, a unanimidade ocorre na avaliação do primeiro indicador, em relação à importância da extensão na formação acadêmica dos estudantes. Quanto ao segundo, mais da metade com nota máxima, o que aponta importante envolvimento de docentes nas ações de extensão, de modo a potencializar estas ações. Por fim, o critério da Produção Acadêmica que avaliou de forma significativa as publicações/produtos resultantes das ações de extensão.

Quanto à avaliação dos cursos FICs, o Coordenador de Extensão do *Campus Catu* avaliou a qualidade da execução do curso como: “De excelente qualidade, uma vez que o corpo docente tem experiência na área de atuação dos cursos”. Mas identifica que os recursos humanos para gerir essa ação de extensão ainda são deficientes.

Não há recursos disponibilizados pela Pró-Reitoria de Extensão para promover tais cursos. Essa é uma responsabilidade inteiramente do *Campus*. O público-alvo são estudantes e trabalhadores que necessitam de capacitação ou de se informarem para entrar em uma nova área. Nestes (cursos) não há proposta de reservar/incluir pessoas socialmente vulneráveis, o que aponta nova falha da Instituição.

Os cursos FICs são compreendidos como uma: “oportunidade de o estudante introduzir assuntos relevantes em sua formação”. O mesmo explica que o quantitativo de docentes envolvidos nessa ação de extensão é baixo, em comparação ao quantitativo de docentes que o *Campus* possui.

Não há produção acadêmica durante ou após a conclusão dessa ação de extensão, pois somente é elaborado um material didático para o curso. O Coordenador finaliza ao afirmar que os cursos FICs são: “De grande relevância, uma vez que é uma porta de entrada para a comunidade externa conhecer os cursos que o *Campus* oferece. Em tempo que qualifica os

profissionais que necessitam de capacitação e normalmente, há um retorno destes a respeito de novos cursos”.

Cabe tecer críticas a esta Instituição por não possuir ações de extensão, quanto à atividade petrolífera, que esta representa uma importante fonte de emprego e renda para o município de Catu. A sugestão deste pesquisador é que a Direção Geral, juntamente com o respectivo Coordenador de Extensão, reflitam e promovam ações que destaquem o papel da área petrolífera no desenvolvimento socioeconômico da região e como a extensão poderia desenvolver ações nesse sentido.

Em relação ao desenvolvimento local produzido por tais ações de extensão, percebe-se que os Projetos/Programas de Extensão guardam relação com a maior produção pecuária da região, uma vez que esta temática aparece 2 (duas) vezes relacionada à inseminação artificial em bovinos e 1 (uma) vez referente à inseminação artificial de suínos. Inclusive, as ações relacionadas aos bovinos são as únicas que ocorrem de modo permanente neste *Campus*.

No tocante à agricultura, os Projetos/Programas de Extensão não estão consonantes com os produtos apresentados pelos Censo Agro 2006 e 2017. Cactos, Farinha da casca de Mangostão e óleo de fritura para produção de biodiesel destoam completamente da relação apresentada por estes.

Em outros termos, a definição de extensão pela Instituição aparece com a utilização de temas que podem até ter relevância do ponto de vista acadêmico, contudo apresenta conhecimento descolado da estrutura produtiva do município e que não tem base em resultados de pesquisa.

Ao tratar do desenvolvimento local promovido pelas ações de extensão, quanto aos cursos FICs, estas ainda são verificados como muito tímidos, pois em 4 editais lançados com disciplinas relacionadas às atividades de agropecuária, apenas o Edital nº 128 (IFBAIANO *CAMPUS* CATU, 2017b) teve a oferta efetivamente realizada, o que demonstra a pouca contribuição da Instituição, em relação às demandas dos agricultores familiares dessa região.

Em relação às ações permanentes realizadas pela Secretaria Municipal de Agricultura, Indústria e Comércio, órgão este da Prefeitura Municipal de Catu, estão a distribuição de sementes, quanto à aragem e gradagem de solo, no entanto a primeira sofreu descontinuidade a partir de 2019, configurando um grande problema para esses agricultores familiares que contavam com esse suporte desde 2013.

Além destes, a partir dos relatos feitos pelo Técnico Agrícola, servidor efetivo da Prefeitura Municipal de Catu, há alguns problemas relacionados às pragas e doenças (fungo

sigatoka amarela, lagarta do mandarová, mosca dos frutos), qualidade de solo, distanciamento no plantio entre culturas, eficiência hídrica, melhoramento genético de bovinos e manejo e criação de suínos.

Um destaque positivo é a proximidade entre as ações promovidas pela Prefeitura Municipal de Catu e o IF Baiano, *Campus Catu*, em que a primeira requer auxílio do segundo na análise de solos, aproveitando a existência de profissionais qualificados na Instituição Federal bem como a infraestrutura de laboratórios que esta possui para a realização deste estudo. Essa é uma atividade denominada serviço tecnológico e de utilidade para a comunidade, pois atende a pedido de agricultores e é essencial para as práticas de fertilização dos solos.

Além disso, através dos relatos, é também possível perceber tal proximidade entre elas devido a constante realização de estágio dos estudantes do curso técnico em agropecuária do IF Baiano, *Campus Catu*, na própria Prefeitura.

No entanto, as evidências empíricas demonstram que as ações de extensão promovidas pelo IF Baiano, *Campus Catu*, trabalharam com a inseminação artificial em bovinos e suínos e os censos mostram que estas atividades perderam importância. Houve aumento de efetivo em aves e caprinos, que não foram objeto de qualquer atividade extensionista. As ações de extensão dessa instituição relacionadas à agricultura sequer guarda uma correspondência com a realidade do município de Catu.

Então, a atividade de extensão, não só em relação à produção vegetal, mas também animal, não gerou qualquer repercussão ao setor produtivo.

A formalização de Cooperação Técnica entre o IF Baiano, *Campus Catu*, e a Prefeitura Municipal de Catu seria um instrumento jurídico que favoreceria uma legalização dessa parceria e, sem dúvida, traria benefícios para ambas as partes: se por um lado, permitiria ao IF Baiano maior acessibilidade às informações e mapeamento mais preciso, quanto às principais demandas provenientes dos agricultores familiares; por outro, a Prefeitura poderia requisitar profissionais dessa Instituição para fornecer apoio técnico e logístico nas visitas técnicas, bem como disponibilização de parte da infraestrutura para oficinas de capacitação aos agricultores.

As ações de extensão são de extrema importância, tanto para a formação dos futuros profissionais, como para o estreitamento da relação Instituto e comunidade. Essa relação nos permite experiências de formação mais próxima da realidade local, bem como, favorece a troca de saberes que o cotidiano e o senso comum oportunizam e que são de grande relevância para a construção do conhecimento acadêmico. Com as ações de extensão, são socializados

métodos e técnicas que potencializam as atividades que são desenvolvidas nas comunidades. Os problemas que essas comunidades enfrentam são trazidos para o Instituto para que sejam pensadas alternativas de solução, com a mobilização de saberes referenciados no campo científico. O contrário também é possível, quando a comunidade traz para esses espaços a sua visão de mundo e suas estratégias para solucionar os desafios cotidianos.

Cabe afirmar que esta pesquisa pode ser o início de novos trabalhos e indagações acerca dessa temática. Os objetivos dessa pesquisa foram alcançados parcialmente, identificando as ações de extensão promovidas pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano, *Campus* Catu, no entanto, no que se refere à atividade extensionista voltada à agropecuária, que tem um peso pequeno no PIB municipal, não foi possível identificar qualquer benefício, sugerindo que a extensão mude de foco contemplando os serviços ou atividades industriais remanescentes.

A hipótese inicialmente formulada não se confirmou, pois não há qualquer evidência que as ações de extensão promovidas pelo Instituto Federal Baiano *Campus* Catu no ramo agropecuário se traduz em melhoria socioeconômica para a realidade do município. A extensão não tem aderência às necessidades dos produtores rurais, a exemplo das demandas de abordagens fitopatológicas, análise de solo, dentre outras, pois os cursos ofertados versam sobre temas distantes que não fazem parte das reais necessidades dos produtores rurais, não trazendo repercussão positiva sobre a produção agropecuária.

A tese é que estas atividades de extensão promovidas por esta instituição não impactam diretamente no desenvolvimento socioeconômico no município de Catu no tocante ao ramo agropecuário, podendo difusamente melhorar a qualificação da mão de obra utilizada no setor.

REFERÊNCIAS

AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS (ANP). **Anuário estatístico brasileiro do petróleo, gás natural e biocombustíveis 2011**. Rio de Janeiro, 2012. Disponível em: <https://www.ariae.org/sites/default/files/2017-03/ANP%20Anuario%20estad%C3%ADstico%202011.pdf>. Acesso em: 10 dez. 2020.

ALTIERI, M. **Agroecologia a dinâmica produtiva da agricultura sustentável**. 2. ed. Porto Alegre: UFRGS, 2000.

ANDRADE, R. M. M. de; WIEBUSCH, E. M. **A Extensão Universitária na perspectiva da interação dialógica**. 2015. Disponível em: https://www2.faccat.br/portal/sites/default/files/andrade_wiebusch.pdf. Acesso em: 11 jan. 2021.

ARAÚJO, Jair Jonko; HYPÓLITO, Álvaro Moreira. **Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia: Inovações e Continuidades**. 2010. Disponível em: <http://www.anped.org.br/33encontro/app/webroot/files/file/Trabalhos%20em%20PDF/GT05-6449--Int.pdf>. Acesso em: 17 ago. 2019.

ARAÚJO, Jair Jonko; HYPÓLITO, Álvaro Moreira. Novos Significados para Educação Profissional Tecnológica no Instituto Federal Sul-Rio-Grandense: a política de criação dos Institutos. **Revista Brasileira de Política e Administração da Educação**. v. 32, n. 1, 2016.

ARAÚJO, Ronaldo Marcos de Lima; FRIGOTTO, Gaudêncio. Práticas pedagógicas e ensino integrado. *In*: FRIGOTTO, Gaudêncio (Coord.). **Relatório Técnico Científico Final do Projeto Os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia [...]**. Rio de Janeiro: UERJ, 30 de abril de 2016.

BAHIA. Secretaria do Meio Ambiente e Recursos Hídricos. **Relatório de monitoramento das águas do estuário do rio Pojuca**. 2005. Disponível em: http://www.semarh.ba.gov.br/gercom/relatorio_monitoramento.pdf. Acesso em: 19 jul. 2018.

BALL, S. J. Profissionalismo, gerencialismo e performatividade. **Cad. Pesqui.** [online]. v. 35, n. 126, p. 539-564. ISSN 1980-5314. 2005. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S0100-15742005000300002>. Acesso em: 17 ago. 2019.

BATISTA, E. L. Educação Profissional no Brasil: análise do projeto industrial burguês para a formação de trabalhadores nos primórdios do século XX. *In*: BATISTA, L. E; MULLER, M. T. (Orgs.). **A Educação Profissional no Brasil**. Campinas/SP: Editora Alínea, 2013.

BOTOMÉ, Sílvio Paulo. **Pesquisa alienada e ensino alienante: o equívoco da extensão universitária**. Petrópolis: Vozes, 1996.

BRASIL. **Coleções de Monografias nº 440**. IBGE, 1747. 1947. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/113/col_mono_n440_catu.pdf. Acesso em: 18 jul. 2018.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**, de 05 de outubro de 1988. Rio de Janeiro: FAE, 1988.

BRASIL. Decreto nº 2.208, de 17 de abril de 1997. Brasília, DF, 1997. Regulamenta o § 2º do art. 36 e os arts. 39 a 42, da Lei nº 9.394/96. Brasília: **Diário Oficial da União**, Edição nº 74, 18 abr. 1997.

BRASIL. **Decreto nº 2.500A**, 1º de novembro de 1859. Cria o imperial instituto bahiano de agricultura. 1859. Disponível em:
<<http://legis.senado.gov.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=82673&tipoDocumento=D EC&tipoTexto=PUB>>. Acesso em: 14 dez. 2020.

BRASIL. **Decreto nº 2.705**, de 3 de agosto de 1998. Define critérios para cálculo e cobrança das participações governamentais de que trata a Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, aplicáveis às atividades de exploração, desenvolvimento e produção de petróleo e gás natural, e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República [2020]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/D2705.htm. Acesso em: 09 dez. 2020.

BRASIL. **Decreto nº 5154**, de 23 de julho de 2004. Regulamenta o §2º do art. 36 e os arts. 39 a 41 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/d5154.htm. Acesso em: 09 dez. 2020.

BRASIL. Decreto nº 6.095, de 24 de abril de 2007. Estabelece diretrizes para o processo de integração de instituições federais de educação tecnológica, para fins de constituição dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia - IFET, no âmbito da Rede Federal de Educação Tecnológica. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**. Poder Executivo, Brasília, DF, 25 abr. 2007a.

BRASIL. **Decreto nº 7.566**, de 23 de setembro de 1909. Créa nas capitales dos Estados da Escolas de Aprendizes Artífices. 1909. Disponível em:
<portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf3/decreto_7566_1909.pdf>. Acesso em: 07 dez. 2020.

BRASIL. **Decreto nº 8.319**, de 20 de outubro de 1910. Cria o Ensino Agrônômico e aprova o respectivo regulamento. 1910. Disponível em:
<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1910-1919/decreto-8319-20-outubro-1910-517122-norma-pe.html> >. Acesso em: 10 nov. 2020.

BRASIL. **Decreto nº 9.235**, de 15 de dezembro de 2017. Dispõe sobre o exercício das funções de regulação, supervisão e avaliação das instituições de educação superior e dos cursos superiores de graduação e de pós-graduação no sistema federal de ensino. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=78741-d9235-pdf&category_slug=dezembro-2017-pdf&Itemid=30192#:~:text=DECRETO%20N%C2%BA%209.235%2C%20DE%2015,no%20sistema%20federal%20de%20ensino. Acesso em: 10 nov. 2020.

BRASIL. Decreto nº 14.343, de 07 de setembro de 1920. Institui a Universidade do Rio de Janeiro. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 10 set. 1920.

BRASIL. Decreto no 19.851, de 11 de abril de 1931. Dispõe que, o ensino superior no Brasil obedecerá, de preferência, ao sistema universitário, podendo ainda ser ministrado em institutos isolados, e que a organização técnica e administrativa das universidades é instituída no presente decreto, regendo-se os institutos isolados pelos respectivos regulamentos, observados os dispositivos do seguinte Estatuto das Universidades Brasileiras. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 15 abr.1931.

BRASIL. Decreto nº 21.321, de 18 de junho de 1946. Aprova o Estatuto da Universidade do Rio de Janeiro. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 20 jun.1946.

BRASIL. **Decreto nº 53.666**, de 05 de março de 1964. Transfere a sede da Fazenda Federal de criação de Catu, no Estado da Bahia, do Departamento de Promoção Agropecuária, para a área ocupada pelo pôsto agropecuário de Entre-Rios e cria o colégio agrícola de Catu. 1964. Disponível em: <<http://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:decreto:1964-03-05;53666>>. Acesso em: 10 nov. 2020.

BRASIL. **Decreto nº 58.340**, de 3 de maio de 1966. Dá a denominação de Colégio Agrícola Álvaro Navarro Ramos ao Colégio Agrícola de Catu Estado da Bahia. 1966. Disponível em <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1960-1969/decreto-58340-3-maio-1966-398844-norma-pe.html>. Acesso em: 10 nov. 2020.

BRASIL. **Decreto nº 60.731**, de 19 de maio de 1967. Transfere para o Ministério da Educação e Cultura os órgãos de ensino do Ministério da Agricultura e dá outras providências. 1967. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/d60731.pdf>>. Acesso em: 10 nov. 2020.

BRASIL. **Decreto nº 83.935**, de 04 de setembro de 1979. Altera a denominação dos estabelecimentos de ensino que indica. 1979. Disponível em: www.camara.gov.br/sileg/integras/443018.pdf. Acesso em 10 nov. 2020.

BRASIL. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **IBGE Cidades: Catu-Bahia**. 2017. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/cidadesat/painelcodmun=290750#>. Acesso em: 18 jul. 2018.

BRASIL. Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961. Fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 27 dez.1961.

BRASIL. Lei nº 5.540, de 28 de novembro de 1968. Fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 3 dez.1968.

BRASIL. **Lei nº 8.731**, de 16 de nov. de 1993. Transforma as Escolas Agrotécnicas em autarquias e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8731.htm. Acesso em: 10 nov. 2020.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**. Poder Executivo, Brasília, DF, 23 dez. de 1996.

BRASIL. **Lei nº 9.478**, de 06 de agosto de 1997. Dispõe sobre a política energética nacional, as atividades relativas ao monopólio do petróleo, institui o Conselho Nacional de Política Energética e a Agência Nacional do Petróleo e dá outras providências. 1997. Disponível em: planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11741.htm. Acesso em: 09 dez. 2020.

BRASIL. **Lei nº 11.741**, de 16 de julho de 2008. Altera dispositivos da Lei nº 9394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para redimensionar, institucionalizar e integrar as ações da educação profissional técnica de nível médio, da educação de jovens e adultos e da educação profissional e tecnológica. 2008a Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19478.htm#:~:text=LEI%20N%C%A%209%2C%20DE%206%20DE%20AGOSTO%20DE%201997&text=Disp%C3%B5e%20sobre%20a%20pol%C3%ADtica%20energ%C3%A9tica,Petr%C3%B3leo%20e%20d%C3%A1%20outras%20provid%C3%Aancias.&text=Art.. Acesso em: 09 dez. 2020.

BRASIL. Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências. 2008. **Diário Oficial da União**, Seção 1, Brasília, DF, p.1, 30 dez. 2008b.

BRASIL. **Projeto de Lei nº 3.775**, em julho de 2008. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=405479>. Acesso em: 09 dez. 2020.

BRASIL. **Termo de Acordo de Metas e Compromissos Ministério da Educação/Institutos Federais**. Brasília, DF, 2009. Disponível em: <file:///C:/Documents%20and%20Settings/Administrador/Meus%20documentos/Downloads/plano_metas_ifs.pdf>. Acesso em: 23 dez. 2020.

CALDEIRA, Jorge de. **Implementação do Balanced Scorecard no Estado**. Lisboa: Edições Almedina, 2010.

CALIPO, Daniel. **Projetos de extensão universitária crítica: Uma ação educativa transformadora**. Campinas: Base de dados do Scielo. 2009. Disponível em: <http://www.bibliotecadigital.unicamp.br/document/?code=000390135>. Acesso em: 25 jan. 2021.

CARBONARI, Maria Eliza Ehrhardt; PEREIRA, Adriana Camargo. A extensão universitária no Brasil, do assistencialismo à sustentabilidade. **Revista de Educação**, Itatiba, v. 10, n. 10, p. 23-28, 2007.

CARNEIRO, M. A. **Extensão universitária**. Versão & Perversões. Estudo tentativo de identificação do débito social das universidades federais do Nordeste. João Pessoa: Presença UFPB, 1995.

CARVALHO, Eduardo Búrigo. **Indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão nas universidades catarinenses**. Salamanca: KADMOS, 1996.

CASTRO, Cláudio de Moura. Há produção científica no Brasil? In: SCHWARTZMAN, Simon; CASTRO, Cláudio de Moura. **Pesquisa universitária em questão**. Campinas: Editora da UNICAMP, São Paulo: Ícone Editora – CNPq, 1986.

CIAVATTA, Maria. Ensino Médio e educação profissional no Brasil: dualidade e fragmentação. In: **Retratos Escola/Escolas de Formação da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação**, Brasília, v. 5, n. 8, p. 27-41, jan./jun. 2011.

COMPANY, Paul J. Christoph. **Almanak Laemmert 1927 – 3º vol. 1927**. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/Hotpage/HotpageBN.aspx?bib=313394&pagfis=99886&url=http://memoria.bn.br/docreader#>. Acesso em: 03 dez. 2020.

COOLIDGE, Calvin. [S.d.]. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/156350/001014812.pdf;jsessionid=322D8C12722B10A1824DF4FDC4F2FE07?sequence=1>. Acesso em: 25 ago. 2020.

COSTA, Maria Adélia. **Políticas de formação de professores para a educação profissional: realidade ou utopia**. 1. ed. – Curitiba –PR, Apris, 2016.

DIAS, F. S. **A Qualidade Requerida da Educação Profissional Técnica de Nível Médio**. 2011. 162f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2011.

DIEHL, Bianca Tams; TERRA, Elisa Lübeck. A indissociabilidade entre o ensino, a pesquisa e a extensão: do legal ao real. **Rev. Humanidades**, Fortaleza, v. 28, n. 2, p. 166-185, jul./dez. 2013.

DOMINGUES, I. O melhor modelo de universidade é o que aposta na diversidade. Entrevista. **Diversa**, Belo Horizonte, ano 12, n. 20, abr. 2013. Disponível em: <<https://www.ufmg.br/diversa/20/entrevista.html>>. Acesso em: 17 dez. 2020.

DUARTE, J. S. **As contribuições da extensão Universitária para o processo de aprendizagem a prática da cidadania e o exercício profissional**. 2014, 130f. Dissertação (Mestrado) - Universidade Católica de Brasília, Brasília. 2014.

EMBRAPA. **Aspectos ecológicos: florestas**. 2010. Disponível em: <<http://www.cnpf.embrapa.br/pesquisa/efb/aspect.htm>>. Acesso em: 12 nov. 2020.

FAGIANI, Cilson César; PREVITALI, Fabiane Santana; LUCENA, Carlos; FRANÇA, Robson Luiz. Trabalho e Educação Profissional no Brasil: formação humana ou para o mercado? In: BATISTA, L. E; MULLER, M. T. (Orgs.). **A Educação Profissional no Brasil**. Campinas/SP: Editora Alínea, 2013.

FÁVERO, M. L. A. A universidade no Brasil: das origens à Reforma Universitária de 1968. **Educar**, Curitiba, n. 28, p.17-36, 2006.

FEIO, Lílian do Socorro Ferreira; ABREU, Luciane Ferreira de; SANTOS, Manoel Mário Rodrigues dos; ALMEIDA, Maria Matilde Nascimento. **Projeto Pedagógico do Curso de Petróleo e Gás (subsequente)**. Catu, mai. 2013. Disponível em: <ifbaiano.edu.br/unidades/catu/files/2019/03/PPC-Petróleo-e-Gás.pdf>. Acesso em: 10 dez. 2020.

FERNANDES, Florestan. **Educação e Sociedade no Brasil**. São Paulo: Dominus Editora, 1966.

FERNANDES, M. Q. **O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia e o Proeja: o Caso do Campus de Vitória da Conquista**. 2011. 170f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, São Paulo, 2011.

FERREIRA, Aurélio B de H. **Novo Dicionário da Língua Portuguesa**. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1986.

FERREIRA, Jurandyr Pires. **ENCICLOPÉDIA dos municípios brasileiros**. Rio de Janeiro: IBGE, v. 20, p. 154-159, 1958. Disponível em: http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv27295_20.pdf. Acesso em: 17 mar. 2018.

FORNARI, Liamara Teresinha. **Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia: possibilidade para contribuir com uma emancipação humana**. Tese (Tese em Sociologia Política) – Universidade Federal de Santa Catarina, Santa Catarina, 2017.

FORPROEX. FÓRUM DE PRÓ-REITORES DE EXTENSÃO DAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS BRASILEIRAS. **Extensão Universitária e a Flexibilização Curricular**. Porto Alegre: UFRGS, 2006. (Coleção Extensão Universitária, 4).

FORPROEX. FÓRUM DE PRÓ-REITORES DE EXTENSÃO DAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS BRASILEIRAS. **Extensão universitária: organização e sistematização**. Belo Horizonte: Coopmed, 2007. (Coleção Extensão Universitária, 6).

FORPROEX. FÓRUM DE PRÓ-REITORES DE EXTENSÃO DAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS BRASILEIRAS. **Política Nacional de Extensão Universitária**. Manaus, 2012. Manaus: [S. n.], 2012.

FRANTZ, W.; SILVA, E. W. **As funções sociais da universidade: o papel da extensão e a questão das comunitárias**. Ijuí: UNIJUI, 2002.

FREIRE, Paulo. **Extensão ou comunicação?** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2013.

FRIGOTTO, Gaudêncio. **Concepções e mudanças no mundo do trabalho e o ensino médio**. São Paulo: Cortez, 2005.

FUNDAÇÃO CEFETMINAS. FCM. **IF BAIANO** - Processo Seletivo dos cursos técnicos. 2019. Disponível em: https://concurso.fundacaocefetminas.org.br/site/processo_seletivo_detalhes.aspx?id=AFFA492984AADB6D. Acesso em: 13 dez. 2020.

GERALDO, Romário. **A Extensão nos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia de Minas Gerais**. 2015. 289 f. Tese (Tese em Educação) – Universidade Federal de Minas Gerais, Minas Gerais, 2015.

GIL, A.C. **Método e Técnicas de Pesquisa Social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2014.

GOERGEN, P. L. A instituição universidade e sua responsabilidade social: anotações crítica. **Revista de Estudos e Educação**. v.1, p. 9-26. Sorocaba, 2002.

GOMES, H. S. C. Os Modos de Organização e Produção do Trabalho e a Educação Profissional no Brasil: uma história de dualismos e racionalidade técnica. In: BATISTA, L. E; MULLER, M. T. (Orgs.). **A Educação Profissional no Brasil**. Campinas/SP: Editora Alínea, 2013.

GURGEL, R. M. A construção do conceito de extensão universitária na América Latina. In: FARIA, D. S. (Org.) **Construção conceitual da extensão universitária na América Latina**. Brasília: UnB, 2001.

IBGE. **Censo Agro 2006**. 2006. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ba/catu/pesquisa/24/76693?ano=2006>. Acesso em: jan. 2021.

IBGE. **Censo Agro 2017**. 2017. Disponível em: <https://censos.ibge.gov.br/agro/2017/>. Acesso em: jan. 2021.

IFBAIANO. INSTITUTO FEDERAL BAIANO. **Chamada Interna nº 02/2015**. Programa de Fomento as Ações de Extensão do IF Baiano. 2015. Disponível em: https://pro-reitorias.ifbaiano.edu.br/portal/proex/files/2015/06/Edital_Interno_de_Extensao_N_02_PUBLICADO.pdf. Acesso em: 14 jan. 2021.

IFBAIANO. INSTITUTO FEDERAL BAIANO. **Curso Técnico em Agropecuária Subsequente ao Ensino Médio**. 2019a. Disponível em: <https://www.ifbaiano.edu.br/unidades/catu/files/2020/09/PPC-Agropecu%C3%A1ria-Subsequente-Campus-Catu.pdf>. Acesso em: 27 dez. 2020.

IFBAIANO. INSTITUTO FEDERAL BAIANO. **Edital de Chamada Interna de Extensão nº 01/2017/PROEX/CPPEX/IF BAIANO**. Programa Institucional de Bolsas de Iniciação em Extensão - PIBIEX. 2017a. Disponível em: https://ifbaiano.edu.br/portal/extensao/wp-content/uploads/sites/4/2017/03/Edital_PBIEX_N%C2%BA-012017PROEXCPPEXIF-BAIANO.pdf. Acesso em: 14 jan. 2021.

IFBAIANO. INSTITUTO FEDERAL BAIANO. **Edital de Chamada Interna de Extensão nº 02/2018/PROEX/CPPEX/IF BAIANO**. Programa Institucional de Bolsas de Iniciação em Extensão - PIBIEX. 2018a. Disponível em: https://ifbaiano.edu.br/portal/extensao/wp-content/uploads/sites/4/2018/05/Edital_PBIEX_N%C2%BA-022018.pdf. Acesso em: 14 jan. 2021.

IFBAIANO. INSTITUTO FEDERAL BAIANO. **Edital de Extensão nº 01/2018/PROEX/CPPEX/IF BAIANO**. Programa de fomento as ações de Extensão do IF Baiano Pró-Extensao 2018. 2018b. Disponível em: <https://ifbaiano.edu.br/portal/extensao/wp->

content/uploads/sites/4/2018/05/Edital-n-01-2018-PROEX-CPPEX-IF-BAIANO.pdf. Acesso em: 28 dez. 2020.

IFBAIANO. INSTITUTO FEDERAL BAIANO. **Edital de Extensão nº 01/2020 PROEX/CPPEX/IFBAIANO**. 2020a. Disponível em: https://ifbaiano.edu.br/portal/extensao/wp-content/uploads/sites/4/2020/01/Edital_PBIEX_N%C2%BA-01-2020-MODALIDADE-J%C3%9ANIOR...pdf. Acesso em: 28 dez. 2020.

IFBAIANO. INSTITUTO FEDERAL BAIANO. **Edital de Extensão nº 04/2019/PROEX/CPPEX/IF BAIANO**. Programa Institucional de bolsas de Iniciação em Extensão - PIBIEX Modalidade Superior. 2019b. Disponível em: https://ifbaiano.edu.br/portal/extensao/wp-content/uploads/sites/4/2019/03/Edital_PBIEX_N%C2%BA-04-2019-atualizado-em-22.03.2019-MODALIDADE-SUPERIOR.pdf. Acesso em: 14 jan. 2021.

IFBAIANO. INSTITUTO FEDERAL BAIANO. **Edital Proex/IF BAIANO nº06/2019**. Fluxo Contínuo de registro de ações de extensão - 2019/2020. 2020a. Disponível em: https://ifbaiano.edu.br/portal/extensao/wp-content/uploads/sites/4/2019/09/Edital_n%C2%BA06-2019_Fluxo_Cont%C3%ADnuo-sem-avalia%C3%A7%C3%A3o.pdf. Acesso em: 20 dez. 2020.

IFBAIANO. INSTITUTO FEDERAL BAIANO. **Edital Proex/IF BAIANO nº06/2020**. Fluxo Contínuo de registro de ações de extensão - 2020. 2020b. Disponível em: https://ifbaiano.edu.br/portal/extensao/wp-content/uploads/sites/4/2020/03/00-Edital_n%C2%BA-06-2020_Fluxo_Cont%C3%ADnuo.pdf. Acesso em: 20 dez. 2020.

IFBAIANO. INSTITUTO FEDERAL BAIANO, *CAMPUS* CATU. 2016. Disponível em: <https://www.ifbaiano.edu.br/unidades/catu/>. Acesso em: 20 dez. 2019.

IFBAIANO. INSTITUTO FEDERAL BAIANO, *CAMPUS* CATU. **Edital nº 059** de 16 de agosto de 2018. Processo seletivo para ingresso de estudantes nos cursos de qualificação profissional, na modalidade de formação inicial e/ou continuada. 2018c. Disponível em: <https://www.ifbaiano.edu.br/unidades/catu/files/2018/16/Edital-58-Cursos-FIC-Catu.pdf>. Acesso 14 jan. 2021.

IFBAIANO. INSTITUTO FEDERAL BAIANO, *CAMPUS* CATU. **Edital nº 098** de 06 de dezembro de 2018. Processo seletivo para ingresso de estudantes nos cursos de qualificação profissional, na modalidade de formação inicial e/ou continuada. 2018d. Disponível em: <https://www.ifbaiano.edu.br/unidades/catu/files/2018/12/Edital-98-Cursos-FIC-Catu.pdf>. Acesso 14 jan. 2021.

IFBAIANO. INSTITUTO FEDERAL BAIANO, *CAMPUS* CATU. **Edital nº 128** de 25 de setembro de 2017. Processo seletivo para ingresso de estudantes nos cursos de qualificação profissional, na modalidade de formação inicial e/ou continuada. 2017b. Disponível em: <https://concurso.ifbaiano.edu.br/portal/fic-catu-20172/wp-content/uploads/sites/122/2017/04/Edital-128-FIC.pdf>. Acesso 14 jan. 2021.

IFBAIANO. INSTITUTO FEDERAL BAIANO, *CAMPUS* CATU. **Edital nº 104** de 15 de setembro de 2020. Processo seletivo para ingresso de estudantes nos cursos de qualificação

profissional, na modalidade de formação inicial e/ou continuada. 2020b. Disponível em: <https://concurso.ifbaiano.edu.br/portal/fic-catu-setembro-2020/wp-content/uploads/sites/359/2020/09/Edital-n%C2%BA-104.pdf>. Acesso 14 jan. 2021.

IFBAIANO. INSTITUTO FEDERAL BAIANO, *CAMPUS CATU*. **Programação completa dos 100 anos do Campus Catu**. 2018c. Disponível em: <<https://www.ifbaiano.edu.br/unidades/catu/files/2018/08/Catu-100-anos-Programa%C3%A7%C3%A3o-Minicursos-e-Oficinas.pdf>>. Acesso em: 27 dez. 2020.

IFBAIANO. INSTITUTO FEDERAL BAIANO. **Regulamento das Atividades de Extensão do IF Baiano**. 2019c. Disponível em: <https://ifbaiano.edu.br/portal/wp-content/uploads/2019/09/Resolu%C3%A7ao-46.pdf>. Acesso em: 28 dez. 2020.

IFBAIANO. INSTITUTO FEDERAL BAIANO. **Regulamento dos Cursos de Formação Inicial e Continuada do IF Baiano**. 2019c. Disponível em: <https://ifbaiano.edu.br/portal/extensao/wp-content/uploads/sites/4/2016/10/RESOLUCAO-23.pdf>. Acesso em: 28 dez. 2020.

IFBAIANO. INSTITUTO FEDERAL BAIANO. *CAMPUS CATU*. **Resumo do plano de curso técnico em agropecuária**. 2020c. Disponível em: <<http://www.ifbaiano.edu.br/unidades/catu/tecnico-integrado/>>. Acesso em: 27 dez. 2020.

IGNÁCIO, P. C. de S. **Capitalismo, Acumulação Flexível e Educação Profissional no Brasil: Polivalência ou Politecnia?** 2009. 230f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Estadual de Campinas, São Paulo, Campinas, 2009.

JEZINE, E. **A crise da universidade e o compromisso social da extensão universitária**. João Pessoa: UFPB, 2006.

JUSTO, Cipriano. **A Técnica Delphi de Formação de Consensos**. 2005. Disponível em: <https://docplayer.com.br/10372168-A-tecnica-delphi-de-formacao-de-consensos>. Acesso 01 jan. 2021.

KAPLAN, Robert S.; NORTON, David P.. **Mapas Estratégicos – Balanced Scorecard: convertendo ativos intangíveis em resultados tangíveis**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004. Tradução de Afonso Celso da Cunha Serra.

KIELING, Luisa Michels. **O Índice de Desenvolvimento Humano: Adaptações Metodológicas e Práticas no Brasil**. 2014. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2014.

LIMA, Rodrigo da Costa. **A reorganização curricular da educação profissional após o decreto nº 5154/2004: um estudo sobre o Instituto Federal de Santa Catarina – Câmpus Araranguá**. 2012. 180f. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2012.

MAGALHÃES, Hilda Gomes Dutra: Indissociabilidade entre pesquisa, ensino e extensão: tensões e desafios. *In: ETD-Educação Temática Digital*, 2, p. 168-175, 2007.

MAGRONE, E. **Apresentação**. In: SEMINÁRIO REPENSAR A UNIVERSIDADE RENOVAR A PRÁTICA CADÊMICA. 2. 2012. Juiz de Fora: UFJF, 2012.

MANFREDI, Silvia Maria. **A Educação Profissional no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2002.

MENEZES, Maria Arlinda de Assis. **Educação Profissional, Agricultura Familiar e Desenvolvimento Regional e Urbano**: O Instituto Federal de Educação Baiano *Campus Catu*. 2011. 239 f. Tese (Tese em Desenvolvimento Regional e Urbano) – Universidade Salvador, Salvador, 2011.

MÉSZÁROS, Istiván. **O Desafio e o Fardo do Tempo Histórico**. 1. ed. Tradução: Ana Cotrim; Vera Cotrim. São Paulo: Boitempo, 2007.

MÉSZÁROS, Istiván. **O Poder da Ideologia**. 1. ed. Tradução: Paulo Cezar Castanheira. São Paulo: Boitempo: 2004.

MOREIRA, Iraídes. Em defesa da EMARC. **Dimensão on line**: com a palavra o leitor, n. 1. 497, 16 ago. 2008. 2008. Disponível em: <<http://www.hnnet.com.br/dimensao/23082008/oleitor1.html>>. Acesso em: 17 dez. 2020.

MULLER, M. T. A Educação Profissionalizante no Brasil e no SENAI: a formação para o trabalho. In: BATISTA, L. E; MULLER, M. T. (Orgs.). **A Educação Profissional no Brasil**. Campinas/SP: Editora Alínea, 2013.

MULOCK, Benjamin. Collection Vignoles of Institution of Civil Engineers. **Museu Virtual Catu em Retrato**. London, ICE Acc 1335. 26 de novembro de 1861. Disponível em: <https://catuemretrato.com.br/2020/11/11/rua-do-comercio-povoado-do-catu/>. Acesso em: 07 dez. 2020.

NASCIMENTO, Alexandre R. O.; VELOSO, Tereza Christina M. A. Institutos federais: uma alternativa a universidade de pesquisa. **Educação e Fronteiras On-Line**, Dourados/MS, v. 5, n. 14, p. 134-147, jan./abr. 2016.

NOGUEIRA, M. D. P. Extensão Universitária no Brasil: uma revisão conceitual. In: FARIA, D. S. (Org.) **Construção conceitual da Extensão na América Latina**. Brasília: Ed. UnB, 2001. p. 57-84.

NOGUEIRA, M. D. P (Org). **Extensão Universitária**: diretrizes conceituais e políticas – Documentos básicos do Fórum Nacional de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileira 1987 – 2000. Belo Horizonte: PROEX/UFMG; o Fórum, 2000.

NUNES, A. L. P. F.; SILVA, M. B. C. A. extensão universitária no ensino superior e a sociedade. **Mal-Estar e Sociedade**, Barbacena, v. 1, n. 7, p. 119-133, 2011.

OLIVEIRA, Adriana Rivoire Menelli de; ESCOTT, Clarice Monteiro. Políticas públicas e o ensino profissional no Brasil. **Ensaio: aval.pol.públ.Educ.** [online]. v. 23, n. 88, p. 717-738. ISSN 0104-4036, 2015a.

OLIVEIRA, Marcelo Souza. **A imperial Vila de Santana do Catu**: histórias de uma comunidade escravista no Recôncavo Baiano. Bahia: Editora Quarteto, 2015b.

OLIVEIRA, R. A Reforma da Educação Profissional nos Anos 90. *In*: BATISTA, L. E; MULLER, M. T. (Orgs.). **A Educação Profissional no Brasil**. Campinas: Editora Alínea, 2013.

OTRANTO, Celina Regina. Criação e implantação dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia – IFETs. **Revista RETTA** (PPGEA/UFRRJ), Ano I, n. 1, p. 89-110, jan-jun 2010.

PACHECO, Eliezer Moreira. **Os Institutos Federais: Uma Revolução na Educação Profissional e Tecnológica**. São Paulo, Moderna Ltda, 2011.

PAMPLONA, Nicola. **Paraísos do petróleo na Brasil afundam na crise**. 2017. Disponível em: <https://tribunaonline.com.br/paraissos-do-petroleo-no-brasil-afundam-na-crise>. Acesso em: 17 mar. 2018.

PENELUC, Nilza Gomes Correia. **A Transformação das Escolas Agrotécnicas Federais da Bahia em Instituto Federal De Educação, Ciência e Tecnologia Baiano [...]**. 2012. 113 f. Dissertação (Mestrado em Administração) – Universidade Salvador, Salvador, 2012.

PEREIRA, Luís Augusto Caldas. **Institutos Federais de Educação Ciência e Tecnologia**. 2010. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf3/artigos_ifet_jornal.pdf. Acesso em: 17 ago. 2019.

PESCE, L. Interação dialógica: Conceito freiriano que pode ser vivenciado na educação básica brasileira. **Debates em Educação**, Maceió, v. 2, n. 3, 2010.

PETROBRAS. **Maior Gasoduto do Brasil nos últimos dez anos**. 2010. Disponível em: <http://www.petrobras.com.br/pt/noticias/maior-gasoduto-do-brasil-nos-ultimos-dez-anos>. Acesso em: 7 dez. 2020.

PINHEIRO, Maurício Mota Saboya. **As liberdades humanas como bases do desenvolvimento [...]**. Texto para Discussão do IPEA, n. 1794. Rio de Janeiro, p. 1-56. nov. 2012. Disponível em: http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/989/1/TD_1794.pdf. Acesso em: 20 jul. 2018.

PIVETTA, Hedioneia Maria Foletto; BACKES, Dirce Stein; CARPES, Adriana; BATTISTEL, Amara Lúcia Holanda Tavares; MARCHIORI, Mara. Ensino, pesquisa e extensão universitária: em busca de uma integração efetiva. **Linhas Críticas**, v. 16, n. 31, julho-diciembre, p. 377-390. Universidade de Brasília. Brasília, Brasil, 2010.

PORTAL DA TRANSPARÊNCIA – **Controladoria Geral da União**. 2020. Disponível em: <http://www.portaldatransparencia.gov.br/transferencias/consulta?paginacaoSimples=true&taManhoPagina=&offset=&direcaoOrdenacao=asc&colunasSelecionadas=linkDetalhamento%2CmesAno%2Ctipo%2CtipoFavorecido%2Cuf%2Cmunicipio%2Cacao%2ClinguagemCidada%2Cvalor&de=01%2F01%2F2018&ate=10%2F08%2F2018&uf=BA&municipio=18525&ordenarPor=meseAno&direcao=desc>. Acesso em: 26 dez. 2020.

QUEVEDO, Margarete de. Verticalização nos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia: Concepção (ões) e Desafios: Síntese de uma Dissertação. *In*: FRIGOTTO,

Gaudêncio (Coord.). **Relatório Técnico Científico Final do Projeto Os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia [...]**. Rio de Janeiro: UERJ, 30 de abril de 2016. p. 264-280.

RIBEIRO, Tamara Gurgel do Amaral. **Interação Dialógica nas ações de Extensão Universitária na Temática Meio Ambiente**. 2018. 103 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento, Tecnologias e Sociedade) – Universidade Federal de Itajubá, Minas Gerais, 2018.

SACRAMENTO, Magnum Seixas. **Avanços e barreiras à indústria do petróleo e gás nos campos maduros da bacia do recôncavo baiano após a promulgação da lei do petróleo de 1997**. Trabalho de conclusão de curso de graduação em economia da Universidade Federal da Bahia. Salvador, 2013.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **A universidade no século XXI: para uma reforma democrática e emancipatória da Universidade**. 3ª ed. São Paulo: Cortez, 2010.

SANTOS, Leandro dos; SOSSAI, Odete. **A indissociabilidade entre Ensino, Pesquisa e Extensão na Educação Superior: o caso dos Institutos Federais**. 2017. Disponível em: www.even3.com.br/Anais/iiisimprad/91586-A-INDISSOCIABILIDADE-ENTRE-ENSINO-PESQUISA-E-EXTENSAO-NA-EDUCACAO-SUPERIOR--O-CASO-DOS-INSTITUTOS-FEDERAIS. Acesso em: 02 mar. 2020.

SANTOS, M. P. Extensão Universitária: Espaço de Aprendizagem Profissional e Suas Relações com o Ensino e a Pesquisa na Educação Superior. **Extensão: Revista Eletrônica de Extensão**, v. 11, n. 18, p. 36-52, 2014.

SCHWARTZMAN, Simon. A pesquisa científica no Brasil: Matrizes culturais e institucionais. In: GONÇALVES, Ernesto de Limas. **Pesquisa Médica**. São Paulo: Editora Pedagógica Universitária; Brasília: Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, 1982. p.137-160.

SEAGRIE. SECRETARIA DE AGRICULTURA INDÚSTRIA COMÉRCIO DESPORTO E LAZER. **Relatório de Atividades desenvolvidas em 2013**. 2013.

SEAGRIE. SECRETARIA DE AGRICULTURA INDÚSTRIA COMÉRCIO DESPORTO E LAZER. **Relatório de Atividades desenvolvidas em 2014**. 2014.

SEAGRIE. SECRETARIA DE AGRICULTURA INDÚSTRIA COMÉRCIO DESPORTO E LAZER. **Relatório de Atividades desenvolvidas em 2015**. 2015.

SEAGRIE. SECRETARIA DE AGRICULTURA INDÚSTRIA COMÉRCIO DESPORTO E LAZER. **Relatório de Atividades desenvolvidas em 2016**. 2016.

SEAGRIE. SECRETARIA DE AGRICULTURA INDÚSTRIA COMÉRCIO DESPORTO E LAZER. **Relatório de Atividades desenvolvidas em 2017**. 2017.

SEAGRIE. SECRETARIA DE AGRICULTURA INDÚSTRIA COMÉRCIO DESPORTO E LAZER. **Relatório de Atividades desenvolvidas em 2018**. 2018.

SEAGRIE. SECRETARIA DE AGRICULTURA INDÚSTRIA COMÉRCIO DESPORTO E LAZER. **Relatório de Atividades desenvolvidas em 2019**. 2019.

SEAGRIE. SECRETARIA DE AGRICULTURA INDÚSTRIA COMÉRCIO DESPORTO E LAZER. **Relatório de Atividades desenvolvidas em 2020**. 2020.

SEI. SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA. **Sistema de Dados Estatísticos**. 2017. Disponível em: <http://www.sei.ba.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=561&Itemid=308> Acesso em: 09 dez. 2020.

SEN, Amartya Kumar. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo (SP): Companhia das Letras, 2000.

SGUISSARDI, Valdemar. **A universidade neoprofissional, heterônoma e competitiva**. Poços de Caldas: Anped, 2003.

SILVA, Estácio Moreira da. **Trajetória histórica da educação profissional em agropecuária no Brasil/Bahia: aproximações e diferenças com Cuba**. 2017. 210 f. Tese (Tese em Memória, Linguagem e Sociedade) – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Vitória da Conquista, 2017.

SILVA, Estácio Moreira da; LEDO, Irma Márcia Veloso; MAGALHÃES, Livia Diana Rocha. **Memória Social Institucional: O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano**. Jornada do HistedBr; Seminário de Dezembro: A crise do capitalismo e seus impactos na educação. 10.; 12. 2014. Disponível em: http://www.histedbr.fe.unicamp.br/acer_histedbr/jornada12/artigos/12/artigo_eixo12_279_1410700099.pdf. Acesso em: 22 fev. 2019.

SOUSA, A. I.; SILVA, Dalva Maria de Oliveira; SILVA, Etevaldo Almeida; MAXIMIANO JÚNIOR, Manoel; BORTOLINI, Maristela Helena Zimmer; DANTAS, Nadege da Silva; HENRIQUES, Regina Lúcia Monteiro. **Indicadores Brasileiros de Extensão Universitária**. 1. ed. Campina Grande: EDUEFCG, 2017. v. 01. 60p.

SOUSA, A. L. L. **A história da extensão universitária**. Campinas: Alínea, 2000.

SOUSA, Fernando Ponte de. O Estado e a educação na perspectiva da classe trabalhadora. **Revista Perspectiva**, Florianópolis, v. 31, n. 1, p.29-44, jan/abr. 2013.

SOUZA, Eneida Maria de (Org.). **Modernidades tardias**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1998.

SUSANE, Deborah. Educação Superior, básica e profissional. Institutos Federais. **Revista Educação Profissional**. Institutos Federais. Rede cresce 153% em 8 anos. Fortaleza. ed.1, Ano I, p. 9, abril/junho, 2010.

STURMER, Arthur Breno. **A noção de desenvolvimento nos Institutos Federais**. 2018. Disponível em: <http://anais.uel.br/portal/index.php/sinagget/article/view/429/381>. Acesso em: 12 dez. 2020.

TEIXEIRA, Anísio. **Ensino superior no Brasil: análise e interpretação de sua evolução até 1969**. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1989.

TONET, Ivo. Marxismo, educação e pedagogia socialista. **Germinal: Marxismo e Educação em Debate**, Salvador, v. 8, n. 1, p. 37-46, jun. 2016.

TONET, Ricardo Moncorvo. Algumas sugestões sobre o novo papel da extensão rural frente ao desenvolvimento local sustentável. **Informações Econômicas**, v. 38, n. 10, p.28-34, 2008.

TORRONTÉGUY, Alessandra Folzke. **A aplicação dos royalties do Petróleo e a efetividade dos direitos fundamentais sociais**. 2009. 158 f. Dissertação (Mestrado em Direito) – Faculdade de Direito de Vitória, Vitória, 2009.

TUMOLO, Paulo Sergio. Apresentação. *In: PERSPECTIVA*, Florianópolis, v. 31, n. 1, 11-25, jan./abr. 2013

UNE. UNIÃO NACIONAL DOS ESTUDANTES. **Declaração da Bahia**. Salvador. 1961.

VALENTIM, Marta. Instrumentos integradores do ensino, pesquisa e extensão: o caso dos grupos de pesquisa. **Revista Faro**. n. 5, Monográfico, 2007.

VIANNA, Francisco Vicente. Memória Sobre o Estado da Bahia. **Diário da Bahia**, p. 503, 1893.

WAIZELFISZ, Julio. **Os jovens do Brasil: mapa da violência**. 2014. Brasília: Ministério da Saúde, 2014. Disponível em:
<http://www.mapadaviolencia.org.br/pdf2014/Mapa2014_JovensBrasil_Preliminar.pdf>
Acesso em: 10 dez 2020.

APÊNDICE A – Critério da Política de Gestão nas ações de Extensão no IF Baiano, *Campus* Catu em relação ao Projeto de Extensão e/ou Programa Institucional de Bolsas de Iniciação em Extensão (PIBIEX)

Identificação do Projeto/Programa de Extensão

1 – Nome completo do proponente/coordenador do projeto:

2 – Título do projeto:

3 – Período de realização do Projeto de Extensão:

4 – Carga horária semanal dedicada ao Projeto de Extensão:

5 – Número de participantes:

() Técnico-Administrativos servidores do IF Baiano

() Estudantes não bolsistas

() Estudantes-bolsistas

() Comunidade Externa

6 – Houve produção de artigos, posters, cartilhas, revistas ou alguma outra produção acadêmica relacionada ao Projeto/Programa de Extensão?

Critério da Política de Gestão nas ações de Extensão

7 – Avalie a sintonia entre a execução e a proposta inicialmente presente no projeto/programa de Extensão:

Assinale (1) se considerar que destoou completamente a execução em relação à proposta inicial presente no projeto; (2) quando entender que pouco foi atendida a proposta inicial; (3) trata de atendimento parcial quanto a execução do projeto; (4) que indica que atendeu quase por completo; (5) quando a execução tiver atendido completamente a proposta inicial.

Descrição	Graus de Importância				
Metodologia	(1)	(2)	(3)	(4)	(5)
Objetivos	(1)	(2)	(3)	(4)	(5)
Resultados Esperados	(1)	(2)	(3)	(4)	(5)
Ações de sustentabilidade do projeto	(1)	(2)	(3)	(4)	(5)
Expectativa de produção acadêmica	(1)	(2)	(3)	(4)	(5)

8 – Como o Projeto/Programa de Extensão foi avaliado durante a sua execução:

Assinale (1) se considerar que destoou completamente a execução em relação à proposta inicial presente no projeto; (2) quando entender que pouco foi atendida a proposta inicial; (3) trata de atendimento parcial quanto a execução do projeto; (4) que indica que atendeu quase por completo; (5) quando a execução tiver atendido completamente a proposta inicial.

Descrição	Graus de Importância				
Disponibilização de Infraestrutura	(1)	(2)	(3)	(4)	(5)
Avaliação periódica pela equipe	(1)	(2)	(3)	(4)	(5)
Acompanhamento	(1)	(2)	(3)	(4)	(5)

e avaliação do discente-bolsista					
Capacitação da equipe para realização das atividades afins	(1)	(2)	(3)	(4)	(5)

9 – Avalie os recursos humanos disponibilizados para gerir esta ação de extensão:

Assinale (1) se considerar que o apoio foi inexistente; (2) quando entender que foi baixo o apoio; (3) trata de apoio mediano nas ações do projeto; (4) que contou com um apoio significativo; (5) quando o apoio oferecido supriu as demandas por completo.

Descrição	Graus de Importância				
Professores	(1)	(2)	(3)	(4)	(5)
Técnico-Administrativos	(1)	(2)	(3)	(4)	(5)
Estudantes-Bolsistas	(1)	(2)	(3)	(4)	(5)
Comunidade Externa	(1)	(2)	(3)	(4)	(5)

10 – Os recursos infra-estruturais foram suficientes para desenvolver as ações da extensão?

Assinale (1) se considerar que o material foi inexistente; (2) quando entender que foi baixo o material disponibilizado; (3) trata de quantidade e qualidade mediana nas ações do projeto; (4) que contou com uma quantidade e qualidade significativa para desenvolvimento das ações; (5) quando o material disponibilizado atendeu perfeitamente às demandas do projeto.

Descrição	Graus de Importância				
	(1)	(2)	(3)	(4)	(5)
Transporte	(1)	(2)	(3)	(4)	(5)
Sala	(1)	(2)	(3)	(4)	(5)
Ventilação	(1)	(2)	(3)	(4)	(5)
Assentos	(1)	(2)	(3)	(4)	(5)
Iluminação	(1)	(2)	(3)	(4)	(5)
Material de suporte (quadro, piloto atômico...)	(1)	(2)	(3)	(4)	(5)

11 – Os recursos disponibilizados pela Pró-Reitoria de Extensão são suficientes para promover as ações de extensão com a qualidade desejada?

Assinale (1) se considerar que os recursos não atendem as necessidades básicas para o desenvolvimento do projeto com a qualidade esperada; (2) quando entender que o recurso atende pouco às demandas do projeto de extensão; (3) o recurso atende parcialmente às demandas; (4) os recursos são significativos para atender às demandas do projeto de extensão; (5) quando o recurso disponibilizado supriu as demandas por completo.

Descrição	Graus de Importância				
	(1)	(2)	(3)	(4)	(5)
Quantidade de bolsas	(1)	(2)	(3)	(4)	(5)
Número de bolsistas contemplados	(1)	(2)	(3)	(4)	(5)
Valor do recurso disponibilizado para aquisição de materiais e/ou serviços	(1)	(2)	(3)	(4)	(5)

Critério da Relação Universidade-Sociedade

12 – Como você avalia a importância de a comunidade externa ser alcançada pelo Projeto/Programa de Extensão:

Assinale (1) se considerar que o curso não teve qualquer impacto na vida pessoal e profissional dos participantes; (2) teve um baixo impacto na vida pessoal e profissional dos participantes; (3) teve um impacto mediano na vida pessoal e profissional dos participantes; (4) teve um impacto positivo na vida pessoal e profissional dos participantes; (5) quando entender que essa participação foi muito significativa na vida pessoal e profissional dos mesmos.

Descrição	Graus de Importância				
	(1)	(2)	(3)	(4)	(5)
Estímulo na vida pessoal	(1)	(2)	(3)	(4)	(5)
Aprendizado durante o projeto	(1)	(2)	(3)	(4)	(5)
Aplicabilidade do aprendizado obtido	(1)	(2)	(3)	(4)	(5)
Melhoria na atuação profissional	(1)	(2)	(3)	(4)	(5)

13 – Na sua visão, o projeto de extensão atendeu em que medida as necessidades sociais apresentadas por esse público-alvo, a partir de áreas temáticas?

Assinale (1) se considerar a possibilidade inexistente; (2) se considerar a possibilidade remota; (3) trata de uma probabilidade razoável; (4) que indica que há chance considerável para ocorrência do fato; (5) quando tiver totais condições de atendimento da condição abordada.

Descrição	Graus de Importância				
Educação	(1)	(2)	(3)	(4)	(5)
Trabalho	(1)	(2)	(3)	(4)	(5)
Meio Ambiente	(1)	(2)	(3)	(4)	(5)
Saúde	(1)	(2)	(3)	(4)	(5)
Tecnologia e Produção	(1)	(2)	(3)	(4)	(5)
Direitos Humanos e Justiça	(1)	(2)	(3)	(4)	(5)

14 - O público-alvo estaria preparado para participar de outros cursos e eventos quando relacionado ao mesmo objeto executado por este projeto, na condição de:

Assinale (1) se considerar a possibilidade inexistente; (2) se considerar a possibilidade remota; (3) trata de uma probabilidade razoável; (4) que indica que há chance considerável para ocorrência do fato; (5) quando tiver totais condições de atendimento da condição abordada.

Descrição	Graus de Importância				
Estudante	(1)	(2)	(3)	(4)	(5)
Bolsista	(1)	(2)	(3)	(4)	(5)
Suporte acadêmico	(1)	(2)	(3)	(4)	(5)
Palestrante	(1)	(2)	(3)	(4)	(5)

15 – O esforço do projeto destina-se a captação de pessoas da comunidade externa que estudaram ou estudam em escolas públicas no município de Catu ou em municípios adjacentes:

Assinale (1) se considerar que esse público é inexistente; (2) se considerar que esse público tem baixa quantidade; (3) se considerar que esse público tem quantidade razoável; (4) indica que esse público é maioria no projeto; (5) quando esse público é (quase) a totalidade em relação aos participantes. Indique a partir desses números qual(is) é(são) a(s) principal (is) clientela(s).

Descrição	Graus de Importância				
	(1)	(2)	(3)	(4)	(5)
Participante oriundo de escola pública	(1)	(2)	(3)	(4)	(5)
Participante oriundo de escola particular	(1)	(2)	(3)	(4)	(5)
Participante oriundo de Educação de Jovens e Adultos	(1)	(2)	(3)	(4)	(5)
Participante que concluiu a Educação Básica	(1)	(2)	(3)	(4)	(5)
Participante que não concluiu a Educação Básica	(1)	(2)	(3)	(4)	(5)

16 – O projeto considerou a possibilidade de reservar/incluir pessoas socialmente vulneráveis nessa ação extensionista?

Assinale (1) se considerar que essa preocupação foi inexistente; (2) se considerar que houve um baixo número de pessoas contempladas nessa situação; (3) trata de uma quantidade razoável de participantes; (4) que indica ter uma quantidade expressiva de pessoas nessa condição; (5) quando há um atendimento (quase) completo da condição abordada.

Descrição	Graus de Importância				
População vulnerável	(1)	(2)	(3)	(4)	(5)

Critério do Plano Acadêmico

17 – Avalie a importância da extensão na formação acadêmica dos estudantes dessa instituição.

Assinale (1) se considerar que a presença do estudante nas ações de extensão é incipiente; (2) se considerar que a presença do estudante nas ações de extensão tem alguma relevância; (3) se considerar que a presença do estudante nas ações de extensão tem relevância razoável; (4) se considerar que a presença do estudante nas ações de extensão é significativa; (5) se considerar que a presença do estudante nas ações de extensão é de extrema relevância.

Descrição	Graus de Importância				
Importância da extensão na formação acadêmica dos estudantes	(1)	(2)	(3)	(4)	(5)

18 – Como você avalia o quantitativo de docentes envolvidos em ações de extensão

Assinale (1) se considerar que a presença dos docentes nas ações de extensão é incipiente; (2) se considerar que a presença dos docentes nas ações de extensão é baixo; (3) se considerar que a presença dos docentes nas ações de extensão é razoável; (4) se considerar que a presença dos docentes nas ações de extensão é significativa; (5) se considerar que a presença dos docentes nas ações de extensão é suficiente para atender às demandas dela provenientes.

Descrição	Graus de Importância				
Quantitativo de docentes envolvidos em ações de extensão	(1)	(2)	(3)	(4)	(5)

Critério da Produção Acadêmica

19 – Qual a sua avaliação quanto a relevância de publicações/produtos resultantes das ações de extensão?

Assinale (1) se considerar que as publicações/produtos decorrentes nas ações de extensão sejam de uma importância incipiente; (2) se considerar que as publicações decorrentes nas ações de extensão sejam de uma importância baixa; (3) se considerar que as publicações decorrentes nas ações de extensão sejam de uma importância razoável; (4) se considerar que as publicações decorrentes nas ações de extensão sejam de uma importância significativa; (5) se considerar que as publicações decorrentes nas ações de extensão sejam de uma importância fundamental.

Descrição	Graus de Importância				
	(1)	(2)	(3)	(4)	(5)
Livros	(1)	(2)	(3)	(4)	(5)
Artigos	(1)	(2)	(3)	(4)	(5)
Painéis	(1)	(2)	(3)	(4)	(5)
Seminários	(1)	(2)	(3)	(4)	(5)
Outros	(1)	(2)	(3)	(4)	(5)

20 – Como você avalia a importância desse Projeto/Programa de Extensão para o Desenvolvimento Local? Houve impactos duradouros ou permanentes após a realização dessa ação da extensão?

APÊNDICE B – Normatização dos Projetos e Programas de Extensão (endereçada à Coordenação de Extensão no IF Baiano, *Campus Catu*)

1 - Quais instâncias regulamentam os Projetos/Programas de Extensão no IF Baiano *Campus Catu*:

- a) Estatuto
- b) Regimento
- c) Edital
- d) Resolução
- e) Manual
- f) Portarias
- g) Não há normatização formal

2 – Existem mecanismos de avaliação que promovam a integração entre as ações de Extensão com o Ensino e a Pesquisa no IF Baiano *Campus Catu*? Quais?

3 – Existem mecanismos acadêmicos e administrativos que incentivam a identificação objetiva da integração de Extensão com o Ensino e a Pesquisa no IF Baiano *Campus Catu*? Quais?

4 – Existem bancos de dados organizados quanto as ações de Extensão no IF Baiano *Campus Catu*? Esse banco é pessoal ou informatizado?

5 – Quais os instrumentos institucionais de avaliação das ações de extensão? Exponha a principal finalidade daqueles que forem elencados.

APÊNDICE C – Cursos de Formação Inicial e Continuada (endereço à Coordenação de Extensão no IF Baiano, *Campus Catu*)

1 – Identifique o Edital o Processo Seletivo para Ingresso de Estudantes nos cursos de Qualificação Profissional na modalidade de Formação Inicial e Continuada

2 – Essa oferta foi finalizada? Se sim, qual foi a duração do mesmo? Se não, quais fatores você atribui para a não finalização do mesmo?

3 – Quais os principais entraves encontrados pelo *Campus Catu* para formação de turma na modalidade Formação Inicial e Continuada?

4 – Entre os cursos ofertados pelo Edital identificado, qual(is) dele(s) é voltado para aprimoramento da atividade agropecuária?

Critério da Política de Gestão nas ações de Extensão

5 – Como você avalia a qualidade da execução dessa proposta de disciplina?

6 – Como você percebe os recursos humanos disponibilizados para gerir essa ação de extensão?

7 – Havia recursos disponibilizados pela Pró-Reitoria de Extensão para promover as ações de extensão ou esses eram provenientes do próprio *Campus*?

Critério da Relação Universidade-Sociedade

8 – Quem era o público-alvo do curso proposto para essa disciplina?

9 – O esforço da oferta dessa disciplina destinava-se a captação de pessoas da comunidade externa que estudaram ou estudam em escolas públicas no município de Catu ou em municípios adjacentes?

10 – Essa proposta de disciplina teve como objetivo reservar/incluir pessoas socialmente vulneráveis?

Critério do Plano Acadêmico

11 – Avalie a importância dessa disciplina na formação acadêmica e profissional desses estudantes.

12 – Como você avalia o quantitativo de docentes envolvidos nessa ação de extensão?

Critério da Produção Acadêmica

13 – Foi solicitada alguma produção acadêmica durante ou após a conclusão dessa ação de extensão?

14 – Como você avalia a importância desse Curso FIC para o Desenvolvimento Local? Houve impactos duradouros ou permanentes após a realização dessa ação da extensão?
